

ANGOLA INDEPENDENTE EM 11 DE NOVEMBRO?

PENINA, 13 — (Dos nossos enviados especiais) — Embora declarações de alguns dos delegados à cimeira surgiram mais dois ou três dias para o termo das conversações, fonte segura indicou-nos que amanhã, poderá chegar-se ao acordo final. Aliás, o comunicado oficial, divulgado ao fim da noite passada e que sublinha ter-se alcançado «progressos substanciais, tendo-se atingido acordo em relação a vários pontos fundamentais, nomeadamente no que se refere ao estabelecimento das estruturas governamentais de Angola», aponta também para uma solução mais rápida do que aquela prevista ainda esta manhã.

Entretanto, o general Costa Gomes confirmou ontem, em declarações aqui prestadas, que a independência ocorrerá este ano, tendo sido por outro lado, indicada como data segura, embora sem confirmação oficial, o dia 11 de Novembro.

Esta manhã, prosseguiu, com início às 10 horas, a discussão na especialidade da proposta conjunta dos três movimentos. Simultaneamente, a comissão da redacção, composta por dois elementos de cada delegação, prosseguiu a elaboração do projecto do protocolo final.

Sábado e domingo foram dias inesgotáveis em material informativo para as muitas dezenas de jornalistas instalados a cinco quilómetros do local da cimeira.

O ministro Almeida Santos apareceu, no sábado a meio da tarde. Referiu, sem adiantar pormenores «três ou quatro pontos quentes nomeadamente os problemas da constituição

e chefia do Governo Provisório e da organização das Forças Armadas dos movimentos em colaboração com as portuguesas e o respectivo comando. Estes parecem, com efeito os pontos que terão ditado o alongamento, para alguns inesperado, da cimeira. Conforme apurámos, a delegação portuguesa ao tomar conhecimento, no primeiro dia das conversações do teor da plataforma comum que lhe foi apresentada, considerou desde logo inaceitáveis alguns dos pontos propostos. Um deles, talvez o mais importante, dirá respeito à permanência das forças militares portuguesas em território angolano.

Enquanto na sua proposta os movimentos terão defendido a saída militar portuguesa quatro meses antes da data da inde-

pendência, os delegados de Lisboa preconizam a continuação das forças portuguesas até ao próprio dia da mudança de soberania. A proposta portuguesa, fundamentada essencialmente na necessidade de um Governo Transitório equilibrado e susceptível de preparar o terreno para uma independência pacífica e total, deverá ser aceite.

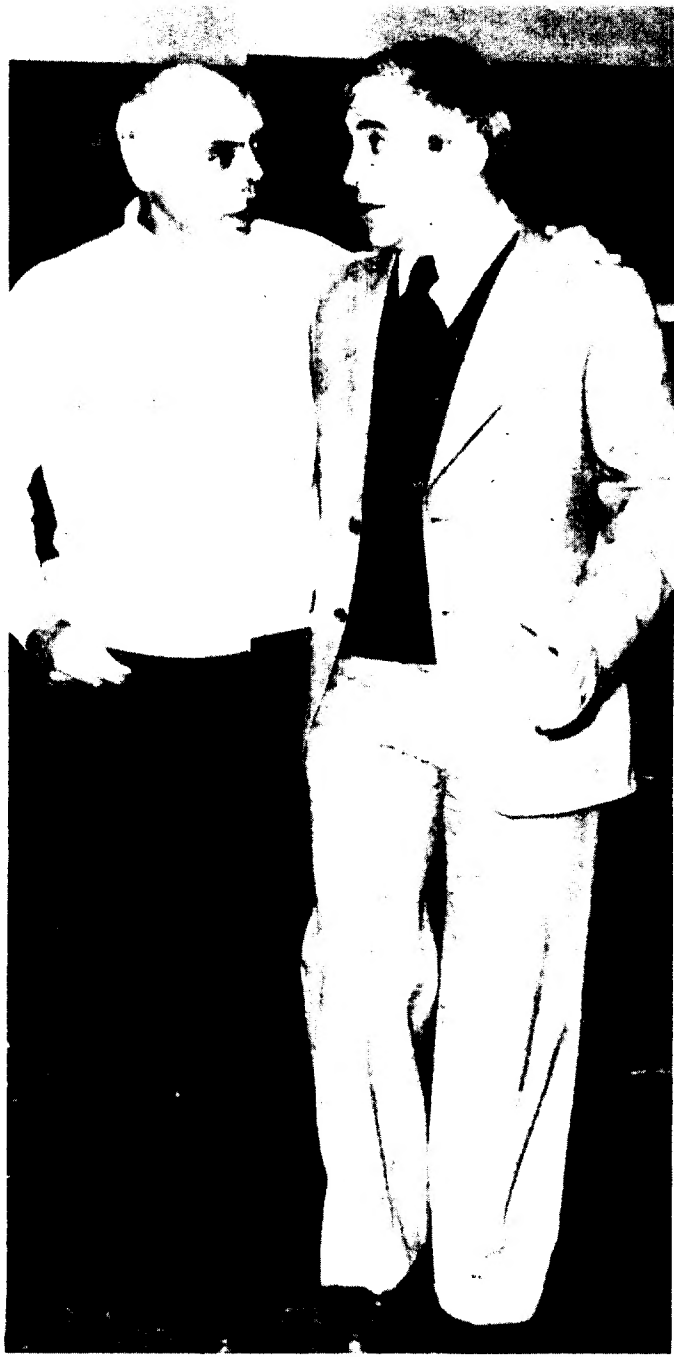
A constituição e chefia do futuro Governo é outro dos «pontos quentes». O documento dos movimentos sugere a atribuição de duas pastas para o Governo Português e cinco para cada uma das forças de libertação. A delegação portuguesa terá contraposto quatro pastas para cada uma das partes. É provável que a proposta dos movimentos venha a ser ratificada.

AFASTAMENTO DE ROSA COUTINHO

No tocante à chefia do Governo, a proposta de Mombaca aponta, segundo certos observadores para a liderança colectiva.

A esse propósito o ministro Almeida Santos terá sido explícito ao afirmar no sábado: «Há três movimentos, portanto, é difícil o problema da liderança. Necessariamente que as soluções clássicas são duas:

Continua na pág. 24



Otelo Saraiva de Carvalho deslocou-se ao hotel algarvio onde correm as negociações luso-angolanas. Ei-lo com Rosa Coutinho.



Os presidentes dos três Movimentos de Libertação, fotografados no Hotel da Penina, em breve intervalo das negociações.

Apoio cubano à Venezuela

HAVANA, 13 — (A.N.I.) — «Cuba sente-se moralmente obrigada a apoiar os países latino-americanos, que como a Venezuela e o Equador, se ergueram contra a nova lei de comércio externo dos Estados Unidos», declarou o primeiro-ministro Fidel Castro, num encontro de duas horas com representantes da Imprensa mexicana que visitaram o país integrado na delegação oficial chefiada por Maria Esther Zuno, esposa do presidente Luis Echeverría.

Castro afirmou que, em relação a Cuba, a lei não causa preocupações, mas «vemos que alguns países são objecto de discriminação, como por exemplo a Venezuela e o Equador e que ambos reagiram indignadamente».

«Penso que, presentemente, muitos países compreendem melhor o significado do boicote económico contra Cuba», observou o primeiro-ministro, acrescentando.

«Quando os Estados Unidos retiraram inesperadamente a quota do açúcar a Cuba e a distribuíram por muitos países latino-americanos, nenhum

protestou. Todos receberam benefícios, digamos, dos despojos da economia cubana.

«Agora, a actual medida discriminatória surge e muitos países reagem e bem, com in-

dignação. Na nossa posição, tanto política como moral, sentimos que o direito está plenamente do nosso lado e que se justificam quaisquer atitudes que adoptemos.»

COMÍCIO DO M.D.P./C.D.E. EM LISBOA

PELA CONQUISTA POPULAR DO PODER POLÍTICO E ECONÓMICO

Os serviços de segurança do primeiro grande comício do M. D. P./C. D. E. realizado em Lisboa, após a sua transformação em partido, quase tiveram de impedir o acesso ao amplo recinto do Pavilhão de Desportos, pouco depois das 21 e 30 de sábado passado, por ali não caber nem mais uma pessoa. Galerias, corredores e o ringue de patinagem encontravam-se também superlotados, com parte da assistência de pé.

«Contra os monopólios/pela democracia», eram as palavras de ordem para o comício, cuja

tónica geral incidia na defesa das conquistas democráticas, a aliança do povo com o M. F. A., a unidade de todas as forças de esquerda para o avanço do processo revolucionário. Também o problema da unidade sindical foi constantemente abordado, sendo imprecionante a defesa desse princípio pelos muitos milhares de activistas presentes, que, aliás, dirigiram à Intersindical ali representada uma saudação vibrante.

O comício atingiu um clima emocional tremendo quase no

final, já depois de uma hora da madrugada, quando José Manuel Tengarrinha comentou as afirmações feitas no Telejornal pelos representantes dos Partidos Socialista e Popular Democrático contra a unidade sindical. As críticas que dirigiu àqueles representantes partidários e ao próprio partidário da RTP que continuou a desconhecer a posição dos principais interessados — os trabalhadores — motivaram uma enorme tempestade de protestos, durante mais de 15 minutos. Afirmando que a «uni-

zações políticas tomam posição quanto a este assunto, enquanto o ministro Salgado Zenha e o secretário de Estado Carlos Carvalhas entram publicamente em polémica.

Entretanto, a Intersindical levou a efeito esta manhã uma conferência de Imprensa na qual reafirmou a sua inabalável defesa da unicidade. Amanhã, ao fim da tarde, haverá uma manifestação de apoio a esta posição, à qual aderiram o P.C. o M.D.P./C.D.E. e o M.E.S. nomeadamente.

Por outro lado, e segundo julgamos saber, o texto da lei sindical saído do Conselho dos Vinte não coincide inteiramente com o aprovado pelos trabalhadores sob a égide da Intersindical.

Na sua edição de hoje, o «Diário de Lisboa» dedica largo espaço ao assunto.

24 páginas

post scriptum

Importação de bebidas

Se, como tem sido divulgado por alguns fornecedores, estão previstas novas sobretaxas à importação de bebidas alcoólicas, somos de opinião que tais impostos deveriam incidir apenas sobre aqueles produtos que já têm no nosso mercado fabrico correspondente. O caso dos «whiskies» devia ser considerado com tolerância, enquanto não houver qualquer marca nacional que sirva de contrapartida às estrangeiras.

Pensamos ainda que o critério adoptado por alguns estados sul-americanos, nomeadamente o Brasil e a Argentina, pode representar uma experiência interessante na cotação das bebidas de importação em paralelo com fabricados, sob licença, nos próprios países.

J. Silva Rosado — Porto

Distribuição do jornal

Residindo nos arredores de Lisboa, mas deslocando-me com frequência à província e sendo leitor habitual do «DL», lamento sinceramente que, muitas vezes, ao procurar o jornal, não o encontro. Em várias localidades dos distritos de Coimbra e Viseu (por exemplo em Mortágua, onde tenho reparado que o «DL», com posto de venda, é bastante procurado), o jornal prega com demasiada frequência a partida de não aparecer. Não haverá possibilidade de melhorar a distribuição naquelas zonas? Portugal não é só Lisboa e um jornal como o «DL» faz falta na província.

Francisco Pires Duarte — Cruz Quebrada

□ Uma das nossas mais constantes preocupações é justamente a melhoria dos serviços de distribuição do jornal na província. Graças ao esforço que estamos a desenvolver presentemente, contamos que o leitor deixe, muito em breve, de ter razões de queixa nas suas deslocções a Mortágua...

Castigar o inquilino

Há dias telefonei para o meu senhorio (melhor, para o solicitador que lhe trata dos assuntos), falando-lhe de um estore que já se encontrava avariado quando aluguei a casa onde vivo e que agora se avariou de todo, impedindo-me o acesso a uma das varandas.

Para meu espanto, ouvi de lá esta resposta: «Pois a senhora tem razão, mas olhe, eu também vivo numa casa alugada e sempre que qualquer coisa se avaria, sou eu que pago, para não molestar o senhorio». Claro que contestei e o referido senhor voltou a responder: «A senhora calcula por quanto fica o arranjo de um estore? Então a senhora vai arranjar um mecânico de estores, ele trata da avaria, a senhora paga e depois apresenta-nos a conta. Mas assim já fica a saber quanto custa um estore e que todos devemos ter o máximo cuidado».

O estore está ainda por arranjar (em Paço de Arcos não há mecânicos destes), mas o que me chocou foi o tom de conselho do sr. solicitador; era assim como que uma maneira de «castigar o inquilino».

Marília Lopes — Paço de Arcos

Serviço cívico

Contrariamente ao que dizem alguns estudantes, não me parece que o serviço cívico, há pouco instituído pelo Ministério da Educação e Cultura, vá contribuir para o aumento do desemprego. Nesta região, há muita falta de gente para trabalhar e, depois, temos por toda a parte, mas principalmente nas aldeias, muitos trabalhos que poderiam ser feitos por estudantes que aproveitariam a sua estadia para melhor se informarem sobre as condições em que vive o povo e para nos informarem a nós de muitas coisas que não sabemos.

Mas reconheço que não será agradável, sobretudo para um estudante universitário, trocar por algum tempo, meios como os de Lisboa, Porto e Coimbra, por estas nossas pobres terras.

Virgílio Pires — Vinhais

Fiscalizar os preços

Apesar da campanha lançada pelo Governo, no sentido de conter a desenfreada subida dos preços, e defender deste modo o consumidor, a verdade é que a especulação ainda não foi liquidada. Tenho verificado, no meu dia-a-dia de dona-de-casa, que os produtos (e até os tabelados) são vendidos a preços desiguais, nos diversos estabelecimentos, quando a qualidade é a mesma. Haverá alguma explicação para este estado de coisas?

Para mim, isto é oportunismo e exploração. E por isso apelo para que nas páginas do vosso jornal seja lançada a ideia da criação de comissões de bairro para a fiscalização de preços, em que as donas-de-casa terão papel fundamental a desempenhar, a bem de todos nós. Apelo ainda, às entidades competentes, para que os estabelecimentos sejam obrigados a marcar os preços nas mercadorias e que mantenham, em lugar destacado, as tabelas de preços máximos fixados pelo Governo e relativas aos artigos de primeira necessidade.

Felisberta Lopes da Silva — Anjos, Lisboa

A inflação e as guerras coloniais

Por J. SILVA FALCÃO

A teimosia ridícula de António de Oliveira Salazar conduziu ao início e à manutenção das criminosas guerras coloniais, onde se sacrificaram inúmeras vidas humanas e onde se depauperou a economia nacional. Todos nós sofremos hoje os efeitos perniciosos da sua acção, de que a história falará com a veemência requerida. O flagelo da inflação possui raízes fortes na obsessão do ditador. Enquanto os governantes de outros países procuravam resolver as questões coloniais com base no bom-senso, realisticamente, Salazar, qual génio do Entroncamento, persistiu sempre no caminho tortuoso. Jamais lhe perdoaremos: foram as energias humanas consumidas na sua cegueira dementada, é o nível de vida de milhões de pessoas, a totalidade da população portuguesa deduzidas algumas centenas de privilegiados.

Como se sabe, uma das teorias mais antigas acerca da inflação assenta numa base monetária, através da correlação entre os níveis dos preços e os montantes das massas monetárias presentes no circuito económico nacional. Assim, essa teoria é designada de quan-

titativa. Afirma ela que um aumento da massa monetária em circulação, sem a devida contrapartida de bens económicos, acarreta uma elevação de preços. Os efeitos desse aumento podem processar-se ou por incremento do quantitativo de dinheiro líquido ou escritural ou pela velocidade de circulação do dinheiro. Em face de um dado conjunto de bens económicos, se a quantidade da moeda em circulação sofrer um aumento os preços subirão, já que os preços resultam do cociente da quantidade da moeda em circulação pela quantidade de bens existentes.

É nesta teoria que assenta uma das explicações do processo inflacionista que se tem verificado no nosso país nos últimos anos e na actualidade. Na realidade, o aumento de bens produzidos, representado pelo aumento do produto nacional, tem sido acompanhado de um aumento proporcionalmente muito superior dos meios de pagamento. As estatísticas o afirmam.

Se quadrarmos a nossa observação no período que vai de 1964 a 1971, verificamos que o produto nacional bruto, a preços de 1963, apresentou acréscimos anuais que vão de

3,2 por cento a 8,4 por cento, com a média anual de 6,1 por cento.

Quanto à massa monetária em circulação deve considerar-se em primeiro lugar o conjunto das notas emitidas pelo Banco de Portugal, pelo qual o banco emissor é responsável incluindo-se nesse conjunto o total de moedas metálicas, aliás com pouco peso relativo. Mas devem tomar-se também os meios de pagamento representados pelos depósitos bancários. De facto, estes depósitos servem para efectuar pagamentos, sobretudo os depósitos à ordem e aqueles que são movimentados por períodos curtos.

Observando o mesmo período de 1964 a 1971, depa-ramos com aumentos anuais dos meios de pagamento totais que variam de 9,4 por cento até 15,6 por cento, com a média anual de 13,1 por cento.

Em síntese: enquanto o produto nacional bruto sofreu o acréscimo médio anual de 6,1 por cento, o montante dos meios de pagamento apresentou o acréscimo médio anual de 13,1 por cento.

Para o desfazamento anotado contribuiu decisivamente o elevado montante das despe-

sas com as guerras coloniais, incluídas nas chamadas «despesas de defesa e segurança». Estas despesas chegaram a atingir quase metade das despesas públicas.

Estas despesas de defesa e segurança representam uma injeção imediata de meios monetários na circulação, sem que, na generalidade, se verifique a criação de bens económicos. Assim, é nestas despesas que se depara a fonte primordial do desequilíbrio entre os aumentos dos meios de pagamento e os aumentos dos bens produzidos.

Extintas as guerras coloniais, com papel preponderante desse grande português que dá pelo nome de Mário Soares, que bem conhecemos dos tempos do MUD-Juvenil, não foi ainda possível extirpar de todo o peso de despesas improdutivas. Lá se irá, mas entretanto mantém-se o impacto de uma das fontes do processo inflacionista português.

Saibamos aguardar que há hoje motivos para tanto. Enfrentamos dificuldades, mas saberemos vencê-las. Porque caminhamos para a verdadeira solução dos problemas nacionais. Uma solução irreversível. Ninguém a deterá.

A loucura de Ford no Vietname

A medida que se aproxima o segundo aniversário da assinatura do Acordo de Paris sobre a guerra no Vietname, a falência da posição dos Estados Unidos e do regime de Thieu aparece agora mais total e mais evidente do que nunca. Tudo provém da obstinação com que cada presidente americano insiste no êxito que poderá ter na tarefa que o seu predecessor falhou — impor e consolidar um regime neocolonial ao povo sul-vietnamita. Kennedy pensava que, com uma «guerra especial», conseguiria terminar o que Eisenhower tinha começado; Johnson achava que a «guerra limitada» iria ter êxito no ponto onde Kennedy falhara com a «guerra especial»; Nixon acreditava, que, intensificando a «guerra limitada», juntamente com uma guerra aérea de uma ferocidade sem precedentes contra o Norte, poderia vencer onde Johnson foi derrotado. No entanto, a derrota foi de Nixon e de Johnson e nunca do povo vietnamita. Actualmente é Ford que tenta, através da revitalização da «guerra especial» — na qual estão envolvidos dólares, armas e técnica militar norte-americana — conseguir o que Nixon não foi capaz.

Quando o Acordo de Paris foi assinado, em 27 de Janeiro de 1973, Nixon tinha duas hipóteses de escolha. Assegurar a sua aplicação, de modo a que os Estados Unidos se pudessem «retirar com honra» ou violar o acordo e tentando ainda uma vitória militar através duma reconversão da «guerra especial». Decidiu-se pela segunda com os mais desastrosos resultados. Quando Ford assumiu o Poder depa-ram-se-lhe as mesmas duas hipóteses. Decidiu seguir as pisadas de Nixon — o caminho da desonra no tocante ao Vietname. Basear-se na força mili-



No Vietname do Sul, a luta prossegue, após a captura da capital provincial Phuoc Binh pela Frente Nacional de Libertação

tar. Como provam os resultados da luta nas duas últimas semanas de 1974, é uma solução que pode dar para dois lados.

O ditador Thieu e os seus conselheiros norte-americanos tinham planos ambiciosos para 1974. Seria o ano decisivo na «vietnamização da guerra». O aspecto «pele de leopardo», em que as zonas controladas por Saigão e pelo P.R.G. estavam misturadas seria eliminado; o número de aldeias nas quais os «100 por cento de segurança» seria atingido, deveria constituir 70 por cento do total; 600 000 camponeses seriam transferidos para 250 gloriosos campos de concentração, conhecidos por «centros de reimplantação».

Toda a máquina militar e paramilitar de Thieu foi posta em movimento. Como a Imprensa internacional relatava na última semana de 1974, o resultado foi as forças de Thieu terem-se visto envolvidas em desesperadas acções defensivas, mesmo

às portas de Saigão, com todos os distritos na província de Phuoc-Long, imediatamente a norte de Saigão, libertados pelas forças do P.R.G., a própria capital provincial — apenas a 100 quilómetros a norte de Saigão — completamente cercada; vastas zonas do delta do Mekong fértil de arroz, firmemente nas mãos do P. R. G. O comando de Thieu em Saigão foi forçado a admitir que apenas nessas duas semanas as suas forças tinham sofrido as mais pesadas baixas do ano.

Segundo os números obtidos no Bureau de Informações do P. R. G. em Paris, — excluindo as excepcionalmente pesadas baixas em Dezembro — as forças de Saigão perderam 250 000 homens durante os primeiros 11 meses do ano, 500 aviões, 4100 viaturas militares incluindo tanques. Explodiram depósitos militares, tendo sido destruídas 50 000 toneladas de bombas e 31 milhões de litros de gasolina. Saigão e os seus apologistas em Washing-

ton têm tentado explicar as derrotas militares, como sendo devidas à interrupção ou à forte redução do auxílio norte-americano. Embora os cortes que o Congresso norte-americano impôs ao auxílio a Saigão tenham sido importantes o que foi efectivamente decisivo foi a forma energética como as forças da F. N. L. repeliram os ataques de Saigão e prosseguiram na contra-ofensiva, atacando as bases onde providiam estes ataques. Nenhum dos alvos que Saigão-Estados Unidos tinha para 1974 foi atingido.

De considerável importância foi o facto de, quer as acções defensivas da F. N. L. quer as suas iniciativas operacionais no final do ano, foram realizadas por guerrilhas locais ou tropas regionais, sem nunca as unidades regulares se terem envolvido. Relatórios de batalhas de tanques e mesmo a superioridade das forças patrióticas em tanques, utilizada como argumento para explicar as derrotas de Saigão e estimular o fornecimento de novos envios de armas dos Estados Unidos é, segundo me asseguraram um perfeito disparate. Todas as tropas de Saigão têm sido atacadas e esses ataques repelidos por guerrilhas e forças regionais. Numa altura em que o Exército de Saigão foi enfraquecido e a sua moral é a mais baixa de sempre desde a ofensiva de Têt em 1968, as unidades regulares da F. N. L. estão intactas, melhor equipadas do que nunca e com óptima moral.

É extremamente simbólico que o Exército de Saigão, que iniciou a sua ofensiva em Cua Viet, no extremo norte do país, durante as 24 horas que se seguiram ao Acordo de Paris, esteja agora a ser batido no delta

Continua na pág. 8

RELANCE SOBRE O CUSTO DE VIDA (conclusão)

INDEPENDÊNCIA ECONÓMICA:
CAMINHO PARA A DEMOCRACIA

Por AFONSO PRAÇA

«Parece-me realmente que o caminho que temos de seguir para trilharmos uma via democrática é o da independência económica. Como parceiros pobres da Europa e dos Estados Unidos, estamos sempre condenados a uma situação de desfavor no quadro dessas relações económicas. Ora aí terão de ser tomadas medidas concretas. Eu acredito que as relações económicas de Portugal com os países árabes, com os países africanos e com os países socialistas (União Soviética, Hungria, Checoslováquia, etc.), nos poderão trazer bastantes benefícios. Em primeiro lugar, porque os países socialistas não têm inflação e isso permite-nos comprar produtos com preços estáveis durante períodos mais ou menos longos. Por outro lado, podemos abastecer-nos nos países árabes e africanos em melhores condições do que até aqui, pois não podíamos comprar-lhes directamente e tínhamos de recorrer a intermediários, devido à nossa política colonialista. O facto de termos encetado o processo de descolonização trouxe-nos vantagens nas relações internacionais.

Estas palavras são do director-geral de Preços, dr. Miranda Ferreira, e permitem-nos acentuar, mais uma vez, a questão de fundo: todo o problema passa, necessariamente, pela organização da economia portuguesa em novos moldes, e a democracia que se pretende construir em Portugal, para ser autêntica, terá de ultrapassar o domínio político, para atingir, o mais depressa possível, o campo económico. Na verdade, o caminho a seguir para uma via democrática é o da independência económica. E como vimos já, Portugal é ainda um país largamente dependente dos mercados estrangeiros.

A verdade, porém, é que a intervenção do Governo na conjuntura económica tem demorado mais do que seria de esperar e, sobretudo, do que a situação recomendava. Já em Outubro, o boletim «Conjuntura» do Banco Português do Atlântico, acentuava: «Praticamente decorridos seis meses desde o 25 de Abril, o Governo não assumiu ainda uma das tarefas mais importantes que, haveria a enfrentar — intervir energicamente sobre a conjuntura económica. Os acontecimentos de fins de Setembro levam a pensar que existiriam certas tensões internas ao nível do Poder Central, o que talvez explique a não actuação em força sobre a situação económica do País».

É certo que foram tomadas pelo Governo algumas medidas de importância conjuntural, nomeadamente as que respeitam ao apoio às pequenas e médias empresas em Junho; novos regimes de preços em Julho; reajustamento das taxas de juro e das taxas de liquidez, e início da reforma fiscal em Agosto; controlo das rendas de casa, isenção ou redução de siza na compra de habitações, poupança forçada nos aumentos de salários ou de lucros distribuídos em Setembro; a nova política industrial, já em Outubro.

Recorda-se ainda que foi também em Outubro que o Conselho de Ministros iniciou, oficialmente, reuniões para apreciação da conjuntura económica e estudo das políticas adequadas — falando-se, na altura, de um «plano de emergência». Este plano só agora estará concluído, esperan-

do-se que seja divulgado muito em breve, para entrar em vigor imediatamente

CONTROLAR
OS PREÇOS

Visando o problema dos preços, o Conselho de Ministros aprovou em Julho um decreto-lei que foi publicado no «Diário do Governo» no dia 10 com o número 329-A/74 e estabelece os regimes a que podem ser submetidos os preços de bens ou serviços vendidos no mercado interno. No mesmo dia, o «Diário do Governo» publicou os diplomas pelos quais foram criadas, na Secretaria de Estado do Abastecimento e Preços, a Direcção-Geral de Preços, a Direcção-Geral do Comércio Interno e a Direcção-Geral de Fiscalização Económica.

Pelo primeiro daqueles diplomas, a Direcção-Geral de Preços ficou responsável pela definição e execução da política de preços, tendo-lhe sido agregada a Comissão Consultiva de Preços, à qual compete apreciar todas as propostas referentes a regimes de preços e todos os processos de fixação ou revisão dos mesmos. Este órgão é constituído por delegados dos diversos organismos públicos envolvidos em problemas de preços e por representantes dos consumidores, dos organismos sindicais e das associações patronais.

Através destes órgãos, pretende-se levar a cabo uma política de controlo dos preços que incide particularmente sobre bens e serviços de primeira necessidade, ou de carácter básico e sobre as empresas com uma facturação anual superior a 50 mil contos que vendam um valor mínimo de 10 mil contos para cada produto.

Recorda-se, ainda, de acordo com o mesmo diploma, os preços de bens ou serviços vendidos no mercado interno podem ser submetidos aos seguintes regimes: preços máximos, preços controlados, preços declarados, preços contratados, margens de comercialização fixados e preços livres.

Na determinação de preços controlados e máximos, são tomados por base dois pontos de referência: a estrutura dos custos e os lucros da empresa. Na estruturação de custos, e de acordo com uma explicação do director-geral de Preços, há que considerar todos os componentes do custo, embora para efeito de revisão de preços, não se considerem as despesas publicitárias e de promoção de vendas, como, aliás, é prática que vem sendo seguida nos E. U. A., em Inglaterra, na França, etc. Também não são tomadas em conta as agravamentos de salários, a não ser nos casos em que está em risco a sobrevivência das empresas, pois de outro modo, estar-se-ia a iludir o recente acréscimo de poder de compra das classes trabalhadoras, fomentando a desigualdade na distribuição dos rendimentos.

Quanto aos lucros das empresas, são tomados como base os balanços e contas dos três últimos anos, procurando determinar-se quais as margens de lucros reais, de modo a apreciar até que ponto as empresas podem suportar os aumentos de encargos sofridos sem pôr em risco a sua sobrevivência. Um aspecto que os técnicos da D. G. P. têm de apreciar com o devido cuidado diz respeito ao montante dos lucros acumulados nos últimos anos, de modo a apurar até que ponto estes foram de novo

aplicados na firma ou dela foram desviados para outros destinos. Esta análise tem como finalidade detectar até que ponto as dificuldades financeiras enfrentadas pelas empresas, em determinado momento, são resultado (ou não) da sua

descapitalização efectiva, não sendo admissível o princípio de fazer pagar ao consumidor os encargos daí decorrentes.

Assinala, a propósito, o director-geral de Preços: «De facto, isso era o que se passava antes do 25 de Abril, favore-

cendo-se, então, extraordinariamente a concentração de riqueza no nosso país, pois não nos podemos esquecer que o mecanismo de preços é um poderoso instrumento da distribuição do rendimento, e tendo os detentores do poder eco-

nómico possibilidade de o controlar, não deixarão de o fazer em seu proveito». E ainda: «Neste contexto, não pode ser ignorado o papel de primeiro plano desempenhado pela Banca na criação de moeda e

Continua na pág. 8

TÍTULOS DO TESOURO 10%

**Isento de Impostos
e com Prémios de Reembolso**

Uma base sólida para um Portugal renovado.

Uma boa aplicação do seu pé de meia. Um óptimo juro e outras vantagens, são benefícios imediatos. Mas o futuro vai trazer-lhe outros... a si, à sua família, aos seus filhos!... Mais locais de trabalho, melhores

habitações, escolas, serviços de saúde actualizados, mais prosperidade e bem estar para os portugueses. É o início da reconstrução do país, de que todos vamos aproveitar. CONSULTE-NOS.

SUBSCRIÇÃO ABERTA EM TODOS OS BALCÕES

BPM

BANCO PINTO DE MAGALHÃES

Com todas as suas Agências e correspondentes no País e no Estrangeiro

SINDICATO DOS PROFESSORES

Zona da Grande Lisboa

O Plenário de Professores de 10 de Janeiro, ao afirmar a exigência de medidas económicas antimonopolistas e antilatfundistas e ao reforçar as decisões de Plenários anteriores no que respeita à unidade e unicidade sindicais, apelou para que **todos os professores se integrem na manifestação convocada pela INTERSINDICAL** para terça-feira, dia 14.

**TODOS À MANIFESTAÇÃO!
CONTRA OS MONOPÓLIOS!
CONTRA A SABOTAGEM ECONÓMICA!
PELA UNIDADE E UNICIDADE SINDICAIS!**
Concentração no Martim Moniz às 19 horas.

A Comissão Directiva Provisória

Sindicato dos Profissionais de Seguros do Distrito de Lisboa

Largo do Intendente Pina Manique, 35-1.º — Lisboa-1

CONVOCATÓRIA

Convidam-se todos os trabalhadores de seguros a participar numa **GRANDE MANIFESTAÇÃO PELA UNIDADE SINDICAL** promovida pela **INTERSINDICAL NACIONAL** amanhã (terça-feira) às 19,30 horas.

A concentração far-se-á no Largo Martim Moniz, às 19 horas.

**PELA UNIDADE SINDICAL!
NÃO AOS DESPEDIMENTOS!
CONTRA OS MONOPÓLIOS, TODOS UNIDOS!
CONTRA A SABOTAGEM ECONÓMICA!
PELA UNIDADE POVO-M. F. A.!**

Lisboa, 13 de Janeiro de 1974

Pe'la DIRECÇÃO

De sábado a segunda

AFASTAR PROFESSORES...

A prof.ª Magalhães Colaço e o prof. Diogo Freitas do Amaral, actuais membros do Conselho de Estado, foram repudiados como docentes da Faculdade de Direito de Lisboa, por decisão tomada em reunião geral de alunos.

O plenário dos estudantes decidiu propor o saneamento de 21 professores, abrangendo a totalidade de professores catedráticos extraordinários, agregados e alguns assistentes.

A razão da atitude tomada pelo corpo discente da Faculdade de Direito de Lisboa baseia-se no facto de o Conselho Escolar (constituído por professores catedráticos, nele tendo assento os agregados e extraordinários), ter aprovado, por unanimidade, pouco depois do 25 de Abril, uma deliberação formulando o voto de que Marcelo Caetano, regressasse «o mais breve possível» à docência daquela Escola. A carta dirigida ao chefe do último Governo fascista, já divulgada na Imprensa, comunicava-lhe o voto do Conselho Escolar e era assinada por Adelino da Palma Carlos, que, duas semanas depois, seria nomeado primeiro-ministro.

Os estudantes de Direito também se manifestaram contra o pagamento dos vencimentos a professores saneados, o que poderá estar a suceder com Marcelo Caetano.

Efectivamente, na Reunião Geral de Alunos, foi divulgado um ofício, datado de 28 de Maio do ano passado, assinado pelo prof. Castro Mendes, na altura exercendo as funções de director da Escola, no qual se comunicava ao reitor da Universidade de Lisboa que, «em virtude da exoneração das funções de presidente do Conselho do prof. Marcelo José das Neves Alves Caetano (...), se deve considerar aquele professor em serviço activo». Publicamos fotocópias dos dois documentos noutra página desta edição do «Diário de Lisboa».

Este documento serviu também de base para o vasto saneamento exigido pelos estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa.

CONTRATADOS

Por despacho do ministro da Educação e Cultura, publicados na folha oficial, foram contratados para o Instituto Politécnico da Covilhã cinco professores: como equiparado a professor auxiliar o licenciado José Enes Pereira Cardoso; e como equiparados a assistentes, os licenciados Augusto Rodrigues Guimarães, Maria Silva Rodrigues da Fonte Gonçalves e Mário Tavares e o eng.º Fran-

cisco José de Magalhães Neves.

ASSOCIAÇÃO DOS INQUILINOS

Na Associação dos Inquilinos Lisbonenses tomaram posse os corpos gerentes para o biênio de 1975/1976, parte eleitos em assembleia geral recente e parte que transitou, por força dos estatutos, da gerência anterior.

O acto foi presidido pelo sr.

Jaime Martins Figureiredo e os corpos gerentes ficaram assim constituídos:

Mesa da assembleia geral — presidente, Emídio Santana; vice-presidente, Ezequiel de Castro e Silva; 1.º e 2.º secretários, José António Lã Branca Calado e Custódio Costa; 1.º e 2.º vice-secretários, Emílio da Piedade Simplicio e José Luís Mateus Leal.

Direcção — presidente, José Joaquim Hipólito dos Santos; secretário-geral, Edmundo José de Sousa; tesoureiro, Manuel Vicente Pereira Bastos; secretário das Secções Locais, Jaime Martins Figureiredo; secretário para o Problema da Habitação, Jorge Jaime Ferreira de Carvalho; secretário dos Serviços Jurídicos, Vasco Artur Madeada de Carvalho; secretário da Informação, José Maria Belo de Sousa Rego; suplentes, Fernando Alves Teixeira, Manuel Cardoso e Carlos Ferreira.

Conselho fiscal — presidente, Amadeu Faria Longo; secretário, Mário Rodrigues Cravo Branco; relator, Joaquim Graça da Silva; suplentes, Ângelo Rocha e Tibério Joaquim Gonçalves.

EMIGRAÇÃO

Com o objectivo de estudar e analisar aspectos referentes à experiência migratória dos dois países, o encarregado de Negócios da Bolívia, senhora Peral Luna, reuniu, em sessão de trabalho, com o secretário de Estado da Emigração, eng.º Pedro Coelho.

MORTA

Uma senhora morta e três pessoas feridas, uma delas gravemente, é o balanço do des-

piste do automóvel em que seguiam, quando passavam no lugar Terra Negra, em Ovar. O carro que era guiado por José Luis Carvalho de Oliveira, despiستou-se e bateu num talude. No veículo seguiam, além do condutor, a mulher deste D. Emília Maria de Jesus Costa, de 25 anos, residentes em Lações de Baixo, Oliveira de Azeméis e, ainda, D. Palmira Gomes da Silva, de 35 anos, casada, residente no Bioco A, 54, em S. João da Madeira, sua filha Maria Regina Gomes dos Santos, de 10 anos e, Natalino Fernandes dos Santos, de 35 anos sapateiro. Mais tarde, faleceu D. Palmira da Silva. No Hospital de Santo António do Porto, encontra-se em estado grave a mulher do condutor. Os restantes foram tratados no Hospital de S. João da Madeira.

CASAL MORTO

Na madrugada de sábado quando seguia no seu automóvel perto de Castro Verde, sofreu um desastre o dr. António Afonso Nobre semedo, de 37 anos, natural, de Santana da Serra e residente em Coimbra.

Do despiste resultou a morte imediata de D. Ilda Arsénio Costa Silveira, de 64 anos, natural do Barreiro. Por sua vez o marido sr. Tadeu Lopes da Silveira, de 69 anos, residente em Coimbra, faleceu horas depois. Sofreram leves ferimentos o condutor e o sr. Manuel Ruivo da Palma, de 42 anos, solteiro, natural também de Santana da Serra.

DIÁRIO DE LISBOA está a venda no CAFE REMO



AO SERVIÇO DA RECONSTRUÇÃO NACIONAL

INVISTA A 10 %

TÍTULOS DO TESOURO

Em qualquer dos nossos balcões encontrará esclarecimentos e Boletins de subscrição.

PROCURE-NOS

BANCO PINTO & SOTTO MAYOR

Televisão

CANAL DA CRÍTICA



SABER ESCOLHER OS NOSSOS ALIADOS

Que dizer do serão de ontem? Que um serão assim, não podia deixar de ser assim. Um serão dedicado ao Ensino Superior no nosso país tinha de ser aquilo. Quem tiver olhos, que veja; quem tiver ouvidos, que ouça.

Um sujeito chamado Lenine ensinou que as tarefas concretas devem ser definidas tendo em vista situações concretas. Por isto não se entende bem que certas facções *mandem vir* à toa, agitando frases ou *slogans* que totalmente se encontram esvaziados de realidade.

Não tenhamos, porém, qualquer dúvida: há quem esteja a favor da Revolução em curso no nosso país; há quem esteja contra ela. Os primeiros, tudo farão para ajudá-la e consolidá-la; os segundos, tudo farão para boicotá-la e destruí-la, muitas vezes em nome de uma hipotética Revolução Proletária, cujas linhas só existem na cabecinha deles, em nome de um povo cuja maneira de viver totalmente ignoram.

Evidentemente que numa sociedade como a portuguesa as forças da reacção fascista têm força; como tem muita força a reacção de um certo, digamos, de um certo *fascismo liberal* que, por razões políticas, se foi vestindo com novas denominações. A verdadeira luta contra essas duas forças (que podem até coligar-se com outras forças *democráticas*...) não passa porém pela arremetida às cegas ou pela recusa sistemática. O mesmo Lenine nos ensinava que toda a política é um jogo de alianças. Importa, a todo o momento, saber a quem nos devemos aliar para a melhor salvaguarda do futuro.

Os estudantes ou os políticos que atacam o M. F. A. estarão a escolher bem as suas alianças? Será que eles encontram segurança em qualquer outra coisa que não seja a unidade do povo, das forças democráticas com o Movimento das Forças Armadas? Serão tão cegos que não vejam a inexistência doutra opção quando se trata da libertação do povo português da miséria e da exploração do homem pelo homem?

Muitos estudantes portugueses aceitam e colaboram no Serviço Cívico. Fazem-no não apenas para ganharem o direito à matrícula no próximo ou próximos anos — muitos fazem-no por imperativo cívico: a convivência com o povo português, a contribuição que podem levar ao esclarecimento, à luta por melhores condições de vida, etc., é simultaneamente um factor de enriquecimento pessoal e uma forma de ser útil à comunidade. Não tenham dúvida os estudantes esquerdistas que ontem nos encharam os ouvidos com os seus discursos: se fossem para certas regiões do País com esse paleio contra a burguesia e mais não sei quantos, pelo proletariado e mais não sei o quê, seriam corridos à pedrada pelos camponeses. Outros o foram, por muito menos e com melhores intenções. Uma coisa é *mandar vir* nas faculdades e nos cafés; outra coisa é entender e viver a vida fechada e difícil da comunidade traumatizada por dezenas de anos de opressão.

A Revolução Portuguesa esta decididamente lançada na via da luta antimonopolista e antilatifundiária: é isso que vai resolver os nossos problemas sociais. É isso e não o palavreado de universitários de

barriga cheia e cabeça vazia.

Os estudantes universitários que participarem no Serviço Cívico têm a garantia de que o seu trabalho não será concorrente do mercado de trabalho; de que a mais-valia produzida não reverterá para o cofre dos burgueses; de que, inclusivamente, poderão recusar os postos que lhe forem oferecidos. Desaparecem, assim, as objecções mais sérias. A recusa significará, portanto, uma decisão inabalável de se oporem à democratização do País. Da qual assumirão todas as responsabilidades.

O resto é conversa. Ou anedota. Mas há anedotas tão trágicas — que até é um pecado do rir.

A TELEVISÃO METEU O PÉ NA ARGOLA. (ATÉ QUANDO?)

Um semanário lisboeta referiu-se a um projecto de diploma que alguns sectores entenderam que consagrava (de maneira implícita) a «unicidade» sindical, (as aspas na unicidade são do autor anónimo do artigo).

«Ficou claro», diz o tal semanário, «que se opunham àquele princípio os P. S. e P. P. D. e o defendia o P. C., tal como, fora do Governo, o M. D. P./C. D. E.».

Diz-se, depois, que o Conselho Superior do M. F. A. «acabara por optar pela tese da unicidade, or maioria dos presentes».

«No seio do Governo» prossegue o semanário manifestaram-se duas posições: de um lado, o P. C. P.; do outro, o P. S. e P. P. D.

«Esta segunda linha — continuamos a leitura — terá mesmo sido definida com uma clara intransigência de princípio que poderia acarretar a eventual saída simultânea do Governo dos dois partidos em causa».

Por outro lado, a Intersindical publica um comunicado de resposta a um artigo do responsável socialista dr. Salgado Zenha e este comunica em resposta do comunicado da Intersindical.

A Televisão portuguesa, guiada pelo faro do semanário viu-se deste modo perante duas posições, perante duas partes: uma que, na opinião de comentador anónimo, sairia do Governo, se; outra que não aceitaria o retirar do projecto de qualquer referência à unicidade sindical. Uma das partes é constituída pelo P. S. P. e pelo P. P. D.; a outra, a nível do Governo, pelo Partido Comunista.

Parece que seria correcto ouvir as duas partes. Assim, no entanto, não o entenderam na Televisão: preferiu-se ouvir unicamente uma delas. Depuse-

ram, pelo P. P. D., Alfredo Morgado; pelo P. S. P., Sottomaior Cardia.

O primeiro: «o problema do abandono não está ainda posto, até porque nós temos confiança nos homens que fizeram o 25 de Abril...»

O segundo: «nenhuma decisão foi tomada pelo Conselho Directivo do Partido Socialista e uma decisão dessas dependerá naturalmente da evolução dos acontecimentos».

Passo por cima de certas suposições tão graves do jornal. Cada qual pode supor o que quiser. Supor que dois partidos democráticos saíram do Governo se não conseguirem impor a sua vontade, não se pode dizer que seja ter em boa conta o carácter democrático desses partidos... Mas isso são lá coisas entre eles.

O que não pode admitir-se é que na Televisão portuguesa se tome tão desavergonhadamente uma posição parcial, encapotada com basto paleio democrático. O esquecimento na auscultação de uma das partes mencionadas no artigo do semanário viria a ser remediado ontem, mas a pedido do Parti-

Continua na pág. 19



O ÚNICO
VINHO ESPUMANTE NATURAL
PORTUGUÊS
DISTINGUIDO COM
MEDALHA DE OURO

NO
1.º CONCURSO MUNDIAL DE VINHOS
REALIZADO EM BUDAPEST
SOB O PATROCÍNIO DO
"OFFICE INTERNATIONAL
DE LA VIGNE ET DU VIN"

VINHO ESPUMANTE NATURAL
MÉTODO CHAMPAGNE

Caves São João

Sociedade dos Vinhos Unidos, Lda

FUNDADA EM 1920

SÃO JOÃO DE ANADIA
PRODUCE OF PORTUGAL

BRUTO
SPARKLING WINE

A SOCIEDADE NACIONAL DE BELAS ARTES

Inaugura amanhã, às 15 horas, com a presença de
SUA EXCELENCIA O EMBAIXADOR DA BÉLGICA,
uma exposição da pintora belga, que pela 1.ª vez se apresenta
em Portugal

JULIANE BROUWERS

«FLORES — NATUREZAS MORTAS E INTERIORES»

Horário: dias úteis, das 15 às 20 e das 21 às 23 — domingos
das 11 às 13 e das 15 às 20 — Aberta de 14 a 23 de Janeiro.

hoje



«A Minha Grande Aventura»

I PROGRAMA

- 19.00 A Viagem de Marco Polo (II parte).
- 19.25 Teledesperto — Reportagens e comentários dos acontecimentos desportivos de domingo.
- 19.55 Em Foco — Cabo Verde.
- 20.30 Telegiornal — 2.ª edição. Noticiário do País e do estrangeiro.
- 21.15 Mil Luzes — Um programa musical com Mina, Rabaela Carra, Sammy Barbok e Alex Rebar.
- 22.15 Histórias de Amor — Série filmada.
- 23.10 Telegiornal — Últimas notícias.
- 23.15 Fecho.

II PROGRAMA

- 20.00 A Minha Grande Aventura.
- 20.25 Desenhos Animados.
- 20.35 Vivendo o Futuro.
- 20.50 Escrever é Lutar.
- 21.05 Clássicos do Cinema — «MR. WU».
- 22.30 Telegiornal — 2.ª edição. Em diferido a edição do Telegiornal das 20 e 30 transmitida no I programa.
- 23.15 Fecho.

AMANHÃ

I PROGRAMA

... As 12 e 45: Abertura e desenhos animados («Laurel e Hardy»), 12 e 55: Documentário (Canto a dança no Palácio de Moscovo); 13 e 30: Telegiornal; 13 e 45: Paulo e Virgínia (11.º episódio); 14 e 10: Cartaz dos programas da noite; 14 e 20: Ciclo Preparatório TV — Educação Religiosa; 14 e 45: Português; 15 e 10, Educação Visual; 15 e 35: Educação Física; 16: Iniciação à Língua Francesa; 16 e 25: Ciências da Natureza; 16 e 50: História e Geografia; 17 e 15: Francês; 17 e 40: Trabalhos Manuais; 18 e 05: Iniciação à Língua Portuguesa; 19: TV infantil (Diário das Fábulas); 19 e 25: Entrevista com o director do Teatro Nacional de S. Carlos; 19 e 55: Rodésia para onde?; 20 e 30: Telegiornal; 21 e 15: Programa do M. F. A.; 22 e 15: Los Angeles Jubilee Singers; 23 e 20: Telegiornal; 23 e 25: Fecho.

II PROGRAMA

As 20: Paulo e Virgínia; 20 e 25: Noite de cinema: 21 e 15: «O Homem das Pistolas de Ouro» (WARLOCK); 22 e 30: Telegiornal; 23 e 25: Fecho.

DESTAQUES

I PROGRAMA (19.55)

Em Foco — Cabo Verde

II PROGRAMA (20.50)

Escrever é Lutar

SIEMENS

ESTORIL

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV

CLÍNICA DE TELEVISÃO

E ASTRONAUTA

COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIENCIA

Dispositivos de diagnóstico

Telefs. 72 27 86 - 83 42 71

Avenida S. João de Deus, 13 B. Rua Macau, 8

Espectáculos

Crítica de Música

MÁRIO V. DE CARVALHO

A estreia de "Elegia para Jovens Amantes"

Provas diárias há de que os nove meses decorridos sobre o 25 de Abril não pariram ainda um país politizado. E quando a confusão e falta de esclarecimento que já vinham do fascismo começam a ser de novo alimentadas pelo aparecimento de reiterados apelos a «valores» abstractos — ele é a sacrossanta «constitucionalidade», ele é a intocável independência do poder judicial (criado e regulado por legislação fascista, é o que não se diz), ele é a Liberdade, a Liberdade, a Liberdade (mas que Liberdade?) — quando, portanto, se verifica uma tendência, mesmo por parte de gente responsável, para «fazer marcha atrás» e obscurecer a questão decisiva para o futuro de todos nós, povo português, não admira que continuem a surgir atitudes primárias de pessoas ou grupos sociais que se debatem com graves problemas e não têm quaisquer perspectivas acerca do contexto político de que depende a sua resolução. Porque primária é, sem dúvida, a atitude de um grupo de professores e alunos (ou melhor, como vem no documento: de alunos e professores) do ensino artístico, que ontem, na inauguração da temporada de ópe-

Por absoluta falta de espaço, na nossa edição de sábado, só hoje nos é possível publicar a crítica ao espectáculo estreado na noite de sexta-feira, em São Carlos

ra em S. Carlos, lançaram centenas de panfletos das «torrinhãs», ao findar do primeiro acto da ópera de Hans Werner Henze («Elegia para Jovens Amantes»).

O panfleto intitulava-se «Para onde vai o dinheiro do M.E.C.?» e rezava assim: «Numa altura em que tanto se faz sentir a falta de dinheiro para sectores fundamentais como são a educação e a saúde, em que não se tomam reais medidas no sentido de evitar o custo de vida e os despedimentos, o M.E.C., retirando o dinheiro às escolas, gasta uma fortuna convidando artistas estrangeiros em detrimento dos portugueses e do desenvolvimento cultural, regional do país. E daqui o documento partia para a denúncia da política de fachada do M.E.C. Outro panfleto, referindo-se ao S. Carlos, falava do «Santo (sic) protector de artistas estrangeiros em detrimento dos artistas portugueses, das escolas portuguesas, etc.» dentro da mesma linha de argumentação do anterior.

Ora, é deste tipo de contestação,

que erra o alvo, porque distrai do verdadeiro cerne dos problemas, que se aproveita precisamente o «fascismo novo, subtil e silencioso, terrivelmente refinado, inteligente e habilidoso» que por aí vai campeando (as palavras entre aspas são de Hans Werner Henze, ao referir-se à República Alemã, a chamada Alemanha Ocidental...). Se os estudantes e professores do ensino artístico queriam reivindicar coisas de um Ministério em concreto, e não do conjunto dos órgãos governativos, então teriam sido mais felizes se escolhessem, por exemplo, o Ministério da Economia, ou, até, (porque não?) o Ministério da Justiça. Ao primeiro demandariam, por exemplo, quantos Mercedes-Benz, Jaguares e outros artigos supérfluos de luxo foram importados desde 25 de Abril, e qual é o montante dos lucros que as multinacionais fazem sair anualmente do país à custa do espoliado «bom povo português»... Do segundo reclamariam legislação adequada à protecção do património nacional, à punição da sabotagem económica, enfim, à defesa «do bom povo português» contra a ditadura da capital e os seus excessos (os 41.000 contos exportados ilicitamente para o estrangeiro, por um dos capitalistas libertados — Viva a Liberdade! — já davam para umas escolinhas de música...).

Não nos deixemos iludir. Nenhuma questão essencial das muitas que afligem o povo português pode ser resolvida, antes de o ser a questão central. E esta, a questão central é a de saber se o Estado está ou não disposto a tomar nas suas mãos o poder económico e político ao serviço das classes trabalhadoras, logo de todo o povo português. A questão decisiva é a da destruição do poder dos monopólios e dos grandes latifundiários e é nessa direcção que todos devemos assentar as nossas acções. O dinheiro gasto com a cultura, «mal gasto» que parece, nada representa que possa prejudicar o ensino. Certo é que não teremos cultura, nem ensino, nem democratização efectiva de uma e de outra, se o processo revolucionário iniciado no 25 de Abril não for por diante, isto é, se o poder económico não for posto ao serviço das classes trabalhadoras.

O isolamento cultural que derivaria do encerramento das fronteiras

ras aos artistas estrangeiros não contribuiria de modo algum para a resolução dos problemas do ensino artístico. O conhecimento vivido da cultura de outros países é indispensável para o progresso cultural de qualquer país. O que se deve exigir é que esse conhecimento seja processado através de meios que o tornem amplamente reprodutivo. E a este respeito, cabe perguntar: serão as três receitas da «Elegia para Jovens Amantes» amplamente reprodutivas, no plano cultural? Eis o que vamos ver.

A obra de Werner Henze, sobre libretto de W.H. Auden e Chester Kallman, composta ainda antes da pública adesão do autor ao marxismo, assenta numa intriga algo fantástica, que, aparentemente, pode parecer anódina do ponto de vista sociopolítico. Mas não é: nela faz-se uma crítica violentíssima ao mito do artista burguês e à função da cultura numa sociedade burguesa (o que se torna nítido na cena final, quando o poeta entra anunciado por trecho de Abertura para um Festival Académico de Brahms, o que estabelece logo uma conotação com um exemplo típico de «artista romântico», e lê o seu poema perante o «ministro da Cultura»; este poema, que é fruto dum encadeado de degradantes comportamentos humanos em que se envolve o «génio», vai funcionar agora como superestrutura ideológica da sociedade burguesa). A linguagem musical, construída na base de elementos duma actualidade post-weberniana, tem claras relações com o expressionismo de Schoenberg e não deixa, aqui e além, de prestar o seu tributo ao Stravinsky de «The Rake's Progress». De salientar o extraordinário partido dramático que Henze extrai da orquestra — uma orquestra sinfónica, munida de guitarra hispânica e fortemente carregada de percussão, que nunca soa como orquestra sinfónica, onde o «colorido» prevalece sempre sobre o «efeito-massa» (mesmo nos momentos de maior intensidade expressiva e dinâmica) e onde os caracteres das personagens e das situações vão desenhar-se em sonoridades novas, extremamente subtis. Trata-se, pois, duma obra de teatro e de música de grande fôlego, que importa conhecer.

Acresce que a realização a que assistimos no S. Carlos, da inteira

responsabilidade de um elenco da «Scottish Opera» (incluindo a orquestra e o maestro) e na qual tudo foi duma perfeição absoluta (desde a interpretação vocal ao virtuosismo dos instrumentos de percussão patente sobretudo no interlúdio do 3.º acto, desde a concepção e confecção dos cenários até à marcação e desempenho dos actores-cantores) nos deu a obra em toda a sua dimensão, constituindo uma paradigma de arte teatral-musical. A ligação entre a encenação e a substância musical da obra é tão profunda que julgo ver nas duas componentes cenográficas fundamentais — as estruturas metálicas, por um lado, e os elementos realistas, por outro — uma nítida correspondência com a simbiose verificada na música, entre os elementos «post-webernianos» e o expressionismo de um Schoenberg ou de um Alban Berg. De resto, no plano puramente teatral o expressionismo manifestou-se por diversas formas ao longo de todo o espectáculo.

Se este espectáculo da mais alta qualidade artística fosse apresentado durante o fascismo, naquela mesma sala, teria incomodado o público, pela sua modernidade. Eu teria feito o elogio do espectáculo e lamentado, uma vez mais, que a ópera fosse privilégio da alta finança (como, de resto, por meias palavras, tantas vezes fiz). Mas, pergunta-se: sendo esta ópera cantada em inglês, e sendo o seu sentido progressista apenas apreensível a partir duma leitura demasiado analítica, que um público popular aqui e agora não está apetrechado para realizar, seria importante colocar esta ópera ao alcance de vastos auditórios democráticos? A esta pergunta terá de se responder negativamente.

Penso que, na actual situação, o S. Carlos, actuando sempre em ligação com o Coliseu e alargando tanto quanto possível a sua acção ao resto do País, deveria orientar-se preferentemente para um tipo de repertório (antigo e moderno) de forte projecção popular e de conteúdo claro e acentuadamente progressista. Agora, que os preços da ópera se tornaram muito mais acessíveis, esse tipo de repertório, apoiado numa boa camada de captação de públicos não habituais, harmonizar-se-ia melhor com o esforço generalizado para a democratização da cultura que, nomeadamente no âmbito do MFA, está a ser tentado entre nós. Contudo nunca é de mais prevenir: uma democratização autêntica da ópera só será possível quando tivermos um ensino da música a sério, cantores em número e qualidade suficientes e tradutores de libretos experimentados. A Teatrológia de Wagner é hoje uma ópera popular na Hungria, porque tem companhias de ópera capazes de a cantarem em húngaro, com verdade dramática, perfeição técnica e propriedade de estilo. E não se escandalizem os puristas. Em Outubro passado assisti em Budapeste a um espectáculo de «O Ouro do Reno» cantado em húngaro, que se podia comparar, em qualidade artística a duma companhia alemã de primeira categoria.



«The Who»: quinta posição

GENESIS:

O MELHOR "ALBUM" DE 74 PARA "MÚSICA CONTEMPORÂNEA"

O programa «Música Contemporânea» é transmitido na Emissora Nacional no 1.º programa, (FM e Onda Média) entre as 18 e as 20 horas de todos os sábados. Durante os vinte e dois programas transmitidos entre 27 de Julho e 28 de Dezembro de 1974, sem quaisquer intuítos publicitários ou de promoção dos discos apresentados, procurou, de início, levar ao conhecimento do público em geral, alguns valores da música «ligeira» dita «pop» e, posteriormente, das mesmas formas musicais incluídas num sentido sociocultural, com a explicitação dos factos.

Paralelamente, foi feita uma análise cronológica das correntes musicais e intérpretes apresentados, da sua realidade contextual e do seu interesse (delimitado ou não).

Quer reprovando, quer aprovando esta ou aquela corrente (apreciações sempre acompanhadas de explicação) os intervenientes neste programa procuraram elucidar os ouvintes sobre um «tipo» de música que até ao 25 de Abril «apenas» lhes era proporcionada sob a forma de injeção dada de contravontade: um «medicamento» «ministrado» por razões várias que não o interesse geral.

Embora uma minoria estivesse já apta a compreender este «tipo» de música, pensou-se ser possível «doseá-la» de forma a tornar-se compreensível à maioria.

A uma maioria a quem esta música fora primitivamente levada como «benesse», mas que agora se impunha explicitar como uma razão de ser (ou de não ser). A música erradamente classificada como «pop» representa, na nossa época, um factor de novidade constante, pela qual muitos têm verdadeiro antagonismo, como o tiveram outros ou os mesmos pelo «charleston», pelo «can-can» e pela música de

Glenn Miller, verdadeiras revoluções musicais em épocas transactas. Posteriormente tornaram-se (bem ou mal) do agrado do grande público.

Esta tarefa a que nos propusemos: explicar (na medida dos nossos recursos) dando posteriormente possibilidade a apreciações mais correctas e libertas de antagonismos sem razão de ser.

Se falhas houve (reconhecidas por nós) sempre se tentaram reparar de forma válida e o mais correctamente possível.

A música portuguesa raramente foi focada por apenas se reconhecer valor à música de intervenção, esta suficientemente divulgada antes e depois do 25 de Abril.

Debruçamo-nos até agora sobre a música mais insistentemente «impingida» aos ouvintes, quer através da estação oficial quer das particulares.

Muito poderia ter sido feito, muito há a fazer. O caminho é longo mas deve ser trilhado com segurança e moderação.

Feita a análise do trabalho do programa passemos à análise das obras apresentadas.

Três dos intervenientes habituais do programa julgaram de interesse elaborar uma relação dos melhores discos de 1974, apresentados ou não no programa. Para o efeito foram analisadas várias dezenas de álbuns, de entre os editados entre nós e outros que embora «lançados» em 1974, apenas serão editados entre nós no princípio deste ano.

Tiveram também em conta alguns que «lançados» em 1974, não serão editados em Portugal, nem mesmo durante o corrente ano, mas pela sua qualidade mereciam a maior atenção.

Foi desta base que João Afonso Almeida, João Filipe Barbosa e Jorge Daniel elaboraram a lista dos 12 melhores «álbuns» de 1974.

JORGE DANIEL

OS MELHORES DE 74

- 1.º Genesis — «The Lamb Lies Down On Broadway»
- 2.º Peter Hammill — «The Silent Coner and The Empty Stage»
- 3.º Gentle Giant — «The Power and The Glory»
- 4.º Bert Jansch — «L. A. Turnaround»
- 5.º The Who — «Quadrophonia»
- 6.º Donovan — «Essence To Essence»
- 7.º Sandy Denny — «Like an Old Fashioned Waltz»
- 8.º Jethro Tull — «Warchild»
- 9.º Ian Matthews — «Some Days You Eat the Bear and Some Days The Bear Eats You»
- 10.º Yes — «Tales from Topographic Oceans»
- 11.º Sparks — «Kimono My House»
- 12.º Steeleye Span — «Now We Are Six»

SINDICATO DOS ECONOMISTAS

Como apoio à posição de unidade Sindical aprovada na última reunião geral de sócios, CONVOCAM-SE os economistas a integrarem-se na manifestação convocada pela Intersindical.

Terça-feira, dia 14, pelas 19,30 h. no Largo do Martim Moniz.

A DIRECÇÃO

TEATRO MUNICIPAL DE SÃO LUIZ

A COMPANHIA DO
TEATRO EXPERIMENTAL DE CASCAIS
APRESENTA

5.ª FEIRA, 16, AS 22 HORAS

PARIS 1871

CERIMONIAL PARA UM COMBATE

de CLAUDE PRIN
tr. de
ORLANDO NEVES

SÁBAOS E DOMINGOS, MATINÉE, AS 16 H.

BILHETES A VENDA

TRINDADE

F. N. A. T.

APRESENTA
SEMANA DE CINEMA
CUBANO

HOJE — às 18 horas
POR PRIMEIRA VEZ

EL HOMBRE
DE MAISINICU

Às 21,30 h.

MIRIAM MAKEBA

LAS AVENTURAS
DE JUAN QUIN-QUIN

15500 — preço único — para os sócios da F. N. A. T., Sindicatos, C. A. T., C. R. P., jovens até 22 anos, Associações Filiais na Liga para Intercâmbio Cultural, Social e Científico com os Povos Socialistas e Associação de Amizade Portugal-Guiné Bissau.

(Não acons. a m/13 anos)

teatro
desmontável
L. Martin Moniz metro Socorro

ADÓQUE
grupo de teatro

apresenta todas as noites
2 SESSÕES:
20 e 45 e 23 horas

Domingos: Matinée 16 h.

4.ª FEIRA: DESCANSO
PIDES NA
GRELHA
A MELHOR
REVISTA DE 1974

Não ac. a men. 18 anos
com: Henriqueta Maya, Nicholson, António Montez, Henrique Viana, Helena Isabel, Magda Cardoso, Carlos Gonçalves, Lia Sena, Fátima Veloso, Rosa Vendrell, Natália de Sousa, Maria N'Zámbi e Virgílio Castelo

O TEATRO TEM
AQUECIMENTO

Espectáculos

Crítica
de Teatro

CARLOS PORTO

AS CUECAS OU A VIDA
HERÓICA DA BURGUESIA

«As Cuecas», peça do ciclo «Da Vida Heroica da Burguesia», de Carl Sternheim. Tradução: Y.K. Centeno. Encenação: Ricardo Pais. Cenografia e Dramaturgia: J.A. Osório Mateus.

Figurinos: Gillian Daniell. Música: Carlos Zingaro. Luminotecnica: Orlando Worm. Chefe Maquinista: Reinaldo Martins. Interpretes: Vasconcelos Viana, Maria Emilia Correia, Maria Amélia Matta, Luis Pavão, Fernando Heitor, Maria de Jesus Aranda (actores); Carlos Zingaro, Celso Carvalho, Rui Neves, Maria de Jesus Aranda (músicos). Grupo «Os Cômicos». Instituto Alemão. 8/1/74.

Várias novidades tornavam, a priori, este espectáculo importante: um novo grupo independente que reúne alguns actores saídos do conservatório e formados já após a reforma o que permitirá um primeiro juízo sobre o acerto dessa reforma (1); um novo encenador que traz para Portugal a experiência adquirida em Londres; pela primeira vez, a função de «dramaturga» (2) é exercida por um especialista (formado no Centro de Estudos Teatrais, de Paris); revela-se um autor alemão que atravessou quase toda a primeira metade do Século XX e se mantinha inteiramente desconhecido do público português, alargando-se desse modo o leque, assaz estreito, dos contactos desse público com a dramaturgia mundial.

Começemos por sublinhar a importância deste último facto que confirma a pobreza dos nossos conhecimentos (falo em meu próprio nome) motivada, uma vez mais, pela excessiva subordinação a uma cultura recebida através da língua francesa. Parafraseando Shakespeare, bem se poderá dizer que há mais teatro na terra do que sonham os críticos (e espectadores), e o facto de nos ter sido proporcionada a oportunidade de conhecer este autor, bastaria para justificar o espectáculo. Felizmente, a estreia de «Os Cômicos» ultrapassa, e de muito, essa justificação e pode considerar-se, sem qualquer exagero, um momento importante do Teatro português do pós 25 de Abril.

Essa importância advém de um factor primordial que temos, frequentemente, a tendência para esquecer ou para desprezar: o factor da qualidade. Entendamo-nos no conceito de qualidade que depende, ao mesmo tempo, da capacidade de resposta aos problemas postos por um determinado texto, e da capacidade de tornar essa resposta eficaz, a todos os níveis a que se situa: de formulação estética, de conteúdo ideológico, de comunicabilidade, sem deixar de ter em conta que esta parcelarização é aqui artificial e deve surgir no espectáculo, rigorosamente como um todo.

Considerado, e considerando-se, o Molière do seu tempo, Carl Sternheim é o relativamente, não apenas pelo desenho das personagens (até pelo nome delas, como é o caso do Scarron) nem só pela estrutura dramática, mas pelo seu fundo corrosivamente crítico, conduzido subterraneamente através de um conflito na aparência banal.

Não conhecendo o texto original, não sabemos até que ponto a «dramaturgia» (Osório Mateus), e a encenação (Ricardo Pais), reforçaram os aspectos críticos da peça, mas, lembramos, não é esta que estamos a analisar mas sim o espectáculo que vimos no Instituto Alemão.

«As Cuecas» decorre na primeira década do século. Bismark já lá vai e aparecem os saudosistas da sua «aparagem gloriosa». Reina o Imperador Guilherme II. A burguesia alemã leveda lenta e secretamente a farinha das hecatombes que ensanguentaram quatro décadas da sua história. O protagonista da peça é um funcionário público para quem várias palavras constituem um rígido programa ideológico: ordem, disciplina, segurança, autoridade, nivelamento. Estas palavras, com todas as referências (ou conotações) que veiculam constituem uma espécie de código de honra, ao qual se devem acrescentar dois postulados fundamentais: o das relações machistas com a(s) mulher(es) e o da crença na superioridade da raça (ariana), com directas referências ao problema judaico. Não é este o local para o fazer, mas seria elucidativo desmontar o discurso dessa personagem, por exemplo, pondo em confronto os lugares-comuns que o informam

e a notícia do reaparecimento da serpente do mar (animal fabuloso) que o nosso funcionário comenta mais do que uma vez.

A peça tem como ponto de partida um incidente familiar que põe o sr. Maske (Máscara — nome bem significativo) em pânico: quando assistia à passagem do Imperador (e pondo-se em bicos de pés para melhor ver o cocheiro, observação que por si só é um retrato fecundo da vida do casal) caíam as cuecas (na alta sociedade, dir-se-ia calças) da sr.ª Maske, facto que é observado por várias pessoas, entre elas o marido, cuja colera vai ao espancamento. A sr.ª Maske é uma personagem mais rica do que aparenta no seu convencionalismo pequeno-burguês. Personagem romântica que, segundo o marido, tinha o direito de sonhar quando era solteira (porque não tinha mais nada que fazer) mas perdera esse direito na medida em que o sonho se transformara em realidade com o casamento (por isso um «leit-motif» do espectáculo é uma canção em que a jovem se refere aos seus deveres de dona de casa, como o de acender o lume).

Dois homens viram o incidente em que a sr.ª Maske deixara cair as cuecas: ambos alugam os quartos que o casal tinha vagos, e cujo dinheiro vai permitir ao sr. Maske fazer um filho à mulher, pois com esse dinheiro já podia realizar esse desejo da jovem (a pureza é uma das características da personagem). Um dos pretendentes é um jovem aristocrata dado à filosofia e às musas; para ele, ao contrário do imobilismo proclamado pelo sr. Maske, o Mundo avança, embora esse avanço não tenha nada a ver com Marx. Também o outro jovem, enfadado o doente, fanático de Wagner, comunga desses ideais, aliás, de tal maneira embrulhados que não passam de palavras ócio. Ambos perseguem a jovem casada cuja inclinação vai, evidentemente, para o primeiro, ajudada por uma vizinha solteirona que transfere para os casos dos outros, os seus recalamentos sexuais.

Os desejos da jovem esbarram contra dois obstáculos intransponíveis: o jovem aristocrata é um homem de palavras e não um homem de acção; é poeta, não é amante. Quanto ao barbeiro, esse é mais do que platónico, é provavelmente impotente: uma das coisas curiosas da peça é a defesa da saúde feita pelo sr. Maske a propósito do aspecto do jovem Mendelstam. Por isso, a vitória final pertence ao sr. Maske, que é ao mesmo tempo imbecil e astuto; é ele que possui a mulher, e pouco depois, a vizinha, e essas duas cenas constituem dois extraordinários «instantâneos» do amor visto através do prisma do acto sexual mecânico, ou seja, do amor que é uma «satisfação física», o que seria correcto se não utilizasse a mulher como objecto que se vê limitado a reduzir o seu prazer a essa função.

Uma das características do teatro de Carl Sternheim, é exactamente, o pessimismo ao dar a vitória aos cínicos, como aqui acontece.

Esta peça não se limita, como vimos, a levantar o conflito cómico de um marido que parece passível de ser enganado e de uma mulher desejosa de o enganar: o conflito assume outros rostos que dizem respeito à problemática das relações entre as pessoas, que não podem deixar de ser marcadas pela classe a que essas pessoas pertencem.

A leitura do Ricardo Pais não desprezou os aspectos puramente cómicos da peça, pelo contrário, o mecanismo do riso surge bem oleado, mas não deixou de sublinhar a crítica que esse mecanismo canaliza. Por isso, o espectáculo faz o retrato de uma mentalidade burguesa, que reflecte, de forma inequívoca, o processo de uma sociedade em construção: a sociedade nazi.

O palco do Instituto Alemão surge transformado numa espécie de balcão, e Ricardo Pais criou um novo espaço cénico no fundo da sala e a toda a largura desta. Neste novo palco, o espaço cénico é rodeado, junto à ribalta, por um cordão de desperdícios (farrapos e louça partida) para onde a dona da casa lança a louça de que se serve ao longo do espectáculo bem como o lixo que varre. Esse cordão é o sinal claro (talvez demasiado óbvio) de uma situação: a do casal burguês cuja vida se baseia na aparência (com o lixo oculto pelos móveis).

Além de uma coluna e de um vaso, e algumas cadeiras da época, o elemento principal da cena é um corredor onde se situam as portas por onde passam as personagens, com inscrições: a cozinha, o quarto, quarto 1, quarto 2 (mas a porta de saída não deveria ser identificada?). Os adereços estão colocados sobre uma arca, a um canto; há um cabide com abafos; e, na parte direita do palco, o espaço para o conjunto musical. Este não existe para acompanhar a acção, embora o faça através de comentários musicais irónicos. É mais importante a função da música: participa na criação do próprio espectáculo. A encenação, como já se percebeu, recusa o realismo, os elementos são realistas quando servem o próprio jogo cénico, como é um caso de um líquido a imitar cerveja (a não ser que seja mesmo cerveja) ou o da água lançada sobre uma personagem desmaiada; ou o caso da louça que é necessário quebrar.

Assiste-se à procura contínua de uma linguagem cénica e, portanto, artificial, não só através de sinais específicos, como do tipo de representação utilizado (o pegar e colocar um chapéu pode ser, por exemplo, um acto importante sob o ponto de vista teatral). As relações entre actores e músicos (aqueles dão muitas vezes sinal para a intervenção do conjunto), a mudança de registos em que a interpretação é cortada pela introdução de um registo declamatório; a precisão da guarda-roupa que é factor importante na definição «gestual» das personagens; a presença de uma personagem que, fora da acção, intervém em algumas passagens corais — são outros tantos elementos de uma escrita cénica muito rica e imaginativa. Isto, sem esquecer o cuidado posto em pormenores mais simples que, no entanto, ajudam a construir a ficção teatral que é o espectáculo: quando o sr. Maske fala do seu mundo fechado e acomodaticio, tem sempre o cuidado de fechar as portas que estejam abertas; por duas vezes, em que fala em ordem e uniformidade sobe a uma cadeira dando à fala um tom de discurso ainda mais teatral (tão próprio dos comícios de Hitler); certas passagens do seu discurso são sublinhadas por toques ritmados de percussão, cujas conotações sinistras são óbvias; quando a sr.ª Maske trata o jovem barbeiro apaixonado como se este fosse uma criança, duas personagens mimam, fora da cena, mães a embalar os filhos; o barbeiro diz: «E esse o meu único desejo», e aproxima a boca do seio da jovem.

Scarron faz literatura, e um braço aparece com uma taça de «espumoso» que ele bebe tranquilamente: num dos seus arroubos poéticos, surge uma coroa de louros, ou coisa que o valha, enquanto a sr.ª Maske se exaspera de desejo. Essa tensão sexual é eficazmente dada numa cena em que é posta em contraste a mulher desejando esperando o «amante» com a grosseria dos homens bêbados e risonhando.

Quando a mulher quer falar à vizinha pela janela, surge a cabeça desta através da porta, aparecendo aquela de costas.

Esta riqueza de sinais, de marcações cénicas é, não obstante, marcada por um rigor e por uma coerência entre nós excepcionais (por exemplo, quando a sr.ª Maske relata o seu incidente com as cuecas, fá-lo no mesmo sítio). Por isso não nos parecem aceitáveis alguns dos recursos utilizados pelo encenador que ou surgem como colados ao todo, ou como uma pirueta gratuita. É o caso da destruição da louça, cuja repetição debilita o que se quer significar com esse gesto. É o caso do «travesti» do velho cientista que parece surgir por falta de um actor (o facto só se nota em virtude do rigor a que me referi). E, sobretudo, o caso do final que representa como que o fechar do círculo: o sr. Maske parece esquecido do papel (devíamos ter escrito: o actor Vasconcelos Viana), agarra num original da peça e lê. Parece-nos uma pirueta gratuita.

O trabalho do encenador não deve consistir apenas na leitura ideológica e estética de um texto — é igualmente fundamental a direcção de actores. Encontrar, por um lado, um estilo e, por isso, uma unidade ou uma interpretação global; explorar, por outro lado, em cada actor as suas máximas possibilidades. Eis o que surge neste espectáculo, a um nível a que não esta-

mos habituados (a não ser com «Os Bonecreiros» e com «A Comuna»). Para o papel do barbeiro, o pobre homem em cujo quarto os percevejos abundavam de tal maneira que com eles, espetados por alfinetes, desenhou o monograma de Richard Wagner, Ricardo Pais escolheu um actor que já tínhamos visto trabalhar com pouco interesse: Fernando Heitor. Embora com o recurso, relativamente fácil, da gaueza e da composição bem marcada, expressionista (o fato negro, a caracterização branca), Fernando Heitor construiu uma personagem inesquecível pela qual passa o sopor patético de Pamplinas. Vasconcelos Viana, a cujas capacidades já por várias vezes aqui nos referimos, constrói com uma precisão, uma graça, uma inteligência do sr. Maske, que é efectivamente o pequeno-burguês inquietante que o espectáculo exige.

Embora com menos segurança, e por vezes com dificuldades de dicção, e de colocação de voz, Luis Pavão é outra revelação do espectáculo, desenhando a sua personagem através de uma composição que evita os efeitos e os rodriguinhos. Numa personagem difícil, Maria Amélia Matta dá a réplica a uma Maria Emilia Correia, em plena forma, alterando os seus registos com uma segurança e um domínio plástico de cena excelentes. Se a interpretação de Maria Amélia é marcada por um nervosismo que virá a desaparecer, não queremos deixar de referir ainda a forma magnífica como Fernando Heitor se movimenta em palco. No jogo off, Maria de Jesus Aranda participa com a malícia e a precisão (que por vezes falha no coro) que essa participação pedia. Resta referir as excelentes intervenções musicais do conjunto, onde há por vezes, ecos de música popular portuguesa, bem como a intervenção sempre significativa da luz. Espectáculo inteligente, bem trabalhado, plasticamente inventivo, político sem demagogia (má), com um nível de interpretação raro no teatro português — «As Cuecas» é pois um desarriscado. Ainda bem.

Uma palavra só para a admirável tradução de um texto denso e metafórico (Ivette Centeno).

O Instituto Alemão, dirigido por Curt Meyer-Clason, confirma a tradição anterior à queda do fascismo, de ser um «forum» não só de animação como de criação cultural.

CARLOS PORTO

(1) Paradoxalmente, agora que o teatro português vai ser reestruturado, o Conservatório mantém-se paralisado, o que agravará a falta de quadros com que se luta.

(2) O «dramaturga» colabora com o encenador no levantamento histórico e ideológico do texto. Faz, com aquele, uma primeira encenação virtual ou literária.

Barbra e Redford:
"os mais populares"

Robert Redford e Barbra Streisand foram considerados os «astros» cinematográficos mais populares do Mundo, em 1974, numa sondagem à opinião pública efectuada pela Reuter para a Associação de Imprensa Estrangeira de Hollywood.

Foi a terceira vez que Barbra Streisand se classificou em primeiro lugar e a primeira para Robert Redford.

Ambos receberam os prémios Globo de Ouro como os favoritos do cinema em todo o Mundo durante a cerimónia para a entrega dos galardões pela Associação, que se realizou na capital do cinema, em 25 de Janeiro.

O inquérito baseou-se nas receitas de bilheteira e em outras estatísticas em 65 países. A popularidade dos dois artistas aumentou com a estreia em todo o Mundo do filme romântico «The Way We Were», interpretado por ambos.

Barbra Streisand ganhou anteriormente o prémio em 1970 e 1971.



Até 2 de Fevereiro, pode ver-se no Coliseu dos Recreios, o Grande Festival Mundial de Circo, espectáculo composto por artistas provenientes de trinta dos melhores circos do Mundo. Fazem parte do festival: um número de leões e tigres; o cavalo «Fúria» e chimpanzés; Galla Show, trapézio com artistas norte-americanos; saltadores sobre colúmpio, da Polónia; os duplos trapézios volantes, da Alemanha e os «samurais» do Japão. Na foto, Hito, figura principal dos «samurais», que participam pela primeira vez no Festival Mundial de Circo

Rogério Paulo vai a Cuba

Parte na próxima segunda-feira para Cuba o actor e membro da Associação de Amizade Portugal-Cuba, Rogério Paulo, onde fará parte do júri do Prémio Literário Casa das Américas.

É esta a segunda vez que Rogério Paulo faz parte de tal júri, sendo a primeira no ano de 1972.

Rogério Paulo estará de regresso a Portugal dentro de 20 dias, aproximadamente.

Sindicato dos Profissionais
de Escritório do Distrito de Lisboa
Grande manifestação da Intersindical

Convocam-se todos os profissionais de escritório para a manifestação promovida pela INTER-SINDICAL NACIONAL, a realizar AMANHÃ, TERÇA-FEIRA, às 19 h. no LARGO MARTIM MONIZ.

O POVO ESTA COM O MFA
CONTRA OS MONOPÓLIOS E OS LATIFUNDIÁRIOS!
PELA CONSAGRAÇÃO DA UNICIDADE SINDICAL!
UNIDADE NA ACÇÃO, A FORÇA DOS TRABALHADORES!

NÃO FALTES!



grupo nefil i.c.

após o período de encerramento para balanço já reabrimos normalmente até às 19.30 h. para apresentarmos

novas formas
novas cores

em mobiliário por elementos

novos modelos

em iluminação e estofos
nacionais e de importação

Salões de exposição e venda:

lisboa - av. miguel bombarda, 21a

porto - r. sta. catarina, 1355

" - r. de cedofeita, 471

mobiliário moderno... diferente

VENDA DE AUTOMÓVEIS

A SONAP tem para venda, nas suas Instalações de Cabo Ruivo, os seguintes veículos:

- 2 VOLVOS 1971
- 1 VOLVO 1974
- 2 Carrinhas Transp. Passageiros (16 Lugares cada)

As propostas deverão indicar preços unitários e serem remetidas, em carta fechada e lacrada, para a Divisão de Aprovisionamento, Rua Tomás Ribeiro, 97 — Lisboa-2, até ao dia 27 de Janeiro de 1975.

Anúncio de sindicância ao Albergue Distrital de Mendicidade de Lisboa

Carlos Dinis da Fonseca, licenciado em direito e funcionário ao serviço da Secretaria-Geral do Ministério dos Assuntos Sociais, faz público que, por nomeação de Sua Excelência o Ministro da Administração Interna, está a realizar uma sindicância ao Albergue Distrital de Mendicidade de Lisboa («Mitra»), pelo que convida todas as pessoas que tenham razão de queixa ou de agravo contra o regular funcionamento do referido Albergue, se apresentem a declará-lo a ele, sindicante, nos Serviços de Inspeção da Secretaria-Geral do Ministério dos Assuntos Sociais — Largo do Rato (junto à Esquadra da Polícia), até ao dia 23 do corrente mês, em todos os dias úteis, das 15 às 18 horas.

Lisboa, 8 de Janeiro de 1975.

O SINDICANTE
Carlos Dinis da Fonseca

Shell Portuguesa

S. A. R. L.

Procura empregados para prestar serviço na Ilha do Sal, com as seguintes características:

- Serem naturais de Cabo Verde
- Possuírem cursos completos dos Institutos Industriais, bem como das Escolas Industriais do Ensino Técnico
- Terem uma experiência profissional aproximada de 5 anos (preferencial)
- Possuírem cartas de ligeiros e pesados
- Saberem inglês, falado e escrito

Os interessados deverão responder por escrito ao Departamento do Pessoal da Shell Portuguesa, S.A.R.L. — Avenida da Liberdade, 249 — Lisboa 2, com «curriculum vitae» detalhado.

CURSOS DIURNOS/NOCTURNOS PARA TODAS AS IDADES EXTERNATO «JOÃO PEQUENO»

RUA DA ESTRELA, 21

PREPARE-SE PARA UM FUTURO MELHOR

Ensino Primário

Ciclo Preparatório

Curso Geral

Admissão à Universidade «Ad Hoc»

PROFESSORES PROGRAMADOS

INSCRIÇÕES ATÉ 15 DE JANEIRO

INFORMAÇÕES PELOS TELEFONES 66 44 55/70 69 10

ALDEAMENTO TURVALBO

JÁ EM CONSTRUÇÃO!

Entrega das 15 primeiras moradias em AGOSTO DESTE ANO.

Peça informações a:

TURVALBO

Av. da Liberdade, 124 - 1.º, Dt.º — Tel. 32 67 73

Alteração na previdência para rurais

Por decreto-lei do Ministério dos Assuntos Sociais determina-se que a partir de 1 de Janeiro corrente, passam a ser obrigatoriamente abrangidos pelo regime dos Fundos de Previdência das Casas do Povo os trabalhadores por conta de outrem das actividades agrícolas, silvícolas e pecuárias com idades inferiores a 18 anos, que não sejam sócios efectivos das Casas do Povo por não serem chefes de família. As quotas mensais para os Fundos de Previdência das Casas do Povo, dos trabalhadores referidos, bem como o quantitativo

das prestações pecuniárias a que ficam com direito serão estabelecidas por despacho do secretário de Estado da Segurança Social.

Esta medida corrige uma situação de injustiça que dava lugar a justas reclamações. De facto, o direito a prestações daqueles fundos, atribuído aos descendentes ou equiparados dos beneficiários, extingue-se aos 16 anos de idade, enquanto eles, como trabalhadores, só poderiam entrar para sócios efectivos das Casas do Povo aos 18 anos.

Relance sobre o custo de vida

Continuação da pág. 3

no accionamento dos multiplicadores de riqueza através da aplicação dos meios financeiros de que dispõe, o qual influi, de modo decisivo, na determinação do nível geral de preços de bens e serviços.

COMERCIALIZAÇÃO E PREÇOS

Não se pretende, naturalmente, esgotar o tema «custo de vida», mas apenas reflectir com o leitor, sobre um tema que interessa de modo particular às classes trabalhadoras.

No entanto, e a finalizar, parece conveniente alinhar algumas palavras sobre as margens de comercialização e rede de distribuição, aspecto da maior importância para a agricultura, onde a situação é bem conhecida, já que as áreas rurais se encontram separadas das zonas urbanas por uma autêntica barreira de intermediários que encarecem desnecessariamente os produtos agrícolas nos centros de consumo e, por outro lado, contribuem para o agravamento dos preços dos produtos manufacturados nos campos.

Parece hoje assente que esta situação é principalmente originada pela deficiente organização da rede de distribuição, mantendo circuitos desnecessários.

Para o director-geral de Preços, «a solução deste problema passa pela reorganização destes circuitos, incentivando o associativismo dos consumidores e pequenos retalhistas, no sentido de eliminar intermediários supérfluos, tarefa esta a realizar pela Direcção-Geral do Comércio Interno. Por outro lado, ao nível dos importadores a orientação vigente da Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços é garantir, tanto quanto possível, a manutenção dos preços dos produtos por, pelo menos, seis meses, procurando-se que os importadores não se limitem a ser meros agentes de compra, mas que efectivamente constituam stocks de mercadorias para assim ser assegurado o abastecimento regular do mercado nacional».

Tudo isto, porém, não impede que volte a pôr-se o problema que já se pôs e parece ser o fundamental: todas as medidas tomadas e a tomar serão bem recebidas pelo público consumidor, mas o mais importante é a reorganização da economia em moldes inteiramente novos, decisivamente voltados para os interesses das classes trabalhadoras.

AFONSO PRAÇA

A loucura de Ford no Vietname

Continuação da pág. 2

do Mekong e nas províncias que rodeiam Saigão.

Quer no plano militar, quer no político ou no diplomático, e ainda no económico o regime de Saigão tem vindo de derrota em derrota. Se existir ainda em Washington um grama que seja de realismo, Ford terá de ver que uma solução militar a favor de Thieu é completa e absolutamente impossível. E também, que uma solução política é igualmente impossível enquanto Thieu permanecer. A saída está mesmo debaixo dos olhos de Ford — aplicação dos Acordos de Paris negociado pelo seu secretário de Estado, Henry Kissinger.

Como tem acontecido nos últimos trinta anos na política americana na Ásia, Washington, devido à sua política do «agarrar tudo - perder tudo» tem efectivamente perdido quase tudo. E Kissinger não tem sido melhor que John Foster a este respeito. Se Washington, na China, tem optado, por uma solução de compromisso, não tentando exterminar os comunistas através do seu «apoio» ao Kuomintang, teria evitado à China o problema da Formosa. De forma semelhante, os acordos de Paris conferiram aos Estados Unidos os melhores termos que eles

podiam esperar na resolução do problema do Vietname. O mapa político-militar do Vietname do Sul é de longe menos favorável ao lado de Saigão-Estados Unidos, do que era em Janeiro de 1972-73, precisamente por causa da total sabotagem ao Acordo de Paris. Com mais outro ano em cima e o mapa ainda será mais desfavorável. A relação de forças continuará inevitavelmente a pender para o lado da P. R. G./F. N. L. pois estes contam com o seu próprio povo, baseiam-se no seu próprio país. Aquilo que durante vários anos parecia ser a grande força de Thieu — auxílio financeiro e militar ilimitado dos Estados Unidos — é agora uma fraqueza mortal quando o mesmo volume de auxílio já não é obtido. De facto, o suporte político de Thieu consistiu sempre em armas e dólares e agora que não os possui com tanta abundância, ressentem-se numa forma muito nítida.

Objectivamente falando, parece mais fácil a Ford do que a qualquer dos seus predecessores fazer sair os Estados Unidos da situação em que se meteram. Dispõe de um acordo com a assinatura do seu secretário de Estado. Resta-lhe cumprir-lo.

SINDICATO DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS

(Secção Sul)

Convoca os seus associados para a manifestação de apoio

A UNIDADE E UNICIDADE SINDICAL

Aprovadas na Assembleia de 29/11/74

A concentração far-se-á às 19 horas no Martim Moniz, no dia 14.

A DIRECÇÃO

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores para a Manifestação de apoio à UNIDADE e à UNICIDADE, promovida pela Intersindical Nacional, que partirá do Largo Martim Moniz, no dia 14 de Janeiro, às 19.30 horas.

CAMARADA

A CONSOLIDAÇÃO DO PROCESSO DEMOCRÁTICO DESENCADEADO EM 25 DE ABRIL EM MUITO DEPENDE DA FIRMEZA DOS TRABALHADORES QUANTO AOS PRINCÍPIOS DA UNIDADE E DA UNICIDADE.

TODOS AO MARTIM MONIZ

Assinaturas:

- Sindicato dos Administrativos Marinha Mercante
- Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa
- Sindicato dos Electricistas do Sul
- Sindicato dos Profissionais de Escritório
- Sindicato dos Empregados em Garagens
- Sindicato dos Profissionais de Enfermagem
- Sindicato dos Técnicos de Desenho
- Sindicato dos Profissionais de Seguros
- Sindicato dos Delegados de Propaganda Médica

SALDOS C/ INÍCIO DIA 15

JOGOS E TOALHAS TURCAS
TOALHAS DE MESA
JOGOS DE CAMA
COBERTORES-COLCHAS
CAMISAS DE NOITE
CINTAS E SOUTIENS
ARTIGOS DE BEBÉ
RENDAS E BORDADOS SUISSOS

Trabalhos femininos

RUA DO OURO, 179
AV. GUERRA JUNQUEIRO, 3-D

AVISO:

A FIM DE ATENDER AS EXISTENTES CLIENTES COM A DEVIDA ATENÇÃO E EVITAR INCONVENIENTES AGLOMERAÇÕES, O ACESSO AO ESTABELECIMENTO SERÁ LIMITADO À CAPACIDADE ACONSELHÁVEL.

PEDIMOS DESDE JÁ DESCULPAS POR QUALQUER INCONVENIENTE QUE ISSO POSSA CAUSAR.

A GUINÉ-BISSAU É ANTI-IMPERIALISTA — DECLAROU-NOS VASCO CABRAL

Entrevista de
JOSÉ A. SALVADOR

A cooperação íntima entre a Guiné-Bissau, Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe deve prosseguir e intensificar-se agora que se aproxima a independência daquelas três últimas colónias portuguesas, segundo sublinhou Vasco Cabral em entrevista que nos concedeu ontem antes de partir para Bruxelas.

Ao defender tal opinião o dr. Cabral, Comissário de Estado da Economia e Finanças da Guiné-Bissau e membro do Comité Executivo de Luta do P.A.I.G.C. (Bureau Político) recusava a hipótese da extinção da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, na qual se integram o P.A.I.G.C. a Frelimo, o M.P.L.A. e o M.L.S.T.P. A referida Conferência foi fundada por Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral e Miguel Trovoada, destinando-se a discutir os processos de luta empreendidos em cada uma das colónias e a unificar os esforços de libertação nacional. Assim se entendem as palavras do nosso interlocutor:

A colaboração dos países que antes foram dominados pelo colonialismo português vai prosseguir. Tem mesmo de prosseguir agora num plano diferente. Nos planos económico, da educação, etc, e de acordo com o espírito da unidade africana. Há uma razão particular para continuarmos esta colaboração: fizemos uma luta comum, enfrentámos o mesmo inimigo, agora nesta fase essa colaboração pode ser mais frutuosa.

Logo de seguida, o dirigente do P.A.I.G.C. acentuou o carácter positivo do processo de transmissão de poderes realizado pelo Governo Português após o 25 de Abril. Nesta altura, o dr. Vasco Cabral pôs reservas à expressão «processo de descolonização» referindo que sobretudo se tratava de legitimar em termos jurídicos as conquistas dos Movimentos de Libertação.

As palavras do nosso interlocutor, também deputado da Assembleia Nacional Popular da República da Guiné-Bissau, juntamos as palavras de

Amílcar Cabral proferidas, em 1969, num seminário dos quadros do Partido:

«Estamos a ver, portanto, que a realidade da nossa luta faz parte da realidade da luta das colónias portuguesas, quer nós queiramos ou não, isso não é nunca uma questão de vontade, não que eu decidi isso, não é o Bureau Político do Partido que o decidiu, não foi nenhum de vocês que decidiu. Quer nós queiramos ou não, é assim. Essa é a força da realidade. Tudo está no seguinte: termos consciência disso, trabalharmos, para podermos caminhar todos juntos, como deve ser»

PAPEL POSITIVO DA O.U.A.

A uma outra pergunta, Vasco Cabral reafirmou o carácter anti-imperialista da política da Guiné-Bissau, país não-alinhado que segue a política do Terceiro Mundo:

A nossa opção sempre foi clara. Fizemos um combate contra o colonialismo e imperialismo. Prosseguiremos sem desfalecimento por essa via. No programa do nosso Partido está inscrito esse princípio de luta pela paz, progresso, e luta contra o colonialismo e o imperialismo, luta pela unidade africana, e pela colaboração entre todos os povos, independentemente do regime social e político.

Nesta perspectiva, Vasco Cabral salientou a acção positiva da O.U.A. que desempenhou papel significativo na «modificação de África», e na construção da unidade africana.

DESENVOLVER A AGRICULTURA

Vasco Cabral esteve somente de passagem por Lisboa. O seu destino era Bruxelas, para onde partiu ontem, a fim de assistir a uma reunião de Estados Africanos, das Caraíbas e do Pacífico com a Comunidade Económica Europeia.

Ai serão discutidos problemas de ordem económica, dis-



A mulher desempenhou papel fundamental na luta de Libertação Nacional.

se-nos para logo acrescentar:

Vim a Lisboa, pois, sendo eu membro do Governo e dirigente do Partido, estava em condições de tratar problemas urgentes sobre a cooperação com Portugal, que era necessário tratar já.

Sem divulgar a natureza das questões, podemos, todavia, adiantar que provavelmente foi abordada em Lisboa a questão do Banco Central da Guiné-Bissau face à nacionalização do B.N.U.

É grave, de resto, a situação económica na Guiné-Bissau:

Temos as dificuldades naturais de uma dominação colonial, e do facto de as pessoas que viviam nas zonas ocupadas estarem inseridas numa engrenagem cheia de vícios, corrupção, hábitos negativos de trabalho, falta de disciplina e espírito de compadrio. Por outro lado existem as dificuldades inerentes ao próprio atraso económico. O país é fundamentalmente agrícola, e a par de uma economia de subsistência surgiu uma economia do tipo capitalista pouco desenvolvida.

É neste contexto que o res-

pensável pelo sector económico da jovem República defende um desenvolvimento assente na agricultura:

Definimos como tarefa primordial levantar a nossa agricultura, desenvolvendo a produção, diversificando as culturas, aumentando as áreas cultiváveis.

Após referir que se tinha a preocupação de melhorar as condições de vida do camponês, Vasco Cabral acrescentou:

Pensamos que é necessário desde já começar a dar atenção às possibilidades de um desenvolvimento industrial. Estamos a proceder à avaliação de potencialidades e recursos, possibilidades de ener-

gia hidroeléctrica, possibilidades de subsolo.

Com este propósito foram criados dois subcomissariados. Um ocupou-se do planeamento agrícola, pecuária e recursos naturais, outro da indústria e energia hidráulica.

No que respeita ao desenvolvimento industrial vai ser gradualmente. Para esse desenvolvimento ter mais amplitude é fundamental que o sector agrícola tenha atingido um certo nível.

RECONSTRUÇÃO NACIONAL

Pode dizer-se que todo o povo guinéu está hoje empenhado no esforço de reconstrução

Esta tarde

"Auto-de-fé" feminista

Mulher oprimida: não esperes mais um dia para destruíres os instrumentos da tua opressão.

É o Movimento de Libertação das Mulheres quem manda este recado a todas as mulheres portuguesas. São as suas militantes quem, esta tarde, às 18 horas, no topo do Parque Eduardo VII, acende a fogueira onde cada mulher poderá queimar o símbolo daquilo que mais oprime enquanto mulher.

Diz o M.L.M.: «Preparamos quemar todos os símbolos da opressão da mulher, nos múltiplos aspectos em que tem sido desde sempre mistificada: a mulher-objeto sexual, a mulher produto de consumo, a mulher mártir, a mulher escrava do lar, a mulher repouso

do guerreiro, entre muitos outros».

Panos do pó, vassouras, esfregões, fraldas, bonequinhos para meninas e pistolas para meninos, revistas pornográficas, livros «marialvas», «posters», cabeleiras postíças, alguns dos objectos que esta tarde vão certamente arder no Parque Eduardo VII, às mãos de mulheres decididas. Ajudarão a atear a fogueira uma mulher vestida de escrava, outra de noiva, uma grávida e uma «vamp»: quatro aspectos da opressão das mulheres.

Com o «auto de fé» desta tarde inaugura o Movimento de Libertação da Mulher o Ano Internacional das Mulheres: «não com festejos, porque a situação da mulher não justifica alegria, mas com um acto de denúncia».

nacional comungando dos objectivos do P.A.I.G.C.

Nesta luta a mulher guineense desempenha um papel relevante, continuando, assim, a acção que desenvolveu durante a luta de libertação nacional:

Estamos numa fase em que vamos criar novamente a organização das mulheres.

Referindo a situação social da população feminina Vasco Cabral disse ainda:

As mulheres combateram ao lado do homem, desenvolvendo actividades políticas. Alguns mártires da luta de libertação são mulheres. Na direcção do P.A.I.G.C. participam mulheres, assim como nos comités de tabanca, nos tribunais populares e na Assembleia Nacional Popular.

E a concluir:

As mulheres sabem que na nossa terra têm um caminho aberto à sua frente para participarem em todos os aspectos da vida social. Defendemos a igualdade homem-mulher a todos os níveis.

Os cineclubes do Norte vão associar-se?

Um dos grupos de trabalho criados no âmbito da reestruturação do Cineclube do Porto vai estudar o problema da criação duma Associação de Cineclubes do Norte do País, onde existem, pelo menos o da Boavista (também no Porto), Aveiro, Viseu, Coimbra e Guimarães. Na reunião de associados do Cineclube já realizada foram criados outros grupos de trabalho para revisão dos estatutos e regulamento interno, reestruturação das secções e conseguir uma sala de projecções melhor do que a da actual sede. Estuda-se ainda a realização de um curso de técnica cinematográfica e a criação de uma secção de fotografia.

A nova direcção do Cineclube do Porto, há pouco empossada, é constituída por elementos das antigas secções, nomeadamente de cinema amador, que foi bastante activa nos últimos anos no campo da divulgação do cinema em escolas e locais de trabalho.



O P.P.D. e o Serviço Cívico

O Partido Popular Democrático torna público o seguinte esclarecimento, em que refuta a posição (relativamente ao serviço cívico) que lhe é atribuída num comunicado do P.P.M.:

«O serviço cívico estudantil é neste momento um dos problemas mais importantes que se põem à juventude portuguesa e sobre o qual é necessário, por isso, definir opções muito claras.

«A Juventude Social Democrata já definiu bem a sua posição, quer através de comunicados, quer através de uma entrevista dada por alguns militantes ao «Diário Popular» em 10 do corrente.

«Estranha, por isso, que num comunicado do P.P.M. distribuído à Imprensa em 10 do corrente se atribua à J.S.D. uma posição que esta não defende e que muito pelo contrário considerou já ser «apenas mais um paliativo».

«Refutamos por isso este obscuro comunicado na parte referente à J.S.D., e esclarecemos mais uma vez que:

«(1) A J.S.D. considera que só a análise caso a caso de cada escola pode conduzir à

melhor solução no sentido de levar tão longe quanto possível a admissão de novos alunos.

«(2) A suspensão de inscrições, funcionando a par com o serviço cívico facultativo, seria apenas utilizada como recurso de emergência e depois de esgotadas todas as outras hipóteses.

«(3) A voluntariedade que consideramos ponto fundamental do serviço cívico é posta

em causa pelas medidas pressionantes que resultam do decreto aprovado.

«(4) Para além de uma autêntica reforma do ensino que continua a tardar, urge ter em conta que os estudantes oriundos das classes trabalhadoras sentirão mais do que ninguém grandes dificuldades em prosseguir os seus estudos, se lhes for imposto um ano de inactividade.»

A CHAGA

um lançamento do CENTRO DO LIVRO BRASILEIRO · Lisboa · Porto · Luanda

CASTRO SOROMENHO
o grande escritor Português que o salazarismo perseguiu até a morte
ROMANCE DAS CRUEIS REALIDADES DO ULTRAMAR LUSITANO

Nacional

Defesa dos parques nacionais

Três decretos-lei do Ministério do Equipamento Social e do Ambiente determinam a aplicação aos Parques Nacionais da Madeira, do Centro e da Ria de Aveiro as medidas de defesa previstas no Decreto-Lei n.º 576/70, de 24 de Novembro, considerando o alto valor ecológico, científico, económico e recreativo que envolve. Trata-se de parques nacionais em fase de estudo para a respectiva constituição, pelo que urge acautelar o seu futuro.

No caso da ilha da Madeira, trata-se da área envolvente do maciço montanhoso central; a área da costa Atlântica compreendida entre a Figueira da Foz e Peniche, no caso do Parque Nacional do Centro do País e a área envolvente da Ria de Aveiro e da costa Atlântica que se lhe segue. Neste último exemplo, avulta ainda o facto de se reconhecer constituir a prática da recolha do molico importante contributo não apenas da melhoria da situação ecológica das águas da Ria, mas também para conservação do fundo de fertilidade dos terrenos marginais, «de onde globalmente resulta uma mais elevada e qualificada capacidade de carga biológica da paisagem em geral».

Deste modo, ficam dependentes da autorização da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, nomeadamente: a criação de novos núcleos populacionais em qualquer das zonas referidas; a construção, reconstrução ou ampliação de edifícios ou outras instalações; a instalação de explorações ou ampliação das já existentes; alterações importantes, por meio de aterros ou escavações, à configuração geral do terreno; derrube de árvores, em maciço.

A delimitação rigorosa de qualquer dos parques é fixada nos decretos, já enviados para publicação no «Diário do Governo».

Que médico tentou silenciar Varela Gomes?

Há 13 anos abortou o que poderia ter sido o rastilho de uma revolução, a queda do fascismo, a não continuação da guerra colonial, a não mutilação e morte de milhares de jovens portugueses, angolanos, guinéus e moçambicanos. Há 13 anos («DL» recordou-o), o então capitão Varela Gomes foi metralhado e o major Calapez Martins (legionário e 2.º comandante do R. I. 3) transformado em herói do «fascio» local.

E, nessa madrugada fria e chuvosa, um médico houve que se recusou a tratar, e assim silenciar, o chefe rebelde. E 13 anos decorridos o seu nome permanece num cómodo anonimato, por força de certos e inexplicáveis silêncios, que assim permitem deixar na sombra o homem indigno que tentou levar à morte o revolucionário exangue.

É pois urgente conhecer o seu nome. É a revolução quem o exige! Para que os torcionários não passem impunes e a frase «Viva la muerte!» não volte a latejar nos lábios de tal gente.

MANUEL GERALDO

O CONSELHO ESCOLAR DE DIREITO PEDE POR UNANIMIDADE O REGRESSO DE MARCELO CAETANO

Confirmada pela Comissão de Gestão e pela Direcção Provincial da Associação da Faculdade de Direito, recebemos as seguintes fotocópias duma decisão do Conselho Escolar, extraída do Livro 57 de Actas, numero 84:



FACULDADE DE DIREITO
DA
UNIVERSIDADE DE LISBOA
CIDADE UNIVERSITÁRIA
LISBOA

Ex.º Senhor

Prof. Doutor Marcello José das Neves Alves Caetano

S.º
56 N.º 84

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que o Conselho Escolar da Faculdade de Direito, em sessão de 30 de Abril de 1974, tomou por unanimidade e decidiu comunicar a V. Ex.ª a seguinte deliberação:

«O Conselho Escolar da Faculdade de Direito de Lisboa, recordando os altos serviços prestados a esta Faculdade pelo Professor Marcello Caetano, formula o sincero voto de que regresse o mais cedo possível ao exercício das suas funções universitárias».

Apresento a V. Ex.ª os melhores cumprimentos.

A bem da Nação

Faculdade de Direito de Lisboa, 2 de Maio de 1974.

O Professor exerceendo as
funções de Director,

[Assinatura]

(Doutor Adelino da Palma Carlos)

Ex.º Senhor

Reitor da Universidade de
LISBOA

57 108

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que, em virtude da exoneração das funções de Presidente do Conselho do Prof. Doutor Marcello José das Neves Alves Caetano, pela Lei n.º 1/74 de 25 de Abril, se deve considerar aquele Professor em serviço activo a partir da mesma data.

Apresento a V. Ex.ª os melhores cumprimentos

A bem da Nação

Faculdade de Direito de Lisboa, 24 de Maio de 1974

O Professor exercendo as
funções de Director,

[Assinatura]

Faça Férias Portuguesas

consulte
já
o seu agente
de
viagens!



algarve

A partir de:
4 dias 340\$00
7 dias 595\$00
DE 15 DE SETEMBRO DE 1974
A 15 DE MARÇO DE 1975
PRAIA DOS 3 IRMÃOS
MONTES DO ALVOR
PRAIA MARIA LUISA
ALBUFEIRA
VALE DO LOBO (ALMANSIL)
PRAIA DA ROCHA
MONTE GORDO
FARO
ARMAÇÃO DE PÉRA
ALVOR
QUARTEIRA
LAGOS
SAGRES
PORTIMÃO
TAVIRA
OLHÃO
AREIAS DE S. JOÃO (ALBUFEIRA)

fins de semana em lisboa

Fim de semana a partir de 460\$00
DE 1 DE NOVEMBRO DE 1974 A 15 DE MARÇO DE 1975

costa de lisboa

A partir de:
4 dias 435\$00
7 dias 725\$00

DE 15 DE SETEMBRO DE 1974
A 15 DE MARÇO DE 1975

GUINCHO
CASCAIS
ESTORIL
CARCAVELOS
OEIRAS
PAÇO D'ARCOS
SISIMBRA
SETUBAL

zona centro

A partir de:
4 dias 380\$00
7 dias 660\$00

DE 15 DE SETEMBRO DE 1974
A 15 DE ABRIL DE 1975

AVEIRO
LUSO
COIMBRA
FIGUEIRA DA FOZ

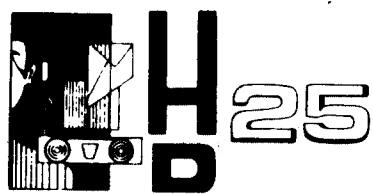
costa verde

A partir de:
4 dias 380\$00
7 dias 660\$00

DE 15 DE SETEMBRO DE 1974
A 15 DE ABRIL DE 1975

VIANA DO CASTELO
PORTO
MONÇÃO
VILA PRAIA DE ÁNCORA
BRAGA
OFIR
BARCELOS
ESPOSENDE
POVOA DE VARZIM
A VER O MAR
ESPINHO

FINALMENTE EM PORTUGAL TRABALHADORES PORTUGUESES



NOVO... ENSINO...
DIFERENTE...
ESTUDO... LIVRE...

CURSOS

«AUDIO-CORRESPONDÊNCIA»

EM CASA... NO CAMPO... NA PRAIA... NO AUTOMÓVEL...

JOVENS... ADULTOS...

Todos podem obter:

- * CICLO PREPARATÓRIO
- * CURSO GERAL DOS LICEUS
- * CURSO COMPLEMENTAR
- * ADMISSÃO UNIVERSIDADE «AD HOC» PARA M/ DE 25 ANOS POSSUINDO A 4.ª CLASSE

PEÇA JÁ INFORMAÇÕES COMPLETAS GRÁTIS E SEM COMPROMISSO

TRABALHADORES PORTUGUESES, O HD-25 ABRE-VOS AS PORTAS...

PORTO — RUA GONÇALO CRISTÓVÃO, 140. 1.º ESQ. — TEL. 319628
LISBOA — LARGO GENERAL JOAQUIM JOSÉ MACHADO, 3 — TEL. 781299

DIFUSÃO CULTURAL HD-25

A exigência do público obrigou-nos a prorrogar o prazo das inscrições até 20 DE JANEIRO. Por tal, e continuando a sua DIFUSÃO CULTURAL, o HD-25 OFERECE A TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES, as lições escritas e cassetes, respeitantes aos meses de Outubro e Novembro/74, a quem se inscrever até à data acima mencionada.

EXTENSIVO A TODOS OS PONTOS DO MUNDO ONDE HOUVER PORTUGUESES

AUTO-MONUMENTAL DO AREEIRO, SARL

AGENTE OFICIAL DO DISTRITO DE LISBOA

VOLKSWAGEN

AV. PADRE MANUEL DA NOBREGA, 8, 8C e 8D
(AO AREEIRO) TELEF. 727654-727665-713057



SERVIÇO

estação de serviço
peças legítimas
e oficinas
carros novos e usados
com garantia
facilidades
de pagamento,

Sob a capa de «antiguidades» vendem-se em Lisboa matracas deste tipo que outra coisa não são do que armas mortais para utilização em actos de violência. Segundo informação que nos foi prestada, têm sido vendidas grandes quantidades nos últimos tempos. «Antiguidades» deste tipo foram já vistas por altura do «28 de Setembro». Quem fabrica? Quem vende? Quem compra? Para quê? Quem se prepara para as utilizar?

INVISTA

- **Invista
duma forma certa**
- **Crie novos postos
de trabalho**
- **Aumente
a riqueza do país**

SER EMPRESÁRIO OBRIGA A SER RESPONSÁVEL



Nacional

PORTO: COMÍCIO DO M.R.P.P.

"O PROLETARIADO SABERÁ CRIAR A SUA CENTRAL SINDICAL ÚNICA"

PORTO, 13 — Vários milhares de pessoas encheram o Palácio de Cristal, para participarem no comício organizado pelo M. R. P. P., durante o qual foi aprovada por aclamação uma moção exigindo a libertação imediata do soldado Etelvino de Jesus, «em greve de fome há 26 dias».

Guardado um minuto de silêncio em memória de Ribeiro Santos, foram lidas algumas mensagens nomeadamente as enviadas pelos trabalhadores dos T. L. P. e trabalhadores do Estado.

O primeiro orador foi um trabalhador das minas de Jales. Falou sobre a caótica situação de vida dos trabalhadores das minas, afirmando que a vida do mineiro «não melhorou nada após o 25 de Abril», mantendo-se a exploração da burguesia. Ao mesmo tempo, evi-

denciou que as minas de Jales foram sempre «um bastão vermelho na luta contra o fascismo e social-fascismo».

Um estudante da F. E. M. L., do Porto foi o segundo orador. Falou sobre a situação dos estudantes e das lutas escolares, tendo denunciado o serviço cívico e as medidas do M. E. C. «contra os estudantes e contra os trabalhadores», em particular sobre a concorrência no mercado do emprego.

Em breves palavras, um marinheiro saudou a luta dos marinheiros e soldados no interior das Forças Armadas, e condenou as prisões de «militantes revolucionários».

Sobre a situação no campo e para defender que os «balaios são do povo, e que o povo os deve ocupar», e ainda da necessidade de formações de

uniões populares camponesas, falou um camponês de Montaria (S. Lourenço), que apontou como exemplo a união criada na sua região.

Um militante da zona do Porto falou, depois das lutas operárias no Porto, particularmente das lutas dos pescadores, dos têxteis, dos estudantes da Sacor e outras.

Um delegado do Comité Lenine que falou a seguir saudou a combatividade revolucionária, do povo do Porto e de todo o Norte, em nome do Comité Central. Condenou a afirmação de o povo no Norte ser reaccionário ou contra-revolucionário. Falou da importância da experiência dos últimos 9 meses e das crescentes disposições de luta pelo fim da exploração e da opressão reveladas pelas massas trabalhadoras.

O 25 de Abril, afirmou «abriu apenas um novo capítulo, mais consequente e violento, da luta de classes, fazendo um histórico da luta a nível nacional».

Sobre a formação do Partido anunciado há quatro anos, salientou: «O ano de 75 pode ser decisivo: ele verá nascer o Partido dos trabalhadores, o Partido Comunista, Marxista-Leninista-Maoísta. O facto de ainda não ter surgido é o de não sabermos como abandonar a sigla «M. R. P. P.», que o povo aprendeu a ver como seu defensor».

Já depois de ter terminado a sua intervenção, este dirigente voltou a usar da apávia, pois «tinha chegado ao conhecimento da mesa que o P. S. e P. D. ameaçavam abandonar a coligação, caso fosse consagrada, na lei, a unicidade sindical». Sobre este problema, dizia: «Isto é um sintoma de que a 4.ª crise da burguesia está a chegar».

Condenou, ainda, o pluralismo sindical, afirmando que o proletariado saberia criar o seu sistema sindical único, diferente, embora do actual que considerou «controlado» pelo P. C.

Trabalhadores despedidos conseguem readmissão

PORTO, 13 — Voltam hoje ao trabalho os quarenta trabalhadores na sua maioria mulheres, que haviam sido despedidos em 31 de Dezembro último, pela firma Américo Coelho Relvas, Sucessores, Lda., de Mozelos Vila da Feira. Esta empresa produz rolhas, cápsulas e diverso material para garrafas e emprega centena e meia de trabalhadores. Naquela data, alegando dificuldades, a gerência despediu os trabalhadores, prontificando-se, todavia a pagar as indemnizações devidas. No dia 2 do corrente todos os trabalhadores paralisaram, formando piquetes que, cautelosamente, vigiavam as instalações em companhia de dois elementos da G. N. R. Entretanto decorriam conversações, com a participação dos Sindicatos dos Corteiros e Metalúrgicos e, no dia 8, com intervenção também das Forças Armadas. A posição dos trabalhadores era a seguinte: se a empresa nos vai pagar três ou quatro meses de indemnização então preferimos continuar a trabalhar poque não tem falta de que fazer, e, entretanto, po-

dem modificar-se as alegadas dificuldades da empresa. No dia 10 as Forças Armadas voltaram a Mozelos e na mesma data chegou-se a acordo tendo vingado a posição defendida pelos trabalhadores e pelos sindicatos referidos.

A propósito declarou-nos ontem um trabalhador da referida firma: «No dia 31 a gerência já tinha as contas feitas e tudo para despedir o pessoal. Fala-se em quase novecentos contos de indemnizações. Esta solução para nós foi a melhor porque com certeza os outros patrões já estavam também à espera que isto aqui corresse a jeito deles para fazer o mesmo. Ora gente sem trabalho, já há muita e pessoal parado não ajuda o País».

A estas palavras acrescenta-se que nesta região — concretamente Lourosa, Santa Maria de Lamas, Paços de Brandão, etc — existe mais de uma centena de firmas deste ramo e há casos onde o número de operários por unidade atinge várias centenas. Algumas estão já a receber encomendas para 1976.

TRABALHADORES TÊXTEIS CONTINUAM A OCUPAR O GRÉMIO

Conforme informação recolhida ao princípio desta madrugada, junto da Federação dos Sindicatos Têxteis, que engloba 180 mil trabalhadores, 120 dos quais centrados ao Norte, continua ocupada por estes a sede da Associação das Indústrias Têxteis, Algodoeiras e Fibras (antigo Grémio) sito na Rua Gonçalo Cristóvão. O problema enfrentado por estes trabalhadores agudizou-se neste fim-de-semana tendo, inclusivamente, mobilizado a P.S.P., cujo comandante, major Mota Freitas, também deu o seu contributo aos esforços desenvolvidos pela Federação dos Sindicatos e pelos trabalhadores. A questão era encontrar os dirigentes da citada associação com vista a negociações que estavam marcadas para as 10 horas da manhã de sábado na delegação no Ministério do Trabalho. Está em causa a reivindicação do 13.º mês, a que a associação tinha sempre respondido negativamente. A hora combinada os dirigentes gremiais não compareceram e informaram que a reunião só podia realizar-se hoje e em Lisboa. Os trabalhadores, em número de alguns milhares (haviam promovido uma manifestação de apoio aos dirigentes sindicais) ocuparam então as instalações da Associação.

Ontem, após várias dili-

gências, conseguiu-se fazer uma reunião na delegação do Ministério do Trabalho, a partir das 16 horas, com representantes da Federação dos Sindicatos e da Associação das Indústrias, com vista a encontrar uma plataforma de entendimento. Como condição essencial para continuação das negociações, os representantes patronais exigiram nessa altura que os trabalhadores abandonassem imediatamente as instalações ocupadas da Associação. Da parte dos representantes sindicais foi dito que a questão teria que ser posta aos trabalhadores e por eles decidida. Assim foi feito e da discussão resultou a recusa determinante dos trabalhadores de se retirarem enquanto nada de concreto lhes for proposto quanto ao problema fundamental. Em vista do impasse, os representantes sindicais diligenciaram junto da delegação do Ministério do Trabalho a fim de se alcançar um possível acordo tendo em vista a reivindicação do 13.º mês.

O problema é ainda o mesmo no sector das malhas, onde já foram feitas diligências junto do delegado do Ministério do Trabalho para que convoque os representantes patronais para negociações.

DESTRUÍDOS OS CADERNOS DO RECENSEAMENTO

Os cadernos do recenseamento eleitoral, há pouco concluídos, foram destruídos por desconhecidos que, durante a madrugada da última sexta-feira, arrombaram e assaltaram a sede da junta de freguesia em Castelo do Neiva (Viana do Castelo). Este acontecimento surge na sequência de diversos incidentes ali verificados e que motivaram a intervenção do Copcon e da G.N.R. O problema remonta há alguns meses atrás, encontrando-se a freguesia dividida entre a antiga junta e a nova comissão administrativa já empossada. Na passada sexta-feira, o presidente da antiga junta não procedeu à entrega da chave da casa onde a junta de freguesia está instalada, como lhe estava superiormente determinado, tendo sido necessária a intervenção militar para o levar a Viana do Castelo onde acabou por fazer a entrega, lavrando-se um auto. O presidente refugiara-se num quarto do interior de sua casa. As forças militares e da G.N.R. tiveram grande dificuldade para cumprir as suas ordens com vista à entrega do património da junta à nova comissão administrativa empossada, pois uma parte da população pretendeu impedir a sua actualização barrando-lhe a passagem. Não se registaram ferimentos nem houve prisões. Decorrem investigações para se apurar os responsáveis pelos danos causados no edifício da junta, onde portas e janelas foram forçadas para a destruição dos cadernos eleitorais.

CONTINUA A GREVE DOS PESCADORES

O dr. Andrade Santos, da Secretaria de Estado das Pescas, esteve ontem em Vila do Conde e Póvoa de Varzim, cuja presença havia sido pedida em reunião ali efectuada, com vista a resolver a questão da greve dos pescadores. O dr. Andrade Santos contactou com o capitão do porto, representantes da Intersindical, comissão pró-sindicato, com os armadores e assistiu a um plenário promovido por aquela comissão pró-sindicato. Todavia, a situação mantém-se desde o dia 1 do corrente com as motoras paradas e os pescadores em greve.

HOMENAGEM A ABEL SALAZAR

Prossegue esta noite pelas 21.30 horas, no cinema Batalha, o programa da homenagem nacional a Abel Salazar com uma sessão, na qual terão intervenções o prof. doutor Ruy Luís Gomes («Abel Salazar»), prof. Amândio Silva («Abel Salazar, artista»), dr. Oscar Lopes («Abel Salazar, pensador e escritor»), dr. António Coimbra («Abel Salazar, cientista»), eng.ª Virginia Moura (pelo P.C.P.), dr. Armando Bacelar (pelo P.S.), e dr. Raul de Castro (pelo M.D.P.).

Será projectado, depois do intervalo, um filme sobre «Abel Salazar, pintor de realidades» e entoadas canções heróicas e populares pelo Coral da Universidade de Letras da Universidade do Porto.

EXPOSIÇÃO DE MINEIROS

Vai ser enviada, muito brevemente, ao Governo Provisório, uma exposição elaborada pelo Sindicato dos Mineiros de Valongo, que pretende assegurar devidamente os seus interesses e preservar os respectivos valores da riqueza nacional.

Depois da fusão feita através da Secretaria de Estado da Indústria e Energia e das dificuldades surgidas em Novembro último, foi eleita uma comissão de trabalhadores, que se debruçou sobre o assunto. Entretanto saiu um comunicado daquela Secretaria de Estado que, a certa altura afirma: «Foi já efectuado o agrupamento das empresas interessadas e criada uma comissão constituída por representantes dessas empresas que, além de se ocupar da preparação dos elementos necessários à fusão, coordena já as actividades do conjunto das empresas em ordem a melhor aproveitamento dos seus recursos e gere as encomendas em carteira, tendo em vista assegurar a laboração de todas as empresas de forma mais equilibrada».

No entanto, na exposição a enviar ao Governo, este é alertado pelos signatários, acentuando que «a situação dessa empresa não reflecte a normalidade de que tais palavras parecem transparecer» (...) «a coordenação do conjunto constitui uma realidade».

Reuniões preparatórias para a realização do I Congresso Nacional de Saúde

A Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa promove de 14 a 20 de Janeiro um colóquio subordinado ao tema «Aspectos do Serviço Nacional de Saúde em Portugal».

Na primeira sessão que se realiza, na terça-feira, pelas 22 horas, na sede da Sociedade das Ciências Médicas, intervirão os oradores J. Pinto Correia, A. Torres Pereira, V. Pena Carvalho e J.M. Mendes de Almeida na abordagem dos respectivos pontos: «condicionantes socio-políticos no Serviço Nacional de Saúde; o ensino Médico no Serviço Nacional de Saúde; Medicina Comunitária; Medicina Hospitalar».

Na sessão do dia 20 a discussão centra-se nos seguintes aspectos: «A urgência médico-cirúrgica no Serviço Nacional de Saúde», por L. Pinto Basto; «A oncologia no Serviço

Nacional de Saúde», por J. Conce; «Protecção materno-infantil, por N. Cordeiro Ferreira e «A Saúde Mental no Serviço Nacional de Saúde», por H. Barahona Fernandes.

Estas reuniões integram-se no processo preparatório, para a realização do I Congresso Nacional de Saúde em fins de Fevereiro e que tem como finalidade «o esclarecimento e mobilização das populações partindo de um conceito de saúde individual e social consensado com as necessidades do homem e da sociedade em que ele se realiza pelo trabalho». A Comissão Coordenadora do I Congresso Nacional de Saúde é constituída por representantes dos Sindicatos dos Profissionais de Enfermagem, Medicina, Psicologia, Serviço Social e dos partidos da coligação governamental.

A Ver-O-Mar ajuda o "seu pároco"

POVOA DE VARZIM — Um cortejo de oferendas a favor do padre Faria da Venda, ex-pároco de A Ver-o-Mar, rendeu cerca de 150 contos, já entregues àquele sacerdote. A iniciativa partiu da população de A Ver-o-Mar que continua a considerar como seu o padre Angelo Faria da Venda, primeiramente afastado da paróquia e recentemente excomungado pelo arcebispo de Braga, D. Francisco Maria da Silva.

Neste momento, o padre Angelo da Venda tem em curso em Roma um processo na Signatura, já aceite pelos car-

deais, contra a decisão do arcebispo que o afastou da paróquia; um outro na Congregação do Clero, contestando a decisão de excomunhão; e um terceiro no Tribunal da Rota, por difamação e injúria, igualmente contra o arcebispo de Braga.

Como se sabe, tudo isto é caro e moroso e, por isso, os paroquianos de A Ver-o-Mar, na sua maioria pescadores e pequenos agricultores decidiram realizar um cortejo de oferendas para auxiliar aquele que consideram o seu pároco.

Lista B à frente nas eleições dos C.T.T.

Após as primeiras contagens a Lista B segue à frente na eleição do Secretariado Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações.

Os números definitivos só serão conhecidos na quarta-feira, depois de se efectuar a contagem à escala nacional, trabalho necessariamente moroso, dado que é preciso receber os votos das mil estações espalhadas pelo País e de numerosos postos de trabalho.

Segundo o programa, a lista A propõe: «A constituição de um sindicato activo. Um sindicato enraizado nas massas. Um sindicato que garanta a total liberdade de expressão dos

trabalhadores. Um sindicato libertado de lutas partidárias», enquanto a lista B propõe: «O Secretariado Nacional como um órgão coordenador e dinamizador da vida sindical. A ele cabe conduzir os processos de luta, segundo vontade expressa pela maioria. A ele cabe conduzir os processos de luta segundo a vontade expressa dos trabalhadores e a ele cabe ter uma visão global dos problemas e da opinião do conjunto dos trabalhadores».

«Por uma consciência sindical» é a divisa da lista A. «Unicidade sindical» é o lema da lista B.

TEATRO MONUMENTAL

Telef. 55 5133

SÓ HOJE

E ATÉ 4.ª-FEIRA

EM 2 SESSÕES

21 e 23 HORAS

DO EXTRAORDINÁRIO ESPECTÁCULO QUE CONQUISTOU O PÚBLICO

UM ÊXITO TOTAL!!!

International Sexy Festival

Exclusivo da Agência Internacional Artística

6.ª-FEIRA ESTREIA NO SÁ DA BANDEIRA PORTO

Produção de **Nando Milazzo**

Interdito a menores (18) anos



Estrangeiro

VOOS DE RECONHECIMENTO
SOBRE O VIETNAME DO NORTE

NOVA YORK, 13 — (R) — Os Estados Unidos, em violação de um acordo secreto estipulado há dois anos, têm estado a efectuar voos de reconhecimento sobre o Vietname do Norte nos últimos tempos — afirma hoje o «New York Times» citando uma fonte governamental.

Segundo essa fonte, que o jornal diz ser um funcionário altamente colocado no Pentágono, esses voos de reconhecimento são contrários ao acordo secreto estabelecido entre os dois países por ocasião do cessar-fogo no Vietname em Janeiro de 1973.

Segundo a mesma fonte, esses voos de reconhecimento apenas começaram «depois de os E.U.A. terem advertido o Vietname do Norte de que estava a violar o cessar-fogo, ao enviar reforços de homens e material para o Vietname do Sul».

O «New York Times» diz ainda que um informador oficial do Pentágono se recusou a fazer comentários sobre o assunto, embora tenha confirmado que aviões americanos estão a efectuar voos de reconhecimento no Vietname do Sul e no Camboja.

MAIS DE 300 MORTOS
NO VIETNAME DO SUL

SAIGÃO, 13 — (R) — Aviões governamentais continuaram a

bombardear posições comunistas numa tentativa para aliviar a pressão à volta da cidade distrital de Hoai Duc, a Leste-Nordeste desta capital, segundo revelaram hoje fontes militares.

Disseram que mais 43 soldados da Frente Nacional de Libertação foram mortos ontem devido a ataques aéreos, que duraram seis horas, elevando o anunciado número de baixas inimigas para 327, nos últimos três dias de luta.

No Delta do Mekong, infantaria da F.N.L. desencadeou, nas 24 horas antes do alvorecer de hoje, dois ataques por terra contra uma capital distrital, a cerca de 130 quilómetros a Sul-Sudoeste de Saigão, segundo informou o comando governamental.

Nas Montanhas Centrais, fontes militares revelaram que pilotos governamentais destruíram ontem três tanques da F.N.L. a Sudoeste da capital provincial de Kontum.

Entretanto, o general David Jones, chefe do Estado-Maior da Força Aérea dos Estados Unidos, partiu hoje de avião de Bangkok para destino desconhecido. No sábado, deslocou-se a Saigão numa visita de seis horas, durante a qual travou conversações com o presidente Nguyen Van Thieu.

Em Bangkok, o general Jones conferenciou com o comandante-chefe da Força Aérea tailandesa, marechal de Aeronáutica Kamol Dechatunka.

PROCESSO CONTRA
A SR.^a THIEU

Grupos oposicionistas apresentaram hoje uma petição do Supremo Tribunal de Saigão, requerendo um procedimento judicial contra a mulher do presidente Nguyen Van Thieu por alegado envolvimento em transacções ilegais com propriedades.

Afirmam que a senhora Thieu comprara terras pertencentes ao Estado na província de Long Khan, a Leste desta capital, por um preço baratíssimo, em 1972.

Os oposicionistas pedem um procedimento judicial contra a senhora Thieu, actualmente numa visita particular à Europa, e o cancelamento dos contratos.



As tropas sul-vietnamitas conseguiram chegar ontem à cidade distrital de Hoai Duc, pondo, assim, termo ao cerco que há um mês as forças do Vietcong impunham àquela localidade, sita a uns 90 quilómetros de Saigão. Na telefoto: uma imagem do avanço dos governamentais à entrada da cidade. (Telefoto UPI-Telimprensa).

Plano de assistência militar
de Gaddafi ao Líbano

BEIRUTE, 13 — (F.P. e R.)

— O coronel Muammar Gaddafi da Líbia assinou um plano de assistência militar ao Líbano, imprimindo-lhe, desta forma, «carácter executivo», segundo indicou ele próprio numa entrevista ao jornal «L'Orient-Le Jour». O plano comporta um sistema integrado de D. C. A., mísseis e meios para a formação das aldeias fronteiriças. O plano foi elaborado pelo comandante-chefe das forças de defesa aérea da Líbia, que esteve recentemente em Beirute, revelou Gaddafi. «Agora só esperamos um sinal do Líbano para o pôr em execução» — disse Gaddafi. Este acrescentou: «O Conselho de Defesa Árabe tinha decidido ajudar o Líbano a defender-se das agressões israelitas, mas, como de costume, a sua decisão não foi seguida de execução... Esta a razão por que decidimos ir para a frente, mesmo sozinhos».

Quanto ao coronel Gaddafi, os «países árabes que continuam a propor o envio de tropas para o Líbano, fazem-no só para vista, pois sabem que esta forma de ajuda não é aceitável nem oportuna. O que nós fazemos hoje, é garantir ao Líbano os meios de se defender sem o embarçar. Afinal é o Líbano que aloja a resistência

palestiniana, todas as outras frentes árabes tendo-se fechado a esta. No Sinai não se permite aos residentes palestinos operarem. Na Jordânia o regime do rei Hussein massacró-os. Na Síria a frente do Golan está fechada».

O coronel pensa, com respeito à resistência, ser «mais do que provável» que este ano veja a formação dum Governo

palestino. Gaddafi é categoricamente contra uma solução parcial entre o Egipto e Israel. Na Cisjordânia, no Sinai, fórmulas de solução são possíveis, mas não no Golan — indicou ainda. Enquanto houver sírios e israelitas, continuarão a bater-se».

A respeito das ameaças de intervenção militar contra os produtores de petróleo, o cor-

nel Gaddafi disse preferir não falar, a fim de «não fazer o jogo dos Estados Unidos que querem levar os árabes a assustarem-se a si próprios». Na sua opinião, «não tarda que o átomos não tenha segredos para ninguém. Comprar-se-ão bombas atómicas ou produzir-se-ão mediante patente, tal como hoje os aviões ou os refrigeradores».

Inquérito à C.I.A.

WASHINGTON, 13 (R.) — Uma comissão chefiada pelo vice-presidente Nelson Rockefeller inicia hoje um inquérito sobre as alegações de que a CIA efectuou actos ilegais de espionagem dentro dos Estados Unidos contra cidadãos americanos.

Esta comissão deverá interrogar numerosas testemunhas e entre elas o próprio director da CIA, William Colby, para apurar se aquela organização violou o seu próprio estatuto que a impede de ter actividades em território americano.

Entretanto, vários congressistas estão igualmente interessados em debruçar-se sobre as actividades da CIA, embora outros receiem que toda esta publicidade sobre as actividades secretas daquela organização venha a prejudicar a

sua capacidade de actuação futura.

Nesse sentido, o senador democrático Robert Byrd sugeriu que todos os inquéritos no âmbito do Congresso sejam feitos por uma única comissão composta por elementos escolhidos no Senado e na Câmara dos Representantes, para evitar dispersão de esforços.

Falando ontem na Televisão, o senador Byrd acentuou: «Penso que devemos ser muito cautelosos para que não surjam a público operações secretas da CIA no estrangeiro. Receio bem que se as várias comissões do Congresso iniciarem uma competição entre si a ver quem investiga mais, poderemos colocar em perigo a CIA, cujo funcionamento é uma necessidade absoluta para este país.»

48 horas no mundo

■ Encontra-se em Havana, para uma visita oficial de seis dias a Cuba, o secretário-geral do Partido Comunista Polaco, Edward Gierek, convidado pelo primeiro-ministro Fidel Castro.

■ No primeiro dia da segunda sessão do Tribunal Russell, fundado por Bertrand Russell, em Bruxelas, entrevistaram diversas personalidades a respeito da tortura e dos maus tratos nos países da América Latina. Foi anunciado que morreram no Chile, desde o golpe fascista da camarilha de Pinchet, cerca de vinte mil pessoas. Dois antigos ministros de Allende, dos Negócios Estrangeiros e da Educação, abandonaram o Chile, depois de terem passado quinze meses presos naquele país.

■ Os dois cosmonautas soviéticos da Soyuz-17 atacaram à estação orbital Salyut-4, entraram no laboratório do espaço e iniciaram diversas experiências. Os cosmonautas leva-

ram a efeito a ligação da nave espacial Soyuz-17 e da estação espacial Salyut-4 em duas fases distintas

■ O presidente Idi Amin disse que deu instruções ao ministro da Justiça do Uganda para elaborar um decreto fazendo com que seja ilegal qualquer pessoa no país estar sem trabalho. Qualquer pessoa que não esteja empregada deverá dar o seu contributo em trabalhos agrícolas — afirmou Amin —, «em vez de estar à espera de se tornar um ladrão».

■ Num comunicado conjunto sobre as conversações entre o presidente do Egipto, Anwar Sadat e o xá do Irão, os dois países declararam rejeitar a ideia de que a alta do preço do petróleo é responsável pela inflação mundial e pela crise monetária. Entretanto, um informador militar anunciou que tropas israelitas atacaram uma localidade no Sul do Líbano e destruíram estradas e pontes.

■ Choveu no Sul de Espanha após oito meses de seca, registando-se níveis mais puviosos na região da Andaluzia. Entretanto, bispos das províncias do Sul de Espanha pediram ao Governo que tome medidas urgentes para resolver a crítica situação económica e o crescente desespero na sua região.

■ O Papa Paulo VI está pessimista quanto à situação mundial. Dirigindo-se ao corpo diplomático acreditado no Vaticano, o Papa afirmou que «a humanidade está à beira de uma nova guerra mundial».

■ Aprofunda-se o fosso que separa os dirigentes negros e o Governo da Rodésia, tendo o Conselho Nacional Africano afirmado que não participará na anunciada conferência constitucional se não for satisfeita uma lista de condições prévias combinadas nas conversações secretas de Lusaka.

COMPANHIA UNIÃO FABRIL

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

SEDE — AV. INFANTE SANTO, 2 — LISBOA-3

OBRIGAÇÕES CUF, 6 %

PAGAMENTO DE JUROS

Avisam-se os Srs. Obrigacionistas que a partir do próximo dia 15 do corrente se encontra a pagamento o cupão n.º 14 referente à emissão de Fevereiro de 1968 (Série I) e o cupão n.º 13 referente à emissão de Setembro de 1968 (Série II). O valor líquido destes cupões é de 26\$48,4, conforme se discrimina a seguir:

Juro ilíquido	30\$00
Imposto	3\$51,6
Juro líquido	26\$48,4

O pagamento dos juros será efectuado nos seguintes estabelecimentos de crédito

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
MONTEPIO GERAL
BANCO DA AGRICULTURA
BANCO DO ALENTEJO
BANCO BORGES & IPMAO
BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA
BANCO FERNANDES MAGALHÃES
BANCO FONSECAS & BURNAY
BANCO NACIONAL ULTRAMARINO

BANCO INTERCONTINENTAL PORTUGUÊS
BANCO PINTO & SOTTO MAYOR
BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO
BANCO TOTTA & AÇORES
COMPANHIA GERAL DE CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
CRÉDIT FRANCO-PORTUGAIS
PANCADA, MORAES & C.
BANCO PINTO DE MAGALHÃES
BANCO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL VISEENSE

Lisboa, 13 de Janeiro de 1975.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Estrangeiro

Ford apoia Kissinger quanto a uma intervenção militar americana

NOVA YORK, 13 — (FP) — O presidente Ford reafirma, numa entrevista publicada pela revista «Time», que apoia as declarações de Kissinger acerca de uma possível intervenção militar americana no Médio Oriente com o fim de garantir o abastecimento do Ocidente em petróleo.

O chefe de Estado salienta, primeiro, que na entrevista dada por Kissinger à «Business Week», a «palavra chave é estrangulamento». «Ele não disse que a força seria utilizada para obrigar a uma alteração nos preços» do petróleo proveniente do Médio Oriente, mas que «não poria de parte a força, se o Mundo livre ou o Mundo industrializado viessem a ser estrangulados» — explicou Ford. «Reafirmaria o meu apoio a essa posição» — acrescentou.

O presidente afirma estar inquieto com a situação no Médio Oriente, salientando que, nessa zona, «são muito sérios» os riscos de guerra. No que diz respeito a uma «garantia formal de Israel assumida pelos Estados Unidos», o presidente declarou: «Demos tudo

menos isso». Ford pensa que, só depois de alcançados determinados progressos, é que se poderia pensar nessa etapa. Actualmente, relações reais entre os interesses da segurança nacional dos Estados Unidos e os de Israel», acrescentou o presidente, para depois acentuar que «em última análise e antes de qualquer outra consideração, temos que pensar no que é de interesse nacional».

CRÍTICA CHINESA

HONG KONG, 13 — A agência «Nova China» referiu-se, no domingo, às «declarações de Kissinger sobre o eventual uso da força contra os países árabes no petróleo, comentando que se tratava de uma posição «sem escrúpulos».

Beste telegrama da agência oficial chinesa, captado em Hong Kong, não se faz mais nenhuma comentário às declarações de Kissinger, limitando-se o seu autor a acentuar que as ameaças de Kissinger eram condenadas pelos dirigentes árabes.

PROJECTO DE NACIONALIZAÇÃO

CARACAS, 13 — (FP) — O presidente venezuelano, Carlos Andres Perez, declarou ontem que o projecto de nacionalização da indústria petrolífera será submetido ao Congresso em Março próximo.

Defendendo as posições da O.P.E.P., o presidente da Venezuela declarou que «nenhuma força, nenhum poder militar poderá manter o «direito divino» de exploração dos povos humilhados há mais de cem anos».

O presidente Perez sublinhou que a opinião pública venezuelana é largamente favorável a esta nacionalização, e que poderão ser encontrados acordos equitativos com as companhias petrolíferas multinacionais.

Caleidoscópio

■ PETRÓLEO A ARDER

DUBAN (ÁFRICA DO SUL), 13 — (FP) — «Scapbay», um petroleiro grego em chamas e à deriva ao largo da costa do Natal, corre o risco de ir pelos ares a qualquer momento com o seu carregamento de dez mil toneladas de óleo combustível — anunciaram as autoridades marítimas.

O fogo, iniciado ontem na casa das máquinas, envolveu toda a secção da ré. Dois barcos que navegavam nas proximidades recolheram a tripulação pouco depois de o comandante, D. Kolofolis, ter pedido socorro.

Kolofolis, a bordo do salvadego «Seafalk», acompanha a agonia do seu navio.

■ PAZ NO MUNDO AMEAÇADA

PRINCETON (NEW JERSEY), 13 — (FP) — Muita gente pensa que a paz mundial se encontra, este ano, gravemente ameaçada. O Instituto «Gallup» publicou, no domingo, os resultados de uma sondagem realizada em fins do ano passado, em nove países diferentes. A pergunta «acha que o ano de 75 seria perturbado por uma grande desavença internacional?», 69 por cento dos britânicos — os mais pessimistas — responderam que sim. Só 14 por cento dos britânicos responderam que não. Os pessi-

Divergências na Rodésia entravam a conferência

SALISBÚRIA, 13 — (R.) — Grandes divergências entre nacionalistas negros e o Governo de Ian Smith transformaram-se hoje numa barreira travando o progresso para a realização de uma conferência constitucional sobre a Rodésia.

Surgiu ontem nova fricção quando o Conselho Nacional Africano (C. N. A.), o leque agrupando os nacionalistas negros, acusou o Governo de Ian Smith de não cumprir oito condições prévias estabelecidas nas conversações secretas em Lusaka, Zâmbia, no mês passado.

O C. N. A. afirmou que essas condições incluíam a libertação imediata de todos os presos políticos, amnistia por crimes políticos, criação de condições para livre actividade política e levantamento do estado de emergência na Rodésia.

O C. N. A. «não estaria em

posição de assistir à conferência», a não ser que essas condições fossem cumpridas, prosseguiu, notando que qualquer reunião se deve efectuar fora da Rodésia e ser convocada e presidida pelo ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, James Callaghan.

A opinião do C. N. A. estava em flagrante contraste com a do Governo, que deseja que a conferência se realize em Salisbúria e que suspendeu temporariamente a libertação de presos políticos negros, porque, alega, os nacionalistas não estavam a cumprir as condições do acordo de Lusaka que lhes competia.

Nos termos do acordo de Lusaka, guerrilheiros nacionalistas comprometeram-se a cessar a luta, enquanto o Governo, por seu turno, libertaria os presos políticos e convocaria a conferência constitucional sobre a disputa com a Grã-Bretanha por causa da independência da Rodésia, que dura há nove anos.

Os detalhes preciosos do acordo não foram revelados, na altura e a comunicação de ontem do C. N. A. foi a primeira revelação cabal sobre aquilo com que se concordara. Contudo, a sua interpretação era acentuadamente diferente da do Governo.

Salisbúria afirmou que a libertação dos presos estava directamente relacionada com um cessar-fogo na guerra de guerrilhas. No entanto, o dr. Edson Sithole, o secretário para as Relações Públicas do C.

N. A., declarou ontem que as oito pré-condições nada tinham a ver com a observância da trégua e se destinavam a criar uma atmosfera conveniente para a conferência.

Acusou o Governo de mentir e de «desinformar completamente o público» e disse que o cessar-fogo fora um acordo «informal», que apenas se ratificou após ser marcada a data da conferência.

Observou ainda que o Governo violara o acordo, ao pedir aos guerrilheiros nacionalistas para se renderem ou abandonarem o território.

Parece provável que Smith rejeite o apelo do C. N. A. para uma conferência patrocinada e presidida pelos britânicos, pois, nas últimas semanas, informadores governamentais têm salientado que as negociações deveriam ser dirigidas pelos próprios rodésianos, com o mínimo de interferência do exterior.

Callaghan, que acaba de regressar à Grã-Bretanha, após uma viagem a sete países africanos, advertiu, numa entrevista que concedeu à Rádio, contra optimismo em excesso acerca de uma solução do problema rodésiano, acrescentando, porém, que, «por outro lado, obtivemos uma oportunidade que poderá não voltar mais a registar-se».

O ministro britânico fará, amanhã, uma declaração na Câmara dos Comuns acerca da sua viagem que, observou na entrevista, pensava tinha sido um êxito.

Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa

COMUNICADO

A unidade e unicidade Sindical foi inequivocamente exigida pelos Profissionais de Escritório em Assembleias convocadas para o efeito. Surge agora alguém que directa e indirectamente pretende contrariar esse nosso desejo, pon-do-se ao serviço da reacção.

Os grupos que contrariam a unidade Sindical são os mesmos que objectivamente:

- 1 — Permitem a sabotagem económica;
- 2 — Impedem a luta antimonopolista;
- 3 — Nada fazem para contrariar os despedimentos;
- 4 — São os responsáveis pelo aumento do custo de vida;
- 5 — Tentam impedir a saída de um Plano Económico que faça avançar o País pela via socializante preconizada pelo M. F. A.

As LEIS têm de respeitar os interesses e a vontade dos trabalhadores. Portanto, a presença dos trabalhadores na manifestação da INTERSINDICAL é absolutamente indispensável!

TODOS AO MARTIM MONIZ NA TERÇA-FEIRA, 14 AS 19.30 HORAS

PELA UNIDADE E UNICIDADE SINDICAL NA LEI!
PELO CONGELAMENTO DOS PREÇOS!
PELA NACIONALIZAÇÃO DA BANCA, SEGUROS E INDÚSTRIAS DE BASE!
NÃO AOS DESPEDIMENTOS!
NÃO AOS MONOPÓLIOS!
ABAIXO OS LATIFUNDIÁRIOS!
PELA ALIANÇA POVO-M. F. A.!

Lisboa, 11/1/75

PELA DIRECÇÃO
Joaquim da Graça Silva

Sindicato dos Caixeiros, Profissionais em Armazém e Profissões Similares do Distrito de Lisboa

Sede: Av. da República, 29-29-A — Telef. 57 40 73 — LISBOA

COMUNICADO

Lembra-se a todos os sócios que o prazo à propositura dos candidatos às eleições para os corpos gerentes deste Sindicato, conforme foi deliberado na Assembleia Geral de 13 de Setembro de 1974, termina quinze dias antes do acto eleitoral. Assim, a entrega de listas terá de ser feita até ao dia 16-1-75, uma vez que as eleições se realizam a 31 de Janeiro de 1975.

10-1-1975.

A COMISSÃO DIRECTIVA

CAMPANHA DO P.C. BRITÂNICO CONTRA O "CONTRATO SOCIAL"

LONDRES, 13 (F.P.) — O Partido Comunista Britânico decidiu lançar uma campanha pública contra o «contrato social» assinado, o ano passado, por Wilson e pelas «Trade Unions» (sindicatos).

A publicação, na segunda-feira, de um manifesto contra o «contrato social» — incipaz, segundo o Partido Comunista Britânico, de resolver os problemas do país — marcará o lançamento desta campanha de comícios e informação junto das fábricas. Só a luta dos trabalhadores por melhores salários pode evitar um rápido acréscimo do desemprego,

afirma o Partido Comunista Britânico.

O manifesto censura o Governo trabalhista por aceitar uma estagnação do nível de vida dos trabalhadores que se sentirá nos próximos anos. Tal política acaba por aceitar a estagnação da economia e levará inevitavelmente a um aumento do desemprego — conclui.

Na sua grande maioria os trabalhadores britânicos opõem-se à nacionalização das empresas, segundo uma sondagem publicada pelo «Times» de hoje.

É pró ou contra a nacionalização da empresa em que o emprega? A esta pergunta, 67

por cento dos trabalhadores interrogados responderam que eram contra. 18 disseram ser a favor da nacionalização. 15 por cento não se pronunciaram.

A sondagem do «Opinion Research Centre» abrangeu 2083 pessoas trabalhando para firmas com mais de 20 empregados em toda a Grã-Bretanha. Para 45 por cento dos interrogados a sua firma conseguiria menos bons resultados se fosse nacionalizada. 20 por cento, pelo contrário, consideraram que os resultados seriam melhores. 35 por cento não emitiram opinião.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA E EDUCAÇÃO PERMANENTE
Direcção-Geral dos Assuntos Culturais

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

ÓPERA INTERNACIONAL NO TEATRO DE S. CARLOS A PREÇOS POPULARES (Bilhetes de 20 a 100\$00)

HOJE, 13 de Janeiro, às 21 h. (Maiores de 10 anos)
(ESTREIA EM PORTUGAL)

«ELEGIA PARA JOVENS AMANTES»

de HANS WERNER HENZE

(Libreto de AUDEN e KALLMAN) — Produção da SCOTTISH ÓPERA

Direcção musical: Alexander Gibson — Encenação: Hans Werner Henze

— Cenografia: Ralph Koltai —

Elenco de cantores: John Shirley-Quirk, Jill Gomez, Catherine Gayer, Sona Cervena, David Fieldsend, Lawrence Richard, Norman White

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA INTERSINDICAL

"POR UMA GRANDE MANIFESTAÇÃO POPULAR"

Numa conferência de Imprensa que decorreu esta manhã na sede da Intersindical e cujo tema era «em frente por uma grande manifestação popular», o Movimento Sindical Unitário independente Português (Intersindical) distribuiu um comunicado no qual lembra os importantes passos dados pela organização em prol da efectiva democratização do país, no 25 de Abril, na descolonização, no 28 de Setembro e «sempre que as condições subjectivas e objectivas imponham».

O mesmo comunicado prossegue deste modo:

«1. A grandiosa manifestação pela Unidade Sindical que se realiza amanhã, terça-feira, em Lisboa, às 19,30 horas, promovida pela Intersindical Nacional, está a mobilizar a grande massa dos trabalhadores portugueses em todo o país.

Aderiram já e esta grandiosa manifestação, as seguintes organizações: M.D.P./C.D.E., Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, M.E.S., M.J.T. P.C.P., U.E.C., organizações que também defendem a *Unidade e a Unidade Sindical*.

2. O projecto de Lei Sindical em apreciação no Governo Provisório foi objecto de ampla discussão pelos trabalhadores através das suas organizações sindicais, conforme tem sido largamente noticiado. Dessa discussão resultou que os trabalhadores, na sua esmagadora maioria, se pronunciaram pela consagração na lei do princípio da Unidade Sindical, como forma de impedir a sua divisão.

3. A Intersindical Nacional condena as atitudes de certas personagens por defenderem publicamente posições contrárias às já expressas pelos trabalhadores, dizendo defendê-los, coincidindo essas posições com as das forças que dentro e fora do país, fomentam a divisão dos trabalhadores para melhor os explorarem.

Mas os trabalhadores têm demonstrado estarem em condições de compreenderem que os interesses defendidos por tais personagens são contrários aos nossos. A divisão dos trabalhadores, traduzida no pluralismo sindical, apenas os inimigos dos trabalhadores!

Tais personagens ao defenderem a divisão dos trabalhadores, o pluralismo sindical, são inimigos dos trabalhadores!

Aqueles que são inimigos dos trabalhadores, são de facto, também inimigos da democracia dos trabalhadores:

4. A Aliança do Povo com o M.F.A. é uma necessidade permanente para o avanço das conquistas democráticas e para a sua defesa. Para que esta aliança exista e seja reforçada é necessário que, face à unidade do M.F.A., os trabalhadores estejam também unidos.

Qualquer tentativa para impedir que a Unidade Sindical seja consagrada na lei, é atentar contra a unidade dos trabalhadores, é atentar contra a aliança do Povo com o M.F.A.

É nisso que certas forças políticas e alguns personagens estão interessados. É nisso que os trabalhadores e o M.F.A. não estão.

5. A grandiosa manifestação que estamos a promover é no sentido de reforçar a nossa vontade de vermos a Unidade Sindical na lei. Será igualmente uma grande jornada por medidas eficazes contra os mono-

pólios e latifúndios; por um efectivo saneamento a todos os níveis; pelo congelamento dos preços; pela criação de postos de trabalho contra o desemprego, contra os despedimentos; contra a reacção e pelo reforço da Aliança do Povo com o M.F.A.»

Em seguida os membros da mesa que presidiu à conferência de Imprensa (José Gomes, do Sindicato dos Bancários — Sul, Carlos Carvalho, do Sindicato dos Metalúrgicos — Sul, Álvaro Rana, delegado de propaganda médica e membro do Secretariado da Intersindical, José Gaspar, do Sindicato dos Ferrovieiros, também, do Secretariado e Raul Manquinho, do mesmo Secretariado e representante dos Metalúrgicos) responderam a várias perguntas postas pelos jornalistas presentes.

Sobre a posição da Intersindical se a unidade não for consagrada na lei, foi dito que as formas de luta a travar, caso isso acontecesse, seriam apontadas pelos próprios trabalhadores, como sempre tem acontecido, embora a Intersindical acredite que é mais importante a posição das grandes massas trabalhadoras do que «a chantagem de tipo político dos últimos dias, movida por certas entidades e organizações que querem influenciar os trabalhadores contra a unidade».

Entretanto, chegaram ao nosso jornal vários textos de apoio à manifestação: do Sindicato dos Profissionais de Escritório, das Comissões Concelhias de Alenquer, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras do P.C.P., da União dos Estudantes Comunistas, do Sindicato dos Motoristas do Distrito de Lisboa, do Sindicato Nacional dos Músicos, do Movimento da Esquerda Socialista (M.E.S.), da Comissão Concelhia de Almada do P.C.P., do Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas, da Célula da Lisnave do P.C.P., da Colélula de H. Parryson do P.C.P. etc.

COMÍCIO DO C.L.I.A.P. NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

Segundo um comunicado da Comissão para a Libertação Imediata dos Antifascistas Presos, no passado dia 9 foi efectuada a prisão do furriel miliciano Mendonça, acusado de distribuir propaganda daquela Comissão, a favor da libertação do soldado Etelvino de Jesus, que está hoje no 28.º dia de greve da fome.

No comunicado, a C. L. I.

Continuação da pág. 1

RTP e outro ao Primeiro-Ministro. O texto do primeiro: «Sabedores referência Telejornal 20.30 em que de forma absolutamente discriminatória em relação Sindicatos Intersindical e partidos que apoiam unidade sindical se tomou posição perfeitamente unilateral relativamente a este problema, milhares pessoas reunidas grande comício M. D. P./C. D. E., Pavilhão dos Desportos, erguem seu veemente protesto esperando da unidade todas as forças progressistas e M. F. A. resolução problema conforme vontade inequívoca trabalhadores: completa unidade sindical». Para o Primeiro-Ministro foi enviado o mesmo texto, mas reclamando do «Governo Provisório a solução do problema».

CONTRA O PODER ECONÓMICO DOS MONOPÓLIOS

Das organizações convidadas, somente se fizeram representar o P. C. P., a Intersindical, o M. J. T. e a U. E. C. que acompanharam, na Mesa, José António Tavares da Cruz, Caldeira Rodrigues, Macedo Varela, Orlando Carvalho, Pereira de Moura, José Manuel Tengarrinha, Ezequiel Vicente, Vitor Dias, António Calhorda, Graciete Baptista, todos da Comissão Central; Luís Albuquerque, governador civil de Coimbra e membro da comissão executiva daquele distrito; Bernardo Santareno, do núcleo de intelectuais do partido; e Fernando Lopes Graça.

O primeiro orador da noite foi Francisco Pereira de Moura, o qual salientou a linha política do M. D. P./C. D. E.: organizarmo-nos como povo finalmente a libertar-se, para actuar na rua e nos locais de trabalho e chegar à resolução dos problemas do País. Segundo Pereira de Moura, andaram-se anos da história política nos últimos oito meses. Mas «já o panorama é diferente quando olhamos à situação social e económica do País e do povo» embora os trabalhadores tenham podido afirmar-se «com um vigor e uma unidade e determinação que levaram à subida de salários e à conquista

de melhores condições de trabalho». Mas, afirmou a seguir, «a verdade é que o desemprego atingiu milhares de trabalhadores e poderá levar o sofrimento a muitos mais lares; a subida do custo de vida não encontrou o travão firme que se impunha; a pequena e média lavoura viu subir os preços dos adubos e outros meios de produção, sem beneficiar com a concessão dos preços de alguns produtos que só favoreceu os intermediários gananciosos; a indústria e o comércio não-monopolista, de pequena e média dimensão, não encontrou apoios nem orientações claras, e sem isso corre o risco de soçobrar. O poder económico domina com a mesma impunidade que sempre teve, e o poder político que em tantos outros domínios se tem firmado, claramente, independente desses tradicionais mandatários dos Governos antes do 25 de Abril ... ainda não traçou, com nitidez, segurança e determinação, os novos rumos da transformação social». E mais à frente: «O Portugal novo é o povo português a construir o socialismo, é o povo português a ter, verdadeiramente, em suas mãos o poder político e o poder económico. E acreditamos nas afirmações dos outros partidos de esquerda, que vão nesse sentido do socialismo, pois também não admitiriamos que outros duvidassem de nós». Afirmando, em consequência, a necessidade imperiosa de se tirar aos monopólios e latifúndios o poder económico que ainda detêm, Pereira de Moura abordou o problema das eleições dizendo que não podemos estar à espera que elas resolvam tudo. O povo é que tem de fazer avançar o processo e garantir que o texto constitucional que venha a ser aprovado assegure a orientação firme para a transformação social e a presença popular em todas as fases dessa transformação. «Terá de ser uma constituição para a luta popular e não um texto morno, perdido em preciosismos jurídicos».

A. P. anuncia a realização, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, pelas 21 e 30 de terça-feira, dia 14, de um comício popular pela libertação imediata dos antifascistas.

Ainda em relação à prisão do soldado Etelvino, um grupo de advogados solicitou uma entrevista com o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho.

COMÍCIO DO M.D.P./C.D.E. EM LISBOA



UNIDADE

José Santos, da comissão executiva de Lisboa, falou depois sobre as autarquias locais, venceu o papel que o M. D. P./C. D. E. assumiu no desmantelamento das estruturas fascistas a esse nível, lamentando embora que se mantenha ainda em vigor o Código Administrativo de Marcelo Caetano. E salientou a vontade do seu partido em apoiar e pressionar a democratização efectiva das bases.

Maria da Conceição Fonseca, da Comissão de Moradores de Torres Vedras, falou da importância atribuída pelo partido ao levantamento de estruturas sociais a vários níveis, nomeadamente a campanha de creches a que o M. D. P./C. D. E. se lançou.

Ana Maria Alves, da Comissão Executiva de Lisboa, saudou a Intersindical e venceu o apoio do M. D. P. à manifestação de amanhã, com a qual o partido espera contribuir para lançar mais alicerces na já sólida unidade dos trabalhadores. «Não há nada que valha a unidade do povo na luta pelos seus grandes objectivos», afirmou, para salientar depois que não é política do M. D. P./C. D. E. «combater as forças verdadeiramente democráticas mas sim denunciar tudo o que for contra o povo: tanto os reacccionários como os que afirmando-se democráticos comprometem a democracia na prática. Somos e seremos pela unidade». Provocando enorme manifestação de apoio popular, Ana Maria Alves diria a seguir: «Lançam-nos, para confundir o povo, a calúnia de sermos um segundo Partido Comunista. Não passa

de uma calúnia, mas é urgente que digamos que, não sendo um Partido Comunista, nunca fomos, não somos nem seremos jamais um partido anticomunista».

Martins Cabral, das bases sociais-profissionais do M. D. P., afirmou igualmente a necessidade de se abater o poder dos monopólios e latifúndios a favor do povo. «O povo português quer viver livremente. Não quer alimentar os parasitas da sociedade», disse. Na mesma linha, o vibrante improviso do prof. Orlando de Carvalho, que justificou a existência do M. D. P. na longa tradição unitária antifascista do povo português. «Somos pacientes», disse. Temos 48 anos de paciência». E terminou: «Vamos trabalhar nesta grande batalha do povo até ao fim. Não pararemos. Ninguém nos deterá. Somos, de facto, o partido do povo».

Participação das massas populares, saneamento e política antimonopolista foram as directrizes do orador seguinte, Ezequiel Vicente. Tal como as do último orador, José Manuel Tengarrinha, que defendeu a institucionalização do Movimento das Forças Armadas e terminou: «E é essa avaliação (avaliação de forças que antes traçara) que nos permite concluir que, a partir de uma acção concertada do M. F. A. e das forças populares, estamos agora em condições de avançar no processo democrático, obtendo vitórias sobre o poder económico. E que essas vitórias se traduzirão numa nova fase da consolidação da democracia, que abrirá mais favoráveis perspectivas às amplas camadas do povo português».

PLENÁRIO DOS SARGENTOS

Por motivo de se haver verificado atraso no avião que devia conduzir a Lisboa os sargentos delegados da Região Aérea de Moçambique ao Plenário de Sargentos da Força Aérea, cujo início estava marcado para 13

de Janeiro, na Base Aérea n.º 1, em Sintra, e com o fim de proporcionar a participação de todos na discussão dos assuntos da classe, foi decidido adiar para o próximo dia 15 a realização do Plenário.

Entre o **capitalismo** e o **Socialismo**
Robert L. Heilbroner
um lançamento do CENTRO DO LIVRO BRASILEIRO · Lisboa · Porto · Luanda

CARTÓRIO NOTARIAL DE LAGOA-ALGARVE

**A cargo da licenciada
Catarina Maria
de Sousa Valente**

Certifico que, por escritura de 7 do mês corrente, exarada de fls. 6 a folhas 12 de livro para escrituras diversas A-50 deste Cartório, António Filipe Romão, João Agostinho Encarnação Calvino, Manuel António Viegas da Rosa, Fernando Filipe Romão e Manuel Estêvão Ferreira, todos casados, naturais de Monte Gordo, Vila Real de Santo António e residentes na Meia Praia, em Lagos, constituídos em Comissão Organizadora, apresentaram, ao abrigo do disposto nos artigos cento e cinquenta e sete e seguintes, do Código Civil e no Decreto-Lei número 594/74, de sete de Novembro transacto (Lei das Associações), o projecto do ACTO DE CONSTITUIÇÃO e dos ESTATUTOS de uma associação de moradores, que se rege pelas regras seguintes:

CAPÍTULO PRIMEIRO Denominação, sede e fins

PRIMEIRO — A associação usa a denominação «ASSOCIAÇÃO DE MORADORES 25 DE ABRIL», tem a sua sede no sítio do Apeadeiro, Meia Praia, freguesia de São Sebastião, concelho de Lagos e constitui-se por tempo indeterminado a partir desta data.

SEGUNDO — As suas finalidades são:

a) Promover e auxiliar o alojamento dos moradores do actual bairro de barracas, existente no sítio do Apeadeiro, em habitações a construir que satisfaçam às suas necessidades sociais normais.

b) Promover e desenvolver, entre os seus membros, actividades destinadas à divulgação e prática da cultura, da arte e do recreio, nos seus variados aspectos.

c) Fomentar e apoiar, entre os seus membros, acções de cooperação no estudo e solução de problemas comuns de interesse social, próprios do agregado habitacional

do Apeadeiro.

TERCEIRO — Para prosseguir as finalidades indicadas na alínea a) do número anterior, a Associação pode contratar e receber financiamentos, usar e adquirir a qualquer título, direitos móveis e imóveis e promover a construção das habitações, nos locais cuja utilização ou propriedade ela obtiver.

PARÁGRAFO ÚNICO — É a assembleia geral dos sócios que deliberará, sob proposta da direcção, relativamente aos termos, cláusulas e condições dos financiamentos e do uso e aquisição dos direitos imóveis.

CAPÍTULO SEGUNDO Dos sócios e seus direitos

QUARTO — Podem ser sócios da Associação todos os actuais chefes de família, em representação dos respectivos agregados familiares, que morem no Bairro do Apeadeiro.

PARÁGRAFO ÚNICO — Consideram-se chefes de família os que, nas condições indicadas nestes estatutos, lhe sejam equiparados e os que, habitualmente, vivam sos e economicamente independentes dos outros moradores do Bairro do Apeadeiro.

QUINTO — Cada um dos sócios concorrerá para o património social, com uma quota mensal fixa, a determinar pela assembleia geral dos sócios e, directamente para a construção das habitações, com trabalho, materiais de construção e dinheiro, na medida das suas possibilidades.

SEXTO — O trabalho e os materiais de construção, prestados pelos sócios e calculados pelos preços correntes do mercado local à data da prestação, bem como o dinheiro entregue, serão contabilizados pela Associação, a favor, digo a favor dos mesmos sócios.

SETIMO — O sócio que, tendo possibilidade de concorrer para a construção das habitações, não o fizer, será advertido pela direcção da Associação, no sentido de prestar tal concurso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — A advertência será feita unicamente no sentido de esclarecer o associado da necessidade da participação efectiva e colaborantes nas tarefas comuns.

PARÁGRAFO SEGUNDO — Se, depois de duas advertências, o

associado continuar a não prestar o concurso que lhe é possível, poderá ser excluído por deliberação da assembleia geral de sócios, sob proposta da direcção ou de qualquer associado.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Nesta hipótese, terá direito ao reembolso, actualizado, do que, a seu favor, tenha sido contabilizado, não se incluindo o que houver pago, a título de quotas mensais fixas.

OITAVO — A Associação promoverá a construção de uma casa de habitação, para cada unidade familiar e destinada ao seu alojamento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Consideram-se familiares os parentes e afins que vivam, habitualmente, em comunhão de mesa e habitação e ainda as pessoas que nos mesmos termos vivam numa relação familiar de facto.

PARÁGRAFO SEGUNDO — As condições de habitualidade e comunhão, serão determinadas pela assembleia geral de sócios.

NONO — As casas de habitação serão ocupadas pelos sócios, segundo o ordem determinada pela direcção da Associação e com o parecer do Conselho Fiscal, devendo sempre atender-se ao grau de necessidade dos chefes de família e respectivos agregados familiares.

DECIMO — Quando o associado ocupar a casa de habitação, serão-lhe fixados, pela direcção da Associação e com o parecer do Conselho Fiscal, uma quota de amortização do custo da mesma e a periodicidade do seu pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO — Na determinação destes elementos, ter-se-ão em conta, o custo da construção, o valor das prestações com que o sócio concorreu para a mesma, o prazo de amortização do eventual financiamento obtido pela Associação e as condições económicas do associado e do respectivo agregado familiar.

DECIMO PRIMEIRO — O direito ao uso da casa é transmissível, por obito do chefe de família, em conjunto, a favor do cônjuge sobrevivente e dos filhos, desde que pertençam ao agregado familiar, ou das pessoas que, relativamente ao falecido, estejam numa relação marital ou filial de facto, como é definida nestes estatutos.

DECIMO SEGUNDO — O direito ao uso da casa cessa, verticando-se:

a) O falecimento do chefe de

família, se viver nas condições reteridas na parte final do parágrafo único do artigo quarto.

b) O falecimento do cônjuge, se este lhe sobreviver.

c) A maioridade do filho mais novo que sobreviva ao chefe de família ou ao seu cônjuge.

d) O fim do prazo pelo qual tenham sido cedidos, por qualquer título, os locais para a construção das habitações.

e) O abandono justificado da casa, pelo agregado familiar.

f) A expulsão do agregado familiar.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Para o efeito das alíneas b) e c), consideram-se nas mesmas relações, as pessoas indicadas, na parte final do artigo décimo primeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO — A assembleia geral dos sócios, que deliberará sobre a justificação do abandono previsto na alínea e).

DECIMO TERCEITO — O uso da casa pode excepcionalmente ser transmitido a favor de outras pessoas, desde que moradores no Bairro do Apeadeiro, diferentes das indicadas nos artigos anteriores se, por velhice ou doença das mesmas, devidamente comprovada por atestado médico, elas estiverem impossibilitadas de angariar meios de subsistência.

PARÁGRAFO ÚNICO — Este uso excepcional só pode ser conferido por deliberação da assembleia geral dos sócios, com a maioria de três quartos dos votos.

DECIMO QUARTO — As pessoas a favor de quem for transmitido o uso da habitação obtêm os mesmos direitos e, exceptuando as indicadas no artigo anterior, assumem as mesmas obrigações que, antes, tinham os anteriores titulares.

DECIMO QUINTO — Cessando o uso da casa pelo motivo indicado na alínea d) do artigo décimo segundo, o agregado familiar receberá, em conjunto, o valor actualizado do que prestou em trabalho, materiais de construção e dinheiro para a construção da mesma casa e ainda o que haja pago a título de quotas de amortização.

DECIMO SEXTO — Cessando o uso da casa pelos motivos indicados nas alíneas b), c) e e) do artigo décimo segundo, terá o agregado familiar direito à restituição dos valores referidos no artigo anterior e calculados da forma indicada nele, deduzidos de uma parte que não deverá ser superior a metade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Pode esta dedução ser superior a metade, se necessária para arranjar e reparação da casa deixada pelo agregado familiar.

PARÁGRAFO SEGUNDO — A restituição dos valores será efectuada em prestações do montante e com periodicidade pelo menos iguais aos que tenham sido cumpridos pelo agregado familiar.

PARÁGRAFO TERCEIRO — Compete à assembleia geral dos sócios, sob proposta da direcção, a fixação do montante a deduzir das prestações e da sua periodicidade.

DECIMO SETIMO — Os sócios são sempre responsáveis pela reparação material dos prejuízos causados pelo uso anormal dos bens da Associação.

CAPÍTULO TERCEIRO Das infracções disciplinares

DECIMO OITAVO — São infracções disciplinares dos sócios, os actos que perturbem, prejudiquem ou tornem impossíveis a existência de relações de convívio entre os agregados familiares e a cooperação permanente entre eles, na defesa activa dos interesses sociais comuns aos moradores do Bairro do Apeadeiro.

DECIMO NONO — Podem ser aplicadas aos sócios, as penas de advertência simples, feita perante a direcção, advertência registada e expulsão.

VIGESIMO — A advertência simples será aplicada quando, à infracção, não caiba qualquer das outras penalidades.

VIGESIMO PRIMEIRO — A advertência registada, será aplicada quando, não sendo caso de expulsão, sejam praticados, habitual e repetidamente, actos que sejam punidos, com a pena de advertência.

VIGESIMO SEGUNDO — A expulsão será aplicada ao sócio que cometa uma infracção, após ter sido castigado com três advertências registadas ou que pratique facto grave que, de per si, torne impossível o convívio entre os agregados familiares e a cooperação permanente entre eles, na defesa activa dos interesses comuns dos moradores do Bairro.

VIGESIMO TERCEIRO — A pena de advertência simples será da competência da direcção da Associação e as outras da assembleia geral de sócios, devendo a de expulsão ser votada por três quartas partes dos votos.

des dos votos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO — Da decisão da direcção da Associação, cabe recurso, a interpor, no prazo de oito dias, para a assembleia geral dos sócios.

PARÁGRAFO SEGUNDO — O sócio expulso será reembolsado apenas e pelo valor actualizado, do que houver prestado em trabalho, materiais de construção e dinheiro, para a construção da casa.

CAPÍTULO QUARTO Dos órgãos da Associação

VIGESIMO QUARTO — Os órgãos da Associação são a assembleia geral dos sócios, a direcção e o Conselho Fiscal.

VIGESIMO QUINTO — A assembleia geral é o conjunto de todos os sócios, composto pelos chefes de família, representando os agregados familiares, que deve deliberar sobre os assuntos que, por lei e por força destes estatutos, sejam da sua competência e nos casos em que, pela sua gravidade especial, devam ser resolvidos pelo conjunto dos sócios.

PARÁGRAFO ÚNICO — A mesa da assembleia geral dos sócios é composta por três membros, sendo um deles o presidente.

VIGESIMO SEXTO — A direcção é um conjunto de sete membros, sendo um deles o presidente, que administra a Associação, praticando os actos que, por lei ou por força dos estatutos, sejam da sua competência e decidindo e praticando tudo o necessário às finalidades da Associação, previstas nos estatutos.

VIGESIMO SETIMO — O Conselho Fiscal é um conjunto de três membros, sendo um deles o presidente, que tem por função essencial a fiscalização da actividade económica e financeira da Associação, devendo praticar ainda todos os actos que lhe são atribuídos por lei e pelos estatutos.

VIGESIMO OITAVO — A mesa da assembleia geral, a direcção e o Conselho Fiscal, serão eleitos por períodos de dois anos, pela assembleia geral dos sócios.

VIGESIMO NONO — A assembleia geral reúne, obrigatoriamente, uma vez por ano, para aprovação do relatório e contas da direcção, devendo reunir extraordinariamente para deliberar sobre os casos especiais, fixados na lei e nos estatutos e ainda sempre que requerido por um terço dos associados.

CAPÍTULO QUINTO Disposição transitória e norma geral

TRIGESIMO — Cumpridas pela Comissão Organizadora, as formalidades prescritas no artigo quarto, do Decreto-Lei número 594/74, (Lei das Associações), a mesma Comissão convocará, no prazo de dez dias, uma reunião geral dos chefes de família do Bairro do Apeadeiro, que pretendem ser sócios da Associação, para cumprimento do artigo vigesimo oitavo dos estatutos.

TRIGESIMO PRIMEIRO — A assembleia geral dos sócios, deliberará sobre os casos omissos ou de interpretação dos estatutos e do Acto de Constituição, excepto quando for de aplicação obrigatória, o disposto na lei.

Está conforme.
Cartório Notarial de Lagoa, oito de Dezembro de 1974.

A 2.ª Ajudante, (a) MARIA JOSE CORREIA BRAVO

COBRADORES

A Comissão Directiva do Sindicato apela para a presença de todos junto do Ministério do Trabalho, no dia 14, às 19 horas, a fim de participarem na grande manifestação pelo:

- congelamento de preços
- unidade sindical na lei
- unicidade sindical
- aliança POVO-MFA
- e contra:
- os despedimentos
- os monopólios
- os latifúndios
- o pluralismo sindical, que resulta na
- divisão dos trabalhadores

**CNCENTRAÇÃO: Largo
Martín Moniz
PERCURSO: Av. Almirante Reis, Av. Guerra Junqueiro e P. de Londres**

S. R. MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa a que se refere o processo 8/42798, arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia da Anunciada, concelho de Setúbal, de modificação, sem aumento de comprimento, da linha aérea a 30 kV do poste n.º 39 da linha para Curralinhos-Vale de Mós com alteração da localização do poste n.º 3.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 30 de Dezembro de 1974.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R. MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/54359, do arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de S. Cosme, concelho de Gondomar, de uma linha aérea, a 15 kV, para o posto de transformação de «Aguiar, Castro & C.ª, Lda.», com 77 metros de comprimento, derivada do apoio n.º 1 da linha para o posto de transformação de «S. Cosme-Calvário» da Câmara Municipal de Gondomar.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 2 de Janeiro de 1975.
O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R. MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/52513, do arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Vagos, de uma linha aérea a 15 kV, com 29 m, do poste n.º 22 da linha aérea Cimo de Vila-Vagos ao posto de transformação de Vagos I, da Câmara Municipal de Vagos.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 2 de Janeiro de 1975.
O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R. MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/38101, do arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de Alvalade, concelho de Santiago do Cacém, da modificação, sem aumento de comprimento, da linha aérea a 30 kV Lousal-Alvalade (2.º troço) com alteração da localização do poste n.º 101.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 4 de Janeiro de 1975.
O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

S. R. MINISTÉRIO DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS ÉDITOS

Faz-se público, que nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/53928, do arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia e concelho de Palmela, de uma linha aérea a 30 kV, com 58 m, do poste n.º 66 da linha Cachofarra-Alcácer ao poste de transformação da Fábrica de Móveis Sado, Lda., Famosa, na freguesia e concelho de Palmela.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 4 de Janeiro de 1975.
O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

UM ADESIVO EXPERIMENTAL MUITO ÚTIL NA PREVENÇÃO DA CÁRIE DENTÁRIA

O Instituto Nacional de Estomatologia publicou resultados de um teste feito com 350 crianças mostrando que uma nova e experimental substância adesiva parece ser mais eficaz do que o fluor na prevenção da cárie dentária. Na realidade, uma simples aplicação do adesivo dentário foi 67 por cento mais eficaz na prevenção da cárie. Os números são de extrema confiança, dizem os peritos alemães, porque os investigadores empregaram o adesivo em metade dos dentes das 350 crianças, deixando a outra metade por tratar. Os investigadores federais também informam que estão a trabalhar no sentido de se poder usar nas crianças uma substância gomosa contendo uma substância química que combata a bactéria dos dentes cariados.

PORQUE CONTAR «CARNEIROS» PARA ADORMECER?

Richard Dadidson e Gary Schwartz, médicos de Harvard, sugerem que o «processo de visualizar e contar «carneiros» antes de adormecer dá resultado porque bloqueia efectivamente as imagens visuais e auditórias, não-intencionais, ao mesmo tempo.

De acordo com a sua teoria psicofisiológica de relaxação, a melhor maneira de nos livrarmos de qualquer forma particular de ansiedade é substituí-la por outro comportamento do mesmo tipo.

A visualização de «carneiros» impede o hemisfério direito do cérebro de processar imagens que provoquem ansiedade (a não ser que se tenha medo de carneiros). O facto de se contar «carneiros» impede o hemisfério esquerdo do cérebro de se desviar para pensamentos problemáticos auditivos ou verbais. De igual forma, se você é uma pessoa com tensão nervosa, a melhor maneira de fazer «relax» é uma técnica de estimulação ou meditação tal como a Hathayoga que emprega um esforço físico. Se a depressão já for muito acentuada sugere-se a leitura, o xadrez ou hipnóticos.

A ansiedade mental ou verbal ainda não muito acentuada pode ser suavizada pela técnica da meditação transcendental que envolve simplesmente a repetição de mantra «uma nova directriz na terapêutica pode consistir na aprendizagem por parte das pessoas para reconhecerem por si próprias que espécie de ansiedade sofrem e a melhor maneira de a combater», sugerem os teóricos do livro «Behaviour Control and Modification of Physiological Activity» que será editado brevemente e publicado por Prentice Hall.

PREDISPOSIÇÃO RACIAL NA IDENTIFICAÇÃO

«Eu não sei, eles parecem-me todos iguais» — tornou-se um gracejo vulgar e constante para um elemento de determinada raça ao proclamar que não consegue reconhecer elementos de outras raças. Mas, «piada» ou não, esta generalização tem-se verificado, embora parcialmente.

Roy S. Malpass de «State University of New York» em Plattsburgh verifica que «rostos pretos são reconhecidos muito mais deficientemente por observadores brancos do que por observadores pretos».

Vinte e oito estudantes pretos e trinta e seis brancos tomaram parte em experiências de reconhecimento dos dois rostos. Em iguais condições, os rostos pretos eram mais facilmente reconhecidos por observadores pretos do que por observadores brancos. Por outro lado, os rostos brancos eram reconhecidos igualmente bem pelas duas variedades de observadores mas menos bem do que os rostos pretos, mesmo por observadores brancos. E, num ensaio, os rostos brancos eram reconhecidos melhor por observadores pretos do que por observadores brancos. Estas descobertas têm implicações para a identificação por testemunho ocular. Malpass conclui: «A identificação de negros por observadores brancos, em determinado caso, tem uma maior probabilidade de estar errada do que se for feita por observadores pretos». Não se pode dizer o mesmo dos rostos brancos porque os dados não são conclusivos.

IMUNOLOGIA — será realmente a Medicina de amanhã?

Por WALTER FROELICH

As peças espalhadas do conhecimento que emerge da investigação imunológica ainda não foram ordenadamente postas no seu lugar. Existem, entre as peças, muitas lacunas que será preciso preencher antes de se formar um quadro.

No entanto, muitos observadores chamam à imunologia «a medicina de amanhã».

Vêem nos novos conceitos surgidos à volta da imunologia abordagens completamente diferentes daquelas até agora consideradas válidas para a resolução dos problemas ligados à saúde e às doenças.

Acreditam que o conhecimento médico tem avançado de tal modo que a humanidade poderá, em breve, tirar proveito destes conceitos muito sofisticados. Pensam, em suma, que chegou o tempo da esperança na imunologia.

Com as novas técnicas imunológicas, os cientistas provocaram tumores cancerosos em cobaias e ratos de laboratório que em seguida fizeram retroceder e desaparecer.

Os investigadores têm demonstrado que com métodos imunológicos é possível evitar a artrite e algumas formas de doença do rim e do coração.

Outros investigadores têm mostrado que os métodos imunológicos podem ser usados para fortalecer a resistência natural do corpo humano de modo a poder repelir os agentes responsáveis pela malária, tuberculose, pneumonia, lepra e outras afecções que causam ainda sérios problemas. Deste modo, as pessoas ficariam ilhas, mesmo quando expostas aos agentes causadores da doença.

A imunologia consiste no estudo do modo como o corpo humano se protege a si próprio dos agentes causadores de doença e de outros elementos «estranhos» que o possam invadir.

Tal como os fragmentos dum quebra-cabeças gigante, os achados dos investigadores que se dedicam à imunologia convergem para os U.S. National Institutes of Allergy and Infectious Diseases (N. I. A. I. D.), próximos de Washington.

O N. I. A. I. D., um componente do U. S. National Institutes of Health (N. I. H.), é o principal centro de investigação imunológica dos Estados Unidos.

É aqui que os investigadores procuram ajustar as informações chegadas dos outros laboratórios dos Estados Unidos e de outras nações a fim de lhes darem uma interpretação compreensiva.

«A imunologia, considerada uma disciplina, atingiu nos últimos 15 anos, um nível de conhecimentos superior ao de outras ciências médicas», disse o dr. Donald J. Davis, director do N. I. A. I. D., quando recentemente traçou os planos de investigação do seu instituto.

«O entusiasmo nunca foi

tão grande. Cerca de 80 por cento dos jovens investigadores do N. I. A. I. D. desejam dedicar-se a qualquer trabalho no campo da imunologia. Os recursos da investigação imunológica passaram de aproximadamente zero em 1955 para cerca de 30 milhões de dólares por ano. Assim, estamos a dedicar quase um terço do nosso orçamento e esforço à imunologia.»

A razão deste aumento de interesse e de recursos, disse o dr. Davis, não reside unicamente no campo da «atração intelectual, mas nas oportunidades de aplicação da imunologia em clínica, que os cientistas vêem».

Este emprego prático baseia-se essencialmente nas técnicas de alteração da capacidade de defesa natural do corpo humano contra os agentes causadores de infecção.

Esta abordagem do controlo de doenças não é nova.

As vacinas que reforçam o sistema de protecção natural do corpo humano têm erradicado quase totalmente a poliomielite, a difteria, o tétano, e a varíola e têm enfraquecido profundamente a ocorrência de sarampo, de parotidite, de febre amarela, de cólera e de tosse convulsa.

Mesmo a «influenza» (gripe), muitas vezes considerada como a maior praga do homem, tem sido dominada pelas vacinas.

Já no século V a. C., os médicos gregos notaram que os doentes que contraíam certas doenças ficavam protegidos contra posteriores ocorrências. Ninguém, então, compreendeu o porquê deste fenómeno.

A partir daí, os cientistas compreenderam que uma infecção é capaz de provocar o aparecimento de substâncias chamadas anticorpos que neutralizam os agentes infecciosos invasores. É este o processo natural de domínio dum doença infecciosa. Quando o corpo é incapaz de produzir anticorpos de modo adequado ou em número e potência suficientes, a consequência é geralmente a morte, a não ser que a medicina seja capaz de ajudar o corpo a dominar o agente infeccioso.

O sistema imunológico «lembra-se» de todos os invasores e, deste modo, se voltar a ser atacado por um agente semelhante, o sistema imunológico responde mais rapidamente e com muito maior eficácia do que da primeira vez que esteve exposto a tal agente.

É por esta razão que os doentes que contraíram alguma vez uma doença infecciosa se tornam «imunes» a esta doença — o seu corpo reage tão rápida e eficazmente às invasões repetidas da mesma espécie de agentes infecciosos que o indivíduo não fica doente novamente.

É também assim que algumas vacinas proporcionam imunidade. Contêm agentes infecciosos atenuados a fim

de provocarem uma infecção muito suave e controlável. Isto não é suficientemente forte para provocar doença, mas é, no entanto, suficiente para inscrever o agente infeccioso na memória do sistema imunológico.

Os investigadores ainda não sabem porque é que esta imunidade permanece durante muitos anos, ou mesmo durante toda a vida, no caso de algumas doenças, durante um pequeno período, no caso de outras, e porque é que algumas infecções conferem pouca ou nenhuma imunidade àqueles atingidos por elas.

Porque é que o corpo permite que as células do cancro floresçam no seu seio? Porque será que o sistema imunológico não reconhece estas células anormais e não produz anticorpos para destruí-las?

Os investigadores já tiveram ocasião de verificar que o sistema imunológico ataca efectivamente e destrói as células anormais, incluindo as do cancro, que se desenvolvem espontaneamente. Reside talvez aqui a explicação do facto de existirem muitas pessoas que nunca desenvolveram tumores cancerosos, mesmo que o seu corpo tenha ocasionalmente gerado uma célula cancerosa.

Segundo a opinião de alguns investigadores, o cancro ocorre quando o sistema de defesa do corpo humano se encontra enfraquecido ou defeituoso.

Se se comprovar a veracidade destas observações, será possível evitar ou curar o cancro através do reforço ou da cura do sistema imunológico.

Em experiências realizadas, os cientistas têm conseguido estimular o sistema imunológico animal e reprimir ou mesmo suprimir os tumores cancerosos. Estas técnicas, porém, não se encontram ainda suficientemente aperfeiçoadas para permitirem a sua utilização em doentes humanos.

Noutras experiências, os cientistas detectaram também respostas imunológicas ao cancro, em doentes que não apresentavam quaisquer sintomas e nos quais nunca se tinham descoberto sinais de cancro. Estas respostas foram observadas quando o cancro era de tal modo pequeno que não podia ser detectado por raios X ou por qualquer outro método de diagnóstico convencional.

Esta descoberta de reacções imunológicas ao cancro precoce, aponta para a possibilidade de ser a monitorização do sistema imunológico uma via de detecção do cancro no seu estágio mais primário, e assim, os métodos modernos de tratamento seriam mais eficazes e as possibilidades de cura maiores.

A técnica está ainda longe de poder ser usada fora do laboratório, mas alguns cientistas antevêm a possibilidade de vir a ser utilizada no controlo do cancro, à se-

melhança dos testes periódicos feitos à grande população para controlo dos diabetes, da tuberculose e outras doenças detectadas através de simples testes.

«Através do progresso da investigação tem-se tornado cada vez mais claro o papel desempenhado pela imunologia em muitas doenças» — afirmou o dr. Davis.

«A imunologia tem vindo a abranger todo o domínio da Medicina. Consequentemente, muitos investigadores de outros ramos da medicina viram-se envolvidos na imunologia. Vários outros institutos do N. I. H. patrocinam também a investigação imunológica.»

Outrora, os esforços para controlar as doenças concentravam-se na destruição dos agentes infecciosos ou seus portadores.

O controlo da malária consiste principalmente na destruição dos mosquitos que propagam a doença. A medicina visa destruir as bactérias e os parasitas. Os tratamentos feitos através de cirurgia, de radiações (tais como os raios X) e de produtos químicos, destinam-se a eliminar os componentes doentes do corpo. Assim, estas terapêuticas cuasam, por vezes, «efeitos secundários» que prejudicam ou afectam adversamente outras partes do organismo.

Os investigadores imunológicos têm em vista um objectivo diferente. Gostariam de fazer do corpo humano um organismo à prova de doença — isto é, capaz de rejeitar qualquer micróbio hostil.

O dr. Earl Chamberlayne, assistente especial do dr. Davis, chama a este conceito a «teoria da semente e do solo». Em vez de envenenar o joio a semente do joio, procuraria criar condições no solo que lhe permitissem banir ou recusar alimento a intrusos indesejáveis. Nenhum dano lhe viria de quaisquer outros elementos.

Os anticorpos apenas resultam contra agentes específicos da infecção que provoca a sua produção. Assim, a vacina contra o sarampo funciona apenas em relação ao sarampo e nada mais. A vacina contra a gripe protege somente de uma ou duas estirpes de vírus de «influenza». Quando aparecem outras estirpes de vírus, são necessárias novas vacinas.

Os cientistas gostariam de encontrar meios de obter imunidade «não-específica» — uma única vacina deveria proteger contra grandes grupos de doenças.

O organismo tem vários mecanismos não-específicos que o mantêm em boa saúde. A pele, por exemplo, funciona como uma barreira que evita a entrada de muitos organismos nocivos no corpo. Certos produtos químicos próprios do organismo — os chamados enzimas — podem dissolver uma grande variedade de bactérias prejudiciais.

Há cerca de 20 anos, o

Continua na pág. 19

Nacional

Recebemos subscrito pelo dr. Carlos Carvalhas, secretário de Estado do Trabalho e a propósito da carta do dr. Salgado Zenha, que inserimos na nossa edição de sábado o documento, que, a seguir, reproduzimos na íntegra:

O sr. dr. Salgado Zenha veio a terreiro defender a sua posição e a do seu partido a pretexto da minha presença, a convite da TV, no programa «Responder ao País».

E digo a pretexto, porque não fui à TV «debater em público» o projecto da lei sindical.

O programa não era sobre este diploma, tendo-me apenas limitado a alinhar uns breves considerandos em resposta a uma pergunta sobre a génese da lei — «de que não sou um dos principais autores» — e sobre a posição tomada pela esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses.

O dr. Salgado Zenha sabe que nesse programa o entrevistado desconhece as perguntas e no caso da minha entrevista não pode afirmar que a pluralidade partidária não tenha estado representada...

Por tudo isto e porque a lei sindical já tinha sido debatida publicamente e se encontra em Conselho de Ministros tinha resolvido não lhe responder.

A sua insistência obriga-me, no entanto, a alguns comentários, o que lamento.

Em primeiro lugar considero grave vir a público dizer que a lei é inconstitucional quando quem o afirma é o ministro da Justiça de um Governo de coligação e membro de um partido político da mesma.

E tanto mais grave quando os argumentos que apresenta, salvo o devido respeito pela opinião contrária, são subjecti-

A UNICIDADE SINDICAL

Carlos Carvalhas responde a Salgado Zenha

vos, carecem de qualquer base científica, ficando somente à deriva o «argumento de autoridade» que lhe confere o facto de ser ministro da Justiça.

Todos os argumentos se baseiam na afirmação sem demonstração de que a liberdade de associação e a liberdade sindical são violadas. Ora na lei em apreciação está consignada a liberdade de sindicalização, a liberdade de escolha dos dirigentes e pretendeu-se introduzir algumas normas que viessem a orientar os estatutos com vista a conferir uma ampla democracia interna. A lei permite a constituição de novos sindicatos verticais e de novas federações e uniões representativas por escolha da maioria. Pretende-se também que os sindicatos sejam independentes das organizações patronais e dos partidos políticos e talvez seja aqui que o dedo seja posto na ferida. O grande capital está interessado na divisão dos trabalhadores por motivos óbvios, e certos partidos políticos com pouca inserção na classe trabalhadora, estão também interessados no pluralismo sindical para formarem os seus sindicatosinhos partidários.

No entanto, a esmagadora maioria dos trabalhadores e dos sindicatos **escolheram** publicamente em centenas de assembleias e votações por onde passaram milhares de trabalhadores, a unicidade sindical, consagrada por lei mas, o sr. dr. Salgado Zenha pretende

utilizar a palavra **liberdade** para ultrapassar a vontade da maioria. Onde está a democracia e a dita liberdade?

A lei que se encontrava em Conselho de Ministros não consagrava a unicidade sindical. Por vontade dos trabalhadores, como resultado da consulta publicamente feita, a lei foi agora reformulada incluindo as sugestões que nos foram apresentadas. Será democrático ir contra a vontade livremente expressa pela maioria? Em nome de quê? Para que é que se faz o debate público?

Os trabalhadores portugueses sabem que para além da cor, da religião e do partido político, de cada um, há um elo fundamental, que os une — **o viverem principalmente da venda da sua força de trabalho**. Sabem também que com a incipiente organização saída do fascismo e sem uma lei que consubstancie a unicidade, vontade expressa pela maioria, seriam fácil presa das organizações patronais ou dos partidos políticos que consentem ou inconscientemente arranjam pretextos para a divisão e os enfraqueceriam na sua luta principal. Os trabalhadores portugueses lutam pela liberdade real e não pela liberdade abstracta. Têm a sua experiência e conhecem as experiências de outros países e não se esqueceram dos prejuízos causados à luta operária pelas divisões de que foram vítimas.

Em nome da **liberdade**, da **liberdade de quotização** o fascismo procurou retirar aos sindicatos combativos meios financeiros para os enfraquecer, mas teve dos trabalhadores portugueses a resposta adequada.

Em nome de «liberdade» em abstracto muitos crimes se cometeram contra a Humanidade. A sombra dessa «liberdade»

cresceram os monopólios e tomou forma o Capitalismo Monopolista do Estado. A liberdade para mim não é a do «peixe grande comer o pequeno». A liberdade tem um conteúdo concreto. Não basta dizer que cada homem tem direito ao trabalho se no sistema socioeconómico em que se insere há milhões de desempregados. Não basta afirmar: salário igual para trabalho igual quando na prática tal não se aplica. Nada significa apontar o direito à saúde e à cultura e ao ensino se as camadas mais desfavorecidas são deles afastadas. Essa liberdade, liberdade em abstracto «liberdade» contra a liberdade real pode ter todas as utilizações e manipulações.

Além disso a unicidade não se opõe à liberdade sindical encontrando-se aquela consagrada em muitos países.

Unicidade sindical existe, por exemplo, na Alemanha Federal, na Inglaterra e existia no Chile de Allende, e esta encontra-se consignada por lei na Colômbia, Honduras, México e em todos os países socialistas.

Por outro lado, convém recordar que a **Convenção 87** foi aprovada em 1948 por cerca de 54 países e que O. I. T. é uma organização tripartidária em que os trabalhadores só detêm 25 por cento dos votos.

A O. I. T. tem, neste momento, 150 convenções aprovadas.

A Espanha é dos países-membros que mais convenções tem ratificadas.

Por exemplo os Estados Unidos só ratificaram 7 convenções e não ratificaram ainda a Convenção 87, e o mesmo se passa com a Suíça.

Como se vê há uma grande diversidade de posições com regimes políticos diversos, resultantes de situações histó-

cas determinadas.

Entendem os trabalhadores que em Portugal, no momento, presente, a liberdade sindical é assegurada pela unicidade sindical.

O chamado pluralismo leva à perda da liberdade pelos trabalhadores e à ingerência de forças estranhas a estes, diminuindo-lhes a força que resulta, de uma luta unitária e consequente.

Os trabalhadores assim o entendem e querem ver agora consagrada na lei a sua resolução democrática.

Caberá, ao sr. dr. Salgado Zenha demonstrar-lhes que não têm razão, mas parece-me que o não tem conseguido...

Se vamos a uma discussão jurídica, então afirmamos já, que inconstitucional seria agora a lei que consagrasse a pluralidade sindical.

Os trabalhadores portugueses e os sindicatos já escolheram o que lhes convém, em discussões públicas, abertas e amplas sobre uma lei que lhes diz directamente respeito. E isto não pode ser negado. Não se pode dizer que a «lei é feita nas costas dos trabalhadores» ou contra a sua vontade. Por outro lado, os partidos políticos também já tinham tomado a sua posição.

Por isso, não me parece que os trabalhadores ganhem alguma coisa ou estejam interessados com estas epístolas circunstanciadas entre o senhor ministro da Justiça e o senhor secretário de Estado do Trabalho por cima e ao lado da vontade dos trabalhadores ditando «paternalisticamente» os seus conselhos e as suas sentenças. O debate público sobre a lei sindical já teve o seu lugar; o debate oficial terá o seu assento no Conselho de Ministros; qualquer outro debate deverá ser sempre com a pre-

sença dos principais interessados, os trabalhadores e os dirigentes sindicais, na televisão ou em qualquer órgão de Informação e isto sempre que o quiser.

Se o sr. dr. Salgado Zenha pretende agarrar-se a um falso pretexto, para, numa última tentativa adiar a discussão em Conselho de Ministros e repor de novo à discussão pública da lei, que lhe não tinha sido favorável, à margem dos sindicatos e dos trabalhadores, isso então é outra questão.

Um ponto deve ficar claro: por haver pontos de vista diferentes, sujeitou-se a lei à discussão pública. Recolhidos os resultados das votações incluiu-se na lei os pontos que foram votados pela maioria dos sindicatos e assembleias de trabalhadores. Agora pergunto: **Quem é que não quer submeter-se ao resultado da discussão pública?**

A meu ver é perfeitamente demagógico argumentar aqui com partidos únicos, procurando tirar efeito da situação existente no regime fascista. Recordo que a Confederação Geral dos Sindicatos, tal como está na lei, só pode resultar de um Congresso Nacional em que estejam representados pelo menos 50 por cento dos trabalhadores sindicalizados e aberto à participação de todos os sindicatos existentes. Será isto antidemocrático?

Do que afirmou sobre a minha pessoa, que lhe agradeço, só aceito o que se refere à juventude, o que, na verdade, não me confere pendoros paternalistas!

P. S. — Não me encontro no Governo por indicação ou a representar qualquer partido, nem faço qualquer política partidária.

S. R.
MINISTÉRIO
DA ECONOMIA

SECRETARIA DE ESTADO
DA INDÚSTRIA E ENERGIA

DIRECÇÃO-GERAL
DOS SERVIÇOS
ELÉCTRICOS
EDITOS

Faz-se público, que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei N.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes editos no «Diário do Governo», o projecto apresentado pela União Eléctrica Portuguesa, a que se refere o processo 8/44570, do arquivo 4, para o estabelecimento na freguesia de S. Sebastião, concelho de Setúbal, da instalação de uma linha mista com 315 m (parte aérea com 15 m, e parte subterrânea com 300 m) e alteração da localização dos postes n.ºs 4, 5 e 7 da linha a 30 kV para o posto de transformação da Cometa—Companhia Metalúrgica Nacional, S. A. R. L. que passa a derivar da subestação de S. Sebastião.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 4 de Janeiro de 1975.

O Engenheiro Chefe
Guilherme Martins

Ministério
da Educação
e Cultura

Secretaria de Estado dos Assuntos
Culturais e Investigação Científica
Direcção-Geral dos Assuntos Culturais

EDITAL

BOLSAS DE ESTUDO
PARA A SUÍÇA

Está aberto, até ao dia 25 do corrente, o concurso para uma bolsa de estudo para o ano lectivo de 1975-1976, oferecida pelo Governo suíço a indivíduos de nacionalidade portuguesa, sob as condições seguintes:

- Domínio da bolsa: todos os domínios excepto música e Belas-Artes.
- Destino da bolsa:
 - Post-graduados;
 - Estudantes dos últimos anos de cursos superiores tendo em vista a sua formação complementar.
- Idade dos candidatos e outras limitações:
 - Menos de 35 anos de idade;
 - Poucos anos de exercício profissional, após a obtenção do diploma universitário.
- Duração da bolsa: 1 ano universitário.
- Conhecimento de línguas obrigatórias com exame na Embaixada da Suíça: Francês ou Alemão.
- Apresentação das candidaturas. Exigências a cumprir:
 - 4 formulários de candidatura, devidamente preenchidos e assinados;
 - 4 fotocópias do bacharelato ou de um certificado equivalente (7.º ano), que permita o seu ingresso nas Universidades portuguesas;
 - 4 fotocópias do certificado de habilitações e, dado o caso, dos diplomas universitários já obtidos (com as notas ou qualificações);
 - Recomendação de 2 professores, em quadruplicado;
 - 4 exemplares do «currículum vitae»;
 - 1 certificado médico.

Nota: Os documentos que estiverem preenchidos ou redigidos numa outra língua que não seja a francesa, alemã, italiana ou inglesa, deverão ser acompanhados de uma tradução legalizada em qualquer das línguas referidas.

Prazo de entrega das candidaturas: Desde a publicação do presente Edital até 25 do mês em curso.

Os formulários a preencher pelos concorrentes que estejam nas plenas condições fixadas, podem ser solicitados à Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, dentro das horas normais de expediente, na Rua Ocidental ao Campo Grande, n.º 83-1.º piso, edifício da Biblioteca Nacional, Lisboa-5 (T: 762821).

SALGADO ZENHA E A INTERSINDICAL

Se se impõe um sindicato único não há liberdade de associação

Relativamente à discussão que vem a travar-se em torno do projecto de legislação sindical, o ministro da Justiça, dr. Francisco Salgado Zenha, enviou-nos com pedido de publicação o seguinte comunicado: «Foi hoje (11) publicado nos jornais um comunicado da Intersindical em que se toma partido a favor das posições do sr. dr. Carlos Carvalhas, secretário de Estado do Trabalho, difundidas pela TV e por mim contestadas num artigo publicado há dias no «Diário de Notícias».

«O debate é da mais alta importância para a vida política nacional. E o seu curso futuro dependerá em grande medida da solução que lhe for dada.

«Eis sucintamente o meu ponto de vista. O Programa do Movimento das Forças Armadas garante a liberdade de associação e a liberdade sindical. A liberdade sindical é uma das formas de liberdade de associação. Se se impõe um sindicato «único» uma confederação sindical «única», não há liberdade de associação. Se por via de decreto se impõe hoje um sindicato «único», uma confederação sindical «única», pela mesma lógica amanhã se poderá impor um partido político «único», uma imprensa «única», uma radiodi-

fusão «única», uma TV «única», uma lista «única» de candidatos à assembleia legislativa, etc, etc, etc.

«Dentro dessa lógica, poderá até considerar-se desnecessário eleger uma Assembleia Constituinte, alegando que o processo de escolha da Constituição será «eleitorista» e «burguês» e que para tanto bastará a «legalidade revolucionária». Como se a «legalidade revolucionária» não constasse já do Programa do Movimento das Forças Armadas, que é um «compromisso revolucionário».

«O Programa do Movimento das Forças Armadas é um compromisso político «revolucionário» que obriga todas as forças que o apoiam. E esse programa, verdadeira «carta constitucional» do povo português, consigna como forma da vida política portuguesa uma democracia política, económica e social.

«Se se considera que as «liberdades democráticas» são «burguesas» e que por isso podem ser suprimidas quando isso mais aprouver ao sector A ou B, não só se renegará toda a luta unitária contra o fascismo como se estará a violar o programa «revolucionário» do 25 de Abril.

«As liberdades democráticas não são burguesas. E tanto o não são que a burguesia fas-

cista as suprimiu em Portugal durante 50 anos. A unidade das forças antifascistas em Portugal desde 1926 a 1974 realizou-se sempre à volta da defesa das liberdades democráticas. Nunca ninguém então as apelidou de burguesas, só os fascistas é que assim lhes fariam.

O movimento revolucionário do 25 de Abril manteve-se fiel ao espírito de unidade antifascista e proclamou-as como bandeira de luta no seu pacto revolucionário.

Se hoje se sacrifica uma liberdade, amanhã poderá sacrificar-se outra, depois de amanhã outra, e assim sucessivamente.

«A própria história deste projecto sindical o mostra. Foi dado à publicidade um projecto de lei sindical contendo várias disposições inconstitucionais. Depois de encerrada a discussão, é apresentado em Conselho de Ministros, no dia 6 do corrente, um novo projecto de lei sindical, ainda mais anticonstitucional que o primeiro. Este segundo projecto de lei sindical revela ainda com mais clareza a justeza das críticas que formulei ao primeiro. Desde já solicito que por uma questão de coerência, este segundo projecto de lei sindical seja também dado à publicidade. Para que seja discutido. Para que a opinião

pública o julgue. Para que sobre ele se possa pronunciar.

«Eu sou pela unidade das forças democráticas. Pela unidade das forças socialistas. Pela unidade dos trabalhadores da cidade, do campo e da cultura. Pela unidade sindical. Pela unidade dos partidos democráticos e do M.F.A. Mas essa unidade tem de assentar numa perspectiva política clara. E essa perspectiva política é a democracia política, o respeito pela vontade do povo expressa em eleições livres, o respeito pelas liberdades democráticas. E se este pacto de unidade que é o pacto «revolucionário» do Programa do M.F.A. não for respeitado, então haverá que definir ou reformular o pacto de unidade das várias forças democráticas e populares, em termos claros, para que cada um sobre ele se possa pronunciar.

«O caminho é o do diálogo, da compreensão, da persuasão.

«Em carta dirigida ao «Diário de Notícias», já publicada, exprimi suficientemente o meu ponto de vista sobre o meu conceito de «unidade sindical na liberdade». Para ela remeto.»

Em ALTER DO CHÃO o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TIPOGRAFIA TRIUNFO Ruado Alamo 12

Geral

Imunologia

Continuação da pág. 17

dr. H. Sherwood Lawrence da Faculdade de Medicina da Universidade de Nova Iorque, descobriu no sangue o «factor de transferência» que protege aparentemente a memória imunológica a qual reconhece os invasores estranhos quando aparecem pela segunda vez, permitindo, por isso, uma resposta muito mais activa e vigorosa.

Os cientistas trabalham afincadamente no assunto a fim de obterem informações precisas acerca deste, ainda misterioso, «factor de transferência» que pode ser colhido nas células do sangue de uma pessoa imunizada e transferido para outra pessoa, cujo sistema adquire memória imunológica, atingindo o receptor o mesmo tipo de imunidade do doador.

A maior parte das vezes, os médicos procuram fortalecer e estimular o sistema imunológico, mas por vezes, tentam enfraquecê-lo, temporariamente, em proveito do doente.

Isto acontece após transplantações cirúrgicas de órgãos tão importantes como o rim ou o coração. O sistema imunológico do receptor reconhece no novo órgão um corpo estranho e começa a produzir anticorpos e células especiais para o atacar e destruir.

Os médicos podem vencer a produção de anticorpos e manter a salvo o novo órgão, administrando fármacos «imunossuppressores», embora a supressão dos anticorpos permita a vulnerabilidade do doente face a agentes infecciosos.

Consequentemente, muitos doentes submetidos a transplantações cirúrgicas têm sucumbido a infecções fatais, enquanto o novo órgão trabalha em excelentes condições. O problema da «rejeição» pelo sistema imunológico constitui o maior obstáculo para a transplantação de órgãos. Embora os cirurgiões tenham conseguido dominar os processos cirúrgicos necessários em tais transplantações, nenhum conseguiu ainda assegurar a «permanência» do novo órgão no seu possuidor. Tentam os cirurgiões obter um rim para transplantar de algum parente muito próximo do doente, na esperança de que o respectivo corpo seja semelhante na sua «máscara imunológica» ao organismo do recipiente provocando, por isso, menos rejeição imunológica. Os melhores resultados têm sido conseguidos quando o doador e o receptor são irmãos gêmeos.

Os corações a transplantar, que provêm geralmente de um doador falecido, são muitas vezes submetidos a «tiraagem tissular». Com base numa observação laboratorial, o coração é implantado num doente cuja «máscara imunológica» seja tão parecida quanto possível da do proprietário original do coração.

Apesar destas precauções, os especialistas em imunologia orientam atenta e cuidadosamente o sistema imunológico do receptor com fármacos e com outros processos, até conseguirem equilíbrio perfeito, entre a resistência a possíveis infecções e o domínio da actividade de rejeição do novo órgão.

A manipulação do sistema imunológico de modo a

eleva, reduzir ou alterar as suas respostas é designada «imunoterapia» — ou seja a prevenção e tratamento de doenças através de métodos imunológicos.

Esta terapêutica tem demonstrado a sua eficácia no tratamento de alergias, os quais consistem em respostas excessivas do sistema imunológico a substâncias que não são normalmente nocivas.

Esta reacção exagerada — a que os médicos chamam «hipersensibilidade» — pode provocar asma, febres altas, uma enorme variedade de erupções cutâneas, comichão, obstrução nasal e muitos outros sintomas extremamente desagradáveis.

As reacções alérgicas podem ter origem em poeiras ou produtos químicos suspensos no ar; podem ainda ser provocados pelo contacto da pele com plantas, animais ou tecidos, pela ingestão de certos alimentos e por muitos outros «antígenos».

Se bem que as alergias raramente sejam causa de morte, são contudo tão vulgares que o seu predomínio causa por si só um sério problema para a saúde, fazendo-se acompanhar de angústia e da correspondente redução da capacidade de trabalho e de eficiência.

O.N.I.A.I.D. fundou 17 centros em 15 cidades dos E. U. A. (Asthma and Allergic Disease Centers) tendo em

vista a realização de estudos que permitam melhores métodos de tratamento e que proporcionem simultaneamente uma melhor compreensão do sistema imunológico.

Os investigadores encontraram dados que lhes permitem afirmar que existem numerosas outras doenças — entre elas determinadas formas de artrite e de insuficiência cardíaca e renal — que afectam negativamente o sistema imunológico podendo este apresentar anomalias de varia ordem como respostas excessivas, deficientes ou retardadas.

A bacteriologia — ou seja o estudo dos micróbios ou «germes» causadores de doença — preocupou a Medicina e a investigação clínica durante as primeiras quatro décadas deste século.

Foi então que a Quimioterapia — prevenção e tratamento de doenças por meio de fármacos — progrediu, com o desenvolvimento dos «antibióticos» ou «fármacos milagrosos» os quais são capazes de dominar com rapidez e miraculosa facilidade infecções graves e anteriormente fatais.

No final do século XX, a Imunologia adquire cada vez mais relevância. Se a Imunologia corresponder à esperança que muitos investigadores nela depositam, o corpo humano poderá vir a ser quase invulnerável a muitos sofrimentos que até agora o atormentaram e ameaçaram.

Canal da Crítica

Continuação da pág. 5

do Comunista, com a presença de um homem que, há dezenas de anos, se encontra na primeira linha de fogo da luta contra o fascismo: Jaime Serra.

O parcialismo do Telejornal tornou-se evidente em vários pormenores. Por exemplo: às palavras de Zenha foi dado mais relevo do que ao comunicado da Intersindical — e no entanto, Zenha representa-se a si próprio, enquanto a Intersindical representa mais de um milhão de trabalhadores.

Por outro lado, apenas se faz referência ao facto de alguns sindicatos haverem protestado ou mostrado discordância com as opiniões de Salgado Zenha — sem, no entanto, se nomear qualquer deles nem se transcrever uma palavra dos seus comunicados...

Repare-se no mimo desta redacção: «Pela unidade pugna o Partido Comunista Português, o M. D. P./C. D. E. e a Intersindical; pelo pluralismo batem-se, pelo menos, o Partido Socialista e o Partido Popular Democrático».

Quer dizer: o redactor omitiu, entre os que se batem pela unidade, o M. E. S.; e acrescentou o volume dos adversários dela com aquele curioso «pelo menos» — sendo de lamentar que não dissesse quais... Mas a seu tempo o saberemos. Representantes da famigerada C. I. S. L. já por aí estiveram a dar umas lições.

Por tudo isto, não pode dei-

xar de considerar-se muito estranha a posição que na Televisão portuguesa se tomou. Lembrar-se a gente da esperança que o comandante Conceição e Silva manifestou, quando criou o Conselho Consultivo, de que, se tinha acabado o tempo das lutas partidárias na Televisão portuguesa...

E agora? Agora, nada. Somos todos bons rapazes, somos todos formidáveis, foi tudo sem querer, foram coisas impensadas ou sem má-fé, desculpem lá o mau jeito, acabou-se, vamos beber uma cerveja.

E juizinho. Olhem que se não, eu grito que há censura interna...

palavras cruzadas

COM PROVÉRBO:

PROBLEMA N.º 10982

HORIZONTAIS:

- Até agora. Recusa. Tempo do verbo ser.
- Disfarça (fig). Refeição do dia entre o almoço e a ceia.
- Tornava morno.
- Sadio. Tolerar.
- Sódio (s.q). Prenderem com eles.
- Donzela de Orleães. Post Scriptum. Em a.
- Senhora. Peneiras em furos (Bras). Quinhentos e um em romano.
- Gênero de polípeiros. Ilha inglesa no Mar da Irlanda.
- Seguiam. Cólera. Agora.
- Rocagar. Lavar.
- Ilha do Pequeno Belt. Des-trói.

1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											

VERTICAIS:

- Mau cheiro. Tumor.
- Seguiam. Aparelhara.
- Ninhos. Bater (pop).
- Oferecerás. Medida japonesa igual a dois decilitros.
- Laço. Hilota (fig).
- Neste instante, agora. Esquicha.
- Que diz respeito a navios ou à navegação. Três vogais iguais.
- Cobris de nata. Atmosfera.
- Porco (inv). Cidade da antiga Caldeia. Reside.
- Alugaras.
- Erbio (s.q). Abatera.

Resolveu completamente este problema?

Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7140

HORIZONTAIS:

- Roer (fig). Pua.
- Esteiro. Desmontaram.
- Anel. Ronha (no cavalo).
- Medida japonesa igual a dois decilitros. Purificaras.
- Istmo montanhoso que liga a Indochina à Península de Malaca.
- Surgir. Mover os remos.
- Municípios. Basta.
- Enrubescem. Médico dinamarquês que recebeu o Prémio Nobel da Medicina em 1943.
- Lavar. Palavra gaélica que significa filho e precede um grande número de nomes irlandeses e escoceses.
- Nota musical. Apuraram.
- Aromatizamos. Letra grega.

1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											

VERTICAIS:

- Devorar. Oculta.
- Metal precioso de cor amarela. Assanhar.
- Sadio. Remara para trás.
- Guarneceram de arames.
- Alisaram. Nota musical.
- Cidade de França. Alvo.
- Gritaram. Laço.
- Ladrão do mar (gir. Bras). Tempo do verbo ser. Conjunção.
- Rezaram. Oferecer.
- Aqui. Acometer.
- Mostram. Moderato.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10981

HORIZONTAIS:

- QUEM. MAIS.
- Miera. Nota.
- Abassino. Ai.
- Lê. Sovar.
- Ti. Re. Tardo.
- Oato. Barcas.
- Sólias. Ar.
- Visa.
- Ocas. Xereta.
- Bara. Oiro.
- Elais. Sanar.

VERTICAIS:

- ALTO. SOBE.
- Umbelas. Cal.
- Eial todara.
- Mastros. Sai.
- Rs. IV.
- MAIS. BAIXO:
- Notasseis.
- Inovar. Arrá.
- Só. Arca. Eon.
- Tardar.
- VAI. Os. CAIR.

PROVÉRBO:

Quem mais alto sobe, mais baixo vai cair.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7139

HORIZONTAIS:

- Sorri. Caule.
- Apia. Lis.
- Fim. Semente.
- Ia. Cava. Ais.
- Odiado. Ata.
- Li. Atara.
- Oca. Lar.
- Riam. Aná.
- Rás. Assalte.
- Ogando. Tari.
- Sora. Ario.

VERTICAIS:

- Safio. Urrós.
- Opiado. lago.
- Rim. Casar.
- Rá. Cal. Na.
- Sadio. Ad.
- Levo. Casos.
- Cima. Aans.
- Ase. AT. Atá.
- Natal. Lar.
- Tiara. Tri.
- Emes. Arreio.



8.048\$

Com acréscimo de 10%, ocupamo-nos do transporte e montagem em qualquer ponto do país.

Queira remeter 30% como sinal da sua compra. O restante pagará no acto da entrega, dentro de 2 a 3 semanas, de acordo com o nosso programa de viagens para a província.

ESTUDIO PARA JOVENS
Preço excepcional de promoção
Período limitado

5 peças: 1 guarda-fatos com duas portas + 1 escrivaninha
1 base com duas portas + 1 mesa cabeceira
1 cama com três lados de 90x190

3K
MÓVEIS

SECÇÃO ECONÓMICA
Rua D. Estefânia, 47
Telef. 499 07



Desporto

NACIONAIS DE FUTEBOL

Degraus mínimos na classificação

Depois da segunda jornada da segunda volta do nacional de futebol da 1.ª divisão, os clubes ficaram escalonados na classificação geral da maneira mais singela e menos normal: na sua grande maioria, separados apenas por um ponto. Facto raro a emprestar ao torneio um clima muito especial de emoção, tanto no que diz respeito à conquista do título, como na qualificação para os lu-

gares que dão acesso aos torneios europeus.

Na jornada de ontem as honras vão para o Sporting, para o Boavista e para o Belenenses, vencedores respectivamente em Coimbra, Tapadinha e Olhão; honras menores para o Leixões e Espinho, mercedos empates em Tomar e no Bonfim; e também para o F. C. do Porto e para o Benfica que conseguiram os melhores

resultados da ronda: ambos fizeram 4-0, frente ao Farense e Oriental, respectivamente.

2.ª DIVISÃO

No campeonato secundário ressaltou, na Zona Norte, nova derrota do Beira-Mar que assim se deixou apanhar pelo Famalicão. Note-se, a propósito, que os azeiteiros ainda não ganharam neste novo ano civil. Na Zona Sul, ainda a referência justa ao Chaves, ao Lourosa e ao Riopele, que na qualidade de visitantes não se deixaram bater: enquanto o primeiro e o terceiro conseguiram 1-1 em S. João da Madeira e Espinho (frente ao Tirsense) respectivamente, o segundo foi fazer um nulo a Paços de Ferreira.

Na Zona Sul saliente-se nova derrota do Barreirense (desta feita em Portimão) e o empate do Marítimo e o empate de V. Aguiar. Agora, o Estoril está apenas a um ponto dos representantes do Barreiro.

3.ª DIVISÃO

Resultados dos jogos ontem disputados: na série «A»: Ponte Barca-Sp. Lamego, 1-1; Vianense-Leça, 2-0; Bairro Latino-Rio Ave, 1-1; Moncorvo-Freamunde, 0-3; Vizela-Paredes, 1-2; Cabecirense-Paços Brandão, 2-3; Desp. Aves-Desp. Bragança, 0-0; Avintes-Vila Real, 4-1; U. Lamas-Esp. 3-1 e Monção-Limianos, 2-1.

Série «B»: Febrés-Sp. Covilhã, 0-0; P. Castelo-Desp. Guarda, 1-0; Académico-Esperança, 3-0; Águeda-Cucujães, 1-1; Anadia-Lousanense, 1-2; Vilembrense-Marialvas, 4-1;

Desp. Gouveia-Oliv. Bairro, 1-2; Ovarense-Lusitano, 0-1; Pinhelenses-Mangualde, 1-2 e Naval-Ala Arriba, 2-1.

Série «C»: U. Mirense-Tramagal, 2-1; Campomaiorense-Marrazes, 2-2; Bombarralense-Portalegrense, 4-0; Cartaxo-Gin. Alcobaca, 1-0; Almeirim-Alhandra, 3-1; Vila Franquense-U. Santarém, 0-1; Nazarenos-Alverca, 0-1; Sacavenense-Alcanenense, 2-0; Sp. Pombal-Elvas, 1-2 e Benf. C. Branco-Ponte Sor, 0-0.

Finalmente na Série «D»: L. Olivais-Silves, 1-0; Seixal-U. Santiago, 2-0; Casa Pia-Lusitano V. R., 1-0; U. Sambrazense-Odemirense, 1-0; Luso-Torralta, 2-0; Desp. Beja-Alcochete, 1-0; Aljustrelense-Operário, 2-1; A. Reguengos-Paio Pires, 1-0; Vasco Gama-Amora, 0-1 e Esperança-Costa Caparica, 1-1.

NACIONAL DE JUNIORES

Resultados verificados na 15.ª jornada: na Zona Norte, Amarante-Desportivo da Guarda, 2-1; P. Brandão-F.C. Porto, 0-1; Sanjoanense-Sousense, 5-0; Boavista-Anadia, 5-1; V. Guimarães-Sp. Braga, 0-2; Varzim-U. Coimbra, 2-1.

Na Zona Sul: Sesimbra-Farense, 4-0; Académico-Belenenses, 4-1; Benfica-U. Tomar, 6-0; Lusitano-Ferrovários, 4-1; Sporting-V. Setúbal, 2-1; Atlético-Loures, 1-0.

ORLANDO DIAS AGUDO



Protesto vimaranense

Muita coisa estranha está acontecendo (ou atingindo) o Vitória de Guimarães: depois da «injustiça» do castigo aplicado ao goleador Jeremias, pensou-se no boicote ao jogo com Cuf; mas as gentes da cidade-mãe são civilizadas. Ontem, empunhando cartazes em que se lia *Não ao boicote, não à desordem, sim ao civismo*, os adeptos vitorianos percorreram as ruas de acesso ao Estádio Municipal, em marcha silenciosa. E, no intervalo do jogo, ofer-

ceram um ramo de flores a Jeremias. Entretanto, outro estranho caso: toda a gente, em Guimarães, sabia qual o árbitro que deveria apitar o jogo com a Cuf; e toda a gente soube da sua renúncia. Com toda a justiça pelo seu lado, as gentes de Guimarães perguntam: se a nomeação do árbitro é confidencial, como é que se soube da atitude de Guilherme Alves, o tal árbitro que acabou por não ir? e nas Antas (públicamente) botou palavra.

AUTOMOBILISMO

Fittipaldi com o pé direito

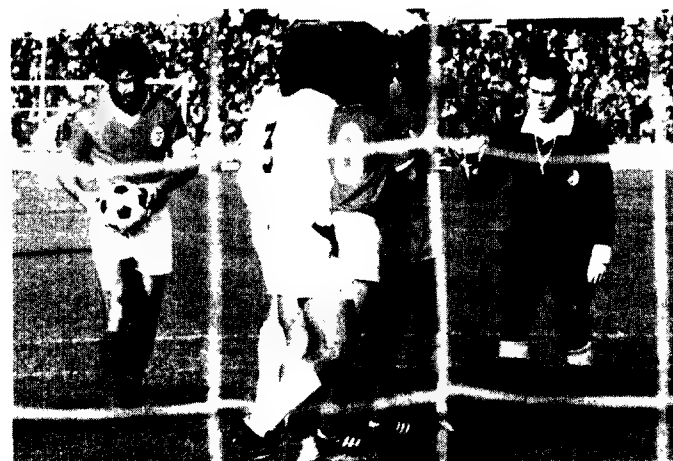
Emerson Fittipaldi, campeão mundial de condutores, começou da melhor maneira o campeonato de 1975: vencendo ontem em Buenos Aires e fazendo uma prova excepcional. O comando da corrida pertenceu a diversos concorrentes, mas no final das 54 voltas o mais rápido foi Emerson: a sua vantagem sobre Hunt (o segundo) foi apenas

de 6 segundos. O terceiro classificado foi o argentino Carlos Reuteman e o quarto Clay Regazzoni.

A segunda prova deste campeonato correr-se-á em S. Paulo (Brasil), o que dá excelentes possibilidades a Fittipaldi para aumentar o seu avanço na vanguarda da classificação.



Em Guimarães lutou-se com bravura



Os «farenenses» protestam, mas Humberto Coelho está pronto para marcar (e transformar) a grande penalidade



Em Olhão, Cardoso, Freitas, Alfredo, Isidro, Pietra e Sambinha defendem a sua baliza e o avanço no marcador



Em Tomar, o Leixões foi buscar um precioso ponto



Jacinto João tenta «furar» a extrema defesa espinhense

1.ª DIVISÃO RESULTADOS

Benfica - Farense	4-0
U. Tomar - Leixões	1-1
Atlético - Boavista	0-1
V. Setúbal - Espinho	0-0
V. Guimarães - CUF	1-0
F. C. Porto - Oriental	4-0
Académico - Sporting	1-3
Olhanense - Belenenses	1-2

CLASSIFICAÇÃO

	V.	E.	D.	B.	P.
PORTO	12	4	1	38-13	28
Benfica	11	5	1	34-7	27
V. Guim.	11	3	3	39-21	25
Sporting	9	6	2	32-12	24
Boavista	8	5	4	25-16	21
Farense	8	2	6	29-26	18
Belenen.	7	3	6	26-25	17
Leixões	4	8	5	15-15	16
CUF	5	5	7	19-21	15
V. Setúbal	5	4	8	26-24	14
U. Tomar	5	3	9	19-30	13
Atlético	4	4	9	20-47	12
Olhanen.	4	3	10	29-44	11
S. Espinho	3	5	9	15-29	11
Oriental	2	6	9	10-30	10
Académico	3	2	12	14-30	8

PRÓXIMA JORNADA

Leixões - Farense
Boavista - U. Tomar
Espinho - Atlético
CUF - V. Setúbal
Oriental - V. Guimarães
Sporting - F. C. Porto
Belenenses - Académico
Olhanense - Benfica

2.ª DIVISÃO

ZONA NORTE RESULTADOS

Sanjoanense-Chaves	1-1
Famalicão-Gil Vicente	3-0
Fafe-Alba	1-0
Braga-Vila-Novense	3-1
Varzim-Salgueiros	4-0
Penafiel - Beira-Mar	2-0
Paços Ferreira-Lourosa	0-0
U. Coimbra-Feirense	4-1
Tirsense-Riopele	1-2
Régua-Oliveirense	1-0

CLASSIFICAÇÃO

	V.	E.	D.	B.	P.
B.-MAR	9	5	4	32-13	23
Famalicão	10	3	5	28-18	23
Braga	8	6	4	19-12	22
Penafiel	8	5	5	19-10	21
Sanjoan.	6	6	5	17-17	20
P. Ferreira	8	4	6	28-20	20
Varzim	7	6	5	26-18	20
Riopele	8	3	7	23-18	19
Fafe	7	5	6	14-14	19
Oliveirense	6	6	6	20-24	18
Salgueiros	7	4	7	29-28	18
G. Vicente	7	3	8	22-19	17
L. Lourosa	6	5	7	29-19	17
Chaves	5	7	6	17-20	17
Régua	6	5	7	15-27	17
U. Colomb.	7	2	9	27-31	16
Alba	7	1	10	19-34	15
Villanov.	4	6	8	12-20	14
Feirense	5	3	10	15-31	13
Tirsense	4	3	11	13-31	11

PRÓXIMA JORNADA:

Tirsense - Régua
U. Coimbra - Riopele
Paços Ferreira - Feirense
Penafiel - Lourosa
Varzim - Beira-Mar
Braga - Salgueiros
Fafe - Villanovense
Famalicão - Alba
Sanjoanense - Gil Vicente
Chaves - Oliveirense

ZONA SUL: RESULTADOS

Almada-Torres Novas	4-2
Juventude-Marinhense	1-1
Torriense-Marítimo	1-1
Caldas-Sintrense	3-0
Montijo-Montemor	2-0
Portimonense-Barreirense	1-0
Estoril-Peniche	3-0
Estrela-Odivelas	2-0
U. Leiria-Lusitano	3-0
Sesimbra-C. da Piedade	1-0

CLASSIFICAÇÃO:

	V.	E.	D.	B.	P.
BARREIR.	11	5	2	30-11	27
Estoril	10	6	2	40-12	26
Marítimo	9	4	5	32-21	22
Sesimbra	8	6	4	21-22	22
Torriense	9	3	6	29-27	21
Portimo.	9	3	6	35-24	21
Montijo	9	3	6	27-19	21
Caldas	6	8	4	32-20	20
E. Portale.	5	9	4	15-12	19
Lusitano	5	8	5	15-25	18
Marinho.	5	8	5	27-16	18
Peniche	4	9	5	12-14	17
U. Leiria	7	3	8	26-29	17
Almada	7	3	8	32-37	17
Juventude	6	4	8	15-20	16
U. Sport	5	5	8	21-26	15
Sintrense	4	5	9	13-28	13
Odivelas	5	2	11	23-35	12
T. Novas	2	6	10	13-39	10
C. Piedade	2	4	12	8-29	8

PRÓXIMA JORNADA:

U. Leiria - Sesimbra
Estrela - Lusitano
Estoril - Odivelas
Portimonense - Peniche
Montijo - Barreirense
Caldas - U. Montemor
Torriense - Sintrense
Juventude - Marítimo
Almada - Marinhense
Torres Novas - C. Piedade

TOTOBOLA A CHAVE

Benfica - Farense	4
União Tomar - Leixões	2
Atlético - Boavista	2
Setúbal - Espinho	2
Guimarães - CUF	4
Académico - Sporting	2
Olhanense - Belenenses	2
Penafiel - Beira-Mar	4
Tirsense - Riopele	2
Régua - Oliveirense	2
Juventude - Marinhense	2
Torriense - Marítimo	2
Portimon. - Barreirense	1

Desporto

ATLÉTICO, 0
BOAVISTA, 1

Decididamente, o Atlético tem de ir à bruxa. Ontem, construiu lances sobre lances, ataques a seguir de ataques: e, nada. A bola esbarrava sempre em qualquer coisa e não entrava nas balizas à guarda do competentíssimo Barrigana, homem com mãos de ferro como da velha guarda. No final, dizia-me o honesto José Maria Pedroto:

— O Boavista teve hoje, toda junta, a fortuna que lhe fugiu domingos a fio. O Atlético, finalmente, merecia (no mínimo) o empate.

Carlos Silva, por seu turno, estava triste:

— Tivemos um azar tremendo.

E foi mesmo: raramente o grupo alcantarense terá actuado, após uns 25 minutos de quebra a meio campo, tão dentro do moderno esquema («harmónio») que se requer para o futebol-espectáculo de 75. Poucas vezes, igualmente, vimos um Atlético tão assomado e perigoso na dianteira: quatro bolas a beijarem a madeira dos «axadrezados» dizem melhor que mil palavras.

Com efeito, as oportunidades desperdiçadas pelos rapazes de Alcântara-Santo Amaro foram aos magotes: e, se houve muito mérito da excelente defesa do Boavista (palmas para Barrigana, Amândio e Mário João) também ninguém pode deixar de concordar que a sorte virou costas à malta da casa e foi, inteirinha, para o saco nortenho. Veja-se, apenas, este rol de «perdas» pelos «listados» de Lisboa: «cabeça» de Candeias por cima da trave superior, «tiro» de Vasques a meio metro de um poste desguarnecido de protecção, tra-

SALVAÇÃO POR SALVADOR

vagem de Lobo a uma bola que estava sobre o risco fatal, Mário João a evitar (pés no último traço branquinho) um «golpe» disparado por Guerreiro e «esbarranço» de uma «bazuca» (apontada por Arcanjo) no pau esquerdo da rede boavisteira. E demais para uma família só.

Por seu lado, o grupo do Porto aproveitou soberanamente o único momento do descalabro da rédea contrária: cinco homens parados e bola no fundo das malhas, chutada irremediavelmente por Salvador, o salvador de dois pontos praxadrez. Injustiça (quase) pura, mas que reflecte a inteligência com que foram manejados os cordelinhos branco-negros, especialmente no capítulo da exploração da fraca produtividade de Belchior e Avelar, os menos certos no «onze» anfitrião. E, também, a ser levemente justificado pelo belo sentido de jogo que vive em Alves, o magnífico da batuta mágica.



Francisco Mário (energia) e Nogueira (espectativa)



Candeias (o «capitão») e Alves (de luvas negras)

Ele, mais Barbosa e Francisco Mário e Salvador e Wilson e Zéinho (enquanto teve «pernas») ensarilharam o centro da relva e não deixaram o Atlético ter consciência fria pa-

ra recuperar dos sucessivos lances de pouca sorte.

Por parte alcantarense, seria um regalo ver Gaspar e Candeias, mais Esmoriz e Caló, mais esse franzino Vasques que bem merece (e justifica) uma chamada para mais alto. Tal e qual como é de valer encômios a aplicação de José Eduardo perante os diabretes da contrária e, sobretudo (no palco mais alto) mencionar a extraordinária lição arbitral dada por António Garrido, que nem só uma vez falhou nas apitadelas. E, com uma palavra sensata e paternal, seguiu o jogo quando a coisa ia desandando para o torto. Parabéns: este homem bem mereceu o «apito de ouro», que o camarada Carlos Arsénio lhe entregou por embaixada do «Record».

Enfim: o Boavista mais para a frente, o Atlético em travagem forçada. Por causa de um «placard» que só pode enganar quem esteve ausente do belo parque alcantarense.

NEVES DE SOUSA

SOBRE FUTEBOL

SELECÇÃO
EM ESTÁGIO

Principia esta noite o estágio dos futebolistas que vão defrontar a turma da Rússia. Entretanto, os técnicos José Pedroto e José Moniz deslocaram-se a Florença (Itália) para frequentarem, até 5.ª-feira, um curso de actualização de conhecimentos.

ANTECIPAÇÃO

O jogo Boavista-União de Tomar realiza-se no próximo sábado, pelas 16 horas.

GUIMARÃES

Para disputar um jogo particular com o Red Star, partiu para Paris a equipa do Vitória de Guimarães.

DÉ

O inconstante brasileiro Dé regressou a Lisboa, e, enquanto declara que quer tornar-se «professor de Educação Física», proclama (igualmente) que espera ser recebido pelo directivo do Sporting para aclarar o seu caso.

MOVIMENTO

Está em curso um movimento pró-fusão do Atlético e Belenenses. Ontem, após o jogo na Tapadinha, foram distribuídos textos do seguinte teor:

registro

Ruguebi: o Benfica continua no comando do «nacional». Desfechos da jornada deste fim-de-semana: Belenenses, 10-Benfica, 22; Técnico 14-CDUL, 0; Agronomia, 9-Direito, 31; Académico, 12-CDUP, 6. Tabela: Benfica, 19 pontos; Direito, 17; CDUP, 15; Belenenses, Técnico e Académico, 14; Agronomia, 11; Es. da Anadara, 8; CDUL e Medicina, 6.

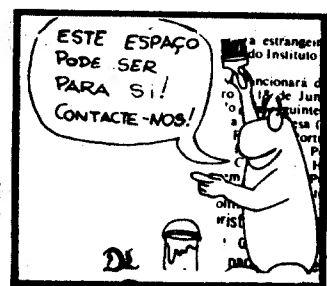
Conferência
sobre desporto

A convite do director da Escola Naval, comodoro Eugénio da Silva Gameiro, desloca-se àquele estabelecimento do Ensino Superior o nosso colaborador Manuel Sérgio, a fim de proferir, no próximo dia 22, às 14 horas, uma conferência, seguida de colóquio, subordinada ao tema: «O Desporto e o Humanismo Contemporâneo».

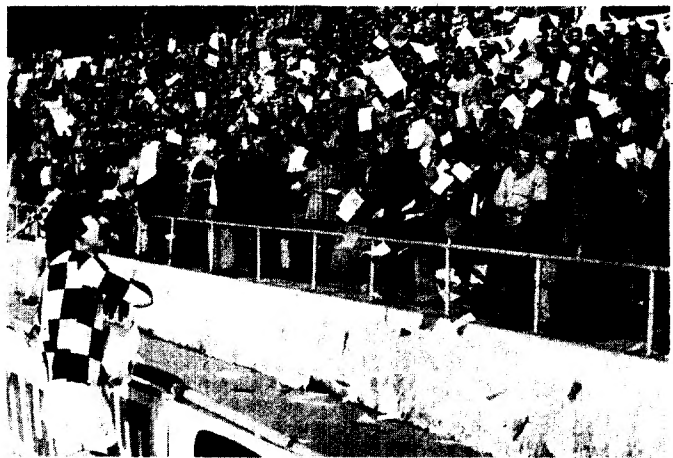
A palestra, que se reveste de muito interesse, assistem o corpo de alunos e o corpo docente da Escola Naval.

Voleibol: A equipa feminina do Benfica, foi eliminada (0-3) no confronto com as raparigas do NIM (Hungria) para a «Taça das Campeãs».

Hóquei em patins: Salesiana e Sporting prosseguem invictos no «Torneio de Abertura». Resultados da jornada: Sporting, 4-CUF, 0; Belenenses, 6-Benfica, 6; Campo de Ourique, 6-Estremoz, 5; Oeiras, 4-Sintra, 3; Parede, 1-Salesiana, 1 e Paço de Arcos, 5-Cascais, 1. Classificação no grupo um: Sporting, 21 pontos; Benfica e Belenenses, 16; CACO, 15; Estremoz, 8; CUF, 7. Grupo dois: Salesiana, 20; Paço de Arcos, 15; Oeiras e Parede, 14; Cascais, 11; Sintra, 10.



Carta aberta a Artur Jorge



Zéinho (luso-brasileiro do Boavista) distribui, na bancada da Tapadinha, os comunicados do seu Sindicato apoiando a luta da Intersindical

SINDICATO DE JOGADORES
PELA INTERSINDICAL

Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, em comunicado assinado pelo seu presidente (Artur Jorge) torna público o seguinte:

«Como é do conhecimento de todos os trabalhadores, encontra-se neste momento em discussão, no Conselho de Ministros, a «Lei das Associações Sindicais».

«Os trabalhadores portugueses já demonstram de forma inequívoca a sua vontade de ver expresso na lei o princípio da «Unidade e Unicidade Sindical», único processo que garante a defesa efectiva dos seus inte-

resses de classe.

«Assim, o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol, solidário com os outros trabalhadores portugueses, apela para a comparação massiva de todos na grande Manifestação organizada pela Intersindical Nacional, a realizar na próxima 3.ª feira amanhã, pelas 19 e 30 horas, com concentração no Largo Martim Moniz, donde seguirá para o Ministério do Trabalho».

Pela unidade e unicidade sindical consagradas na lei contra o pluralismo sindical, todos à manifestação».

Bem te lembrás, Artur Jorge, que andámos juntos por Coimbra. Até chegámos a viver em «Repúblicas» vizinhas. Tu, pelo «Ninho dos Matulões»; eu, na «Ay-O-Linda». Não te esqueceste, também, do que foi e representou a crise estudantil de 1969, em que a mais ampla movimentação de estudantes realizou uma greve a exames com mais de noventa por cento de adesões (nessa altura os partidos não diziam tão claramente que as greves são reaccionárias, mesmo com o capitalismo instalado no quotidiano)...

Não te fugiu igualmente à memória como, então se comportou a Académica (substantivo feminino), que até chegou a ser repreendida por ter jogado de camisolas brancas em Alvalade, contra o Sporting.

Recordas-te, com certeza, da final da «Taça de Portugal», em que eu e o Celso Cruzeiro (hoje membro da Comissão Política Nacional do MES), viemos para Lisboa mais cedo «preparar» condignamente a festa. Os jornais desportivos sempre anunciavam afinal como a «festa» do futebol português, e nesse ano nem sequer o presidente Tomás lá pôs os pés.

Estás ainda a ver aquela grande faixa negra com letras brancas a dizer «A Académica está de luto», e o povo presente a passá-la de mão em mão em redor das bancadas do estádio.

Sabes que, nessa tarde, foram espalhados cerca de trinta mil panfletos sobre a luta de Coimbra, os quais chegaram assim a milhares de adeptos

de futebol. E, ate os bentiquistas o leram, pois a força do Toni (então na Académica) não conseguiu impedir o 2-1 final. Nesse dia, até os mesmos bentiquistas, que te costumam aplaudir na Luz, gostaram de política...

Sabes que, na segunda-feira seguinte à final da «Taça», eu (e o mesmo «Celsinho») fomos à «pide», perguntar pelos colegas que tinham sido presos no Estádio Nacional? Sabes tudo isto e muito mais.

Na única entrevista que até hoje fiz a um futebolista (e isto não representa qualquer menosprezo para a tua classe, mas tão-só o reconhecimento de que existem em Portugal jornalistas desportivos) admitiste o carácter alienador do futebol e a sua grande capacidade mobilizadora de massas.

Ontem o Rádio Clube Português, transmitiu repetidas vezes um comunicado-convocação para a manifestação da Intersindical. Não ignoras a força que isso representa, especialmente se no fim da leitura da notícia o locutor anuncia: «comunicado assinado por Artur Jorge».

Se tivesses ouvido a mesma emissora uns tempos atrás saberias que Mobutu utilizou Foreman e Clay à custa do erário público do Zaire. E, em cada «round» os murros abatiam-se sobre as contradições e dificuldades sociais que vitimam o povo zaireense. Por entre o K. O. Mobutu, ergue-se a falar, provavelmente em nome do «seu povo». Tal como tu, que ontem defendeste em nome

Continua na pág. 22

EXTERNATOS



SAO VICENTE

Rua Edith Cavell, 8 (ao Chile) - tel. 84 8864/5



MARQUÊS DE POMBAL

Rua Moraes Soares, 93 - tel. 82 02 21/83 46 58



ALIANTEs CABRAL

Avenida Grão Vasco, 1 - (Benfica) - tel. 70 69 74/5



C. PREPARATÓRIO * CURSO LICEAL

C. GERAL COMÉRCIO * ADM. INSTITUTOS

ADM. UNIVERSIDADE * EXAMES «AD HOC»

Desporto

ATLETISMO

BRANCA SEABRA E HELENA RELVAS: VITÓRIAS EM PRIMEIRO PLANO



Branca Seabra e Rita Borralho a caminho da meta

Artur Jorge

Continuação da pág. 21

dos futebolistas portugueses a unidade sindical. Quantos foram ouvidos para tão importante decisão? Onde os ouviste? Nos balneários? Quando os escutaste? Nos treinos da selecção? Que disseram os jogadores do Espinho a esse propósito? E os do Farense? E os do Avintes? E os do?

É evidente que se não põe em dúvida que são idênticos os interesses dos trabalhadores. É evidente que não se discute a comunidade de interesses da classe operária e camponesa. Só que a unidade, a unidade se faz, se constrói na própria luta, na movimentação de massas, e não necessariamente pela via administrativa.

Quando as coisas começam assim, em que à falta de argumentos se responde com as calúnias (o Sindicato dos Caixeiros diz que o P. S. emitiu na televisão opiniões idênticas às da CIA!) a política começa a ser uma bola de futebol que não se sabe onde vai parar. Ainda que o passe pareça ir para a esquerda, o lançamento lateral pode vir da direita.

E toda a gente conhece as aventuras a que conduzem os futebolistas. Especialmente se o árbitro se deixar levar.

Toda a gente sabe que amanhã cinquenta mil benfiquistas podem estar contigo em Martim Moniz. Só que o futebol não ganhou nada com isso, e os portugueses muito menos.

Com amizade,

JOSÉ A. SALVADOR

A época de atletismo teve ontem um ponto alto: as competições de corta-mato feminino, referentes ao «Torneio de Abertura». As provas desenvolveram-se no Jamor e tiveram, como presença saliente, a vencedora em seniores: Branca Seabra que, depois de ter actuado pelo Benfica e como individual, surgiu (para ganhar) envergando as cores do Belenenses. Eis as classificações:

Infantis (1000 metros): 1.ª Teresa João (Benfica), 3m 46s; 2.ª Ana Coelho (Sporting), 3.53; 3.ª Adelaide Romão (Spt.), 3.55,2; 4.ª Anabela (Oliveira), 3.58; 5.ª Fernanda Pacheco (C.U.F.), 4.01,2; 6.ª Ana Oliveira (C.U.F.), 4.01,4; 7.ª Elisabete Almeida (C.U.F.), 4.03,4; 8.ª Maria Paixão (Benf.), 4.10,6; 9.ª Ana Xairel (Spt.), 4.11,6; 10.ª Lurdes Viana (C.U.F.), 4.16.

Iniciadas (1500 m.): 1.ª Rosa Ratinho (Spt.), 4.18,6; 2.ª Felismina Gato (S.C.L.), 4.21,3; 3.ª Maria Matos (Belenenses), 4.25,6; 4.ª Mara Pidge (Spt), 4.26; 5.ª Maria João Machado (C.U.F.), 4.28,4; 6.ª Maria Dulce Figueiredo (Benf.), 4.28,6; 7.ª Paula Freitas (Oliveira), 4.31,8; 8.ª Isabel Santos (Benf.), 4.39; 9.ª Maria Borges (Oliveira), 4.40,4; 10.ª Maria Luz Matos (C.U.F.), 4.46,9.

Juvenis (2000 m.): 1.ª Maria Clara Rodrigues (Spt.), 7.14,4; 2.ª Anabela Dias (C.U.F.), 7.19,8; 3.ª Ana Paula Mesquita (C.U.F.), 7.30,8; 4.ª Zélia Henri-

ques (Spt), 7.30,6; 5.ª Eurico Bispo (C.U.F.), 7.44; 6.ª Carmina Ferreira (Spt.), 7.46,2; 7.ª Esmeralda Marques (C.U.F.), 7.51; 8.ª Maria Guerra (Benf.), 8.58,2; 9.ª Glória Bastos (C.U.F.), 8.01; 10.ª Maria Deus Catarino (Benf.), 8.26,8.

Juniões (2500 m.): 1.ª Alda Oliveira (Spt.), 9.37,4; 2.ª Teresa Gomes (Spt.), 9.46,8; 3.ª Ana Pacheco (Spt.), 10.09,8; 4.ª Maria Suzete Santos (Spt.), 10.24,8; 5.ª Maria de Lurdes (Spt.), 11.23,8; 6.ª Ana Paula Ribeiro (Spt.), 11.33,2; 7.ª Maria Gonçalves (Benf.), 12.02,6; 8.ª Helena Silva (Spt.), 12.21,2.

Seniores (3000 m.): Branca Seabra (Belenenses), 11.27,2; 2.ª Rita Borralho (Benf.), 11.30,8; 3.ª Teresa Palma (Spt.), 13.05,6; 4.ª Maria Henriques (Benf.), 13.27.

PISTA COBERTA

No pavilhão do Estádio Universitário desenrolou-se um torneio em pista coberta que teve como destaque o novo «record» nacional de seniores obtido pela benfiquista Helena Relvas no salto em comprimento. Desfechos das actuações masculinas:

Salto com vara (Juniões): 1.º Augusto Moreira (C.U.F.), 3.30; **Juvenis:** 1.º José Aleixo (Bf.), 3m.

50 M. barreiras (Iniciados): 1.º João Sequeira (Bel.), 7,8.



NACIONAL DE ANDEBOL

Fase do jogo de andebol entre o Benfica e o F. C. Porto, que os «encarnados» venceram por 19-16 mas nada teve de recomendável para a divulgação da modalidade, uma vez que redundou em verdadeira «batalha campal». Outros resultados d ronda do nacional: Beira

Mar, 16-Sporting, 18; Almada, 29-CACO, 12; Belenenses, 30-Desportivo de Portugal, 14; Passos Manuel, 14-Técnico, 13. Não se realizou (por falta de luz no recinto) o encontro Vitória de Setúbal-Académico do Porto...

Sindicato dos Profissionais de Propaganda Médica

Avenida Miguel Bombarda, 96, 1.º, Dt.º
Telefs. 76 17 20 - 76 17 98 — LISBOA-1 — PORTUGAL

CONVOCAÇÃO

A Direcção do Sindicato dos Profissionais de Propaganda Médica convoca os delegados sindicais para uma Assembleia de Delegados a realizar hoje, segunda-feira, pelas 21 horas, na sede do Sindicato, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. MANIFESTAÇÃO DA INTERSINDICAL
2. OS TRABALHADORES E A SITUAÇÃO POLÍTICA ACTUAL

Lisboa, 13 de Janeiro de 1975

A Direcção



Clara Rodrigues (321) vai triunfar em juvenis

Máximo igualado. **Juvenis:** 1.º Miguel Fernandes (Su.), 7,7. **Juniões:** 1.º Fernando Carrajo-la (Bf.), 7,8. **Seniores:** 1.º Pedro Antunes (C.D.U.L.), 7,8.

Salto em comprimento (Juvenis): 1.º Carlos Caieiro (C.U.F.), 6,3. **Juniões:** 1.º Francisco Vilaça (Bf.), 5,10. **Seniores:** 1.º José Ganso (C.U.F.), 5,90.

50 M planos (Iniciados): 1.º Luis Félix (Bf.), 6,4. **Juvenis:** 1.º Mário Serpa (Bel.), 6,4. **Juniões:** 1.º Alvaro Antunes (Bf.), 6,1. **Seniores:** 1.º Carlos Calado (Sp.), 6,2.

Provas Femininas: 50 M barreiras (Iniciadas): 1.ª Adélia Giga (C.U.F.), 9,6. **Juvenis:** 1.ª Nora Araújo (Bf.), 8,5. **Juniões:** 1.ª Gabriela Rodrigues (Sp.), 9,5. **Seniores:** 1.ª Helena Relvas (Bf.), 8,2.

Comprimento (Juniões): 1.ª Maria José Sobral (Bel.), 4,58. **Seniores:** 1.ª Helena Relvas (Bf.), 5,36. **Rec. Nac.**

50 M planos (Iniciadas): 1.ª Fernanda António (C.U.F.), 7,4. **Juvenis:** 1.ª Cristina Lourenço (Bel.), 7,3. **Juniões:** 1.ª Maria José Sobral (Bel.), 7,2.

BARS BOITES

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13. T. 34859/365167. a actuar FEDRA

ARTISTA BRASILEIRA: ESPADARTE CLUB — Sesimbra. Discoteca e acidentalmente fado ou música de folclore inter. por clientes e dedicado aos turistas presentes. Encer. domingos. T. 229189

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado Variedades internacionais. T. 26461/264526/264596/264621/264946

HIPOPOTAMO — Conjunto Hipopotamo. Encerra aos Domingos. Av. António Augusto de Aguiar, 5-A. T. 48384.

TAMILA — Marão e/ conjunto «Matinees» todos os dias. Encerra aos domingos. Av. Duque de Loulé, 69. T. 533117.

CACO — Dancing com música ambiente com sibilur quarteto. Rua Camilo Castelo Branco, 33-A.

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
CVP	66 5342	Aeroporto	71 1397
H. de S. José	86 0131	C.R.G.E.	53 7021
H. de S. Maria	73 0231	C. Águas	36 1361
P.S.P	36 6141	Combóios	32 6222

tempo

Situação do tempo
09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral muito nublado e o vento era moderado de Sueste.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	12º
P. DOURADAS	3º
COIMBRA	12º
PORTALEGRE	8º
LISBOA	9º
FARO	12º
FUNCHAL	16º

TEMPERATURAS EXTREMAS

SAGRES e FARO

Máxima 15º

FIG. CAST. RODRIGO

Mínima(neg) 0,7º

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar	13,4º
Atmosfera	8,0º

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
44.44 4,0 m	10.22 0,8 m
17.08 3,7 m	22.30 0,9 m

DIA 14

5.20 4,0 m	10.55 0,8 m
17.42 3,7 m	23.03 0,9 m

DIA 15

45.54 3,9 m	11.28 0,8 m
18.15 3,7 m	23.37 0,9 m

PREVISÃO GERAL ATÉ AS 24 H DE AMANHÃ

Céu muito nublado ou encoberto; vento moderado de Sul; períodos de chuva a partir da tarde de hoje.

AMANHÃ

NAScer AS 8.54

OCASO AS 18.37



EMISSORA 1.º Programa

16.00	Música folk
16.20	Música portuguesa
17.00	Rádio estudantil
18.05	«O nome das coisas», por Sofia de Melo Breyner
18.35	Música variada
19.05	Programa infantil: Música variada
20.00	Jornal da noite
21.00	Perspectivas do rock
21.45	Observação de teatro, por José Gil
22.00	Sindicalismo
22.30	Música variada
23.00	Leis: De um dia para o outro
00.00	(Entra o MF 1 de Lisboa) — Sinal horário

Programa em MF 1 de Lisboa

23.00	Rádio estudantil
00.00	Junção com o 1.º programa

2.º Programa

16.00	«O castelo de Barba Azul» (Ópera em um acto) (Bela Bartók)
16.55	Música de bailado
18.00	Antologia sonora: 2.ª parte da «Arte da fuga» BWV 1080 (Bach) Revisão e instrumentação de Rudolf Barshai
18.45	«Ciclo de canções», de Schumann, pelo barítono Gérard Souzay e Dalton Baldwin (piano)
19.15	Quarteto n.º 13, Op. 130, em si bemol maior, p/ quarteto de cordas (Beethoven) interpretação do quarteto italiano

20.00

Jornal da noite
Música de arco, de Teleman por Artur Grumiaux (violino)
21.30 Concerto sinfónico (inteiramente preenchido com obras de compositores russos: Sergei Rachmaninoff, Igor Stravinsky, Aram Khachaturian e Dimitri Chostakovitch. Intervalo do concerto sinfónico: Solos de viola dedilhada, por Rodrigo Riera
22.55 Concerto sinfónico: 2.ª parte Concerto p/flauta e orquestra (Khachaturian); Sinfonia n.º 5 Op. 47 (Chostakovitch)
00.20 A organista Marie Claire Alain, prelúdio e fuga em sol menor, sob o nome de Bach, de Liszt
00.33 Serenata Op. 44 em ré menor (Dvorák), pela orquestra «Música Aeterna», dir. de Frederic Waldman
01.00 Fecho.

Programa estereofónico MF 2

21.00	Música ligeira variada
22.00	Transmissão da ópera em 4 actos (Francesca da Rimini, de Zandonai)
00.15	Música de piano: Visões fugitivas (Prokofiev) por Pavel Stepan
00.45	Quarteto em sol maior (João Cristiano Bach).
01.00	Fecho.

RÁDIO CLUBE

Emissor de Lisboa — Onda média,

290,13 m — 1034 KHz — emissão contínua. Emissor de Miramar (Porto) — Onda média, 283,6 — 782 KHz — Emissão contínua; Modulação de frequência (principais emissoras) — Lisboa, 97,4; Porto, 97,7; Portalegre, 98,9; Lousã, 90,8; Fôia 88,1 e Mendro 92 MHz.

Rádio Renascença

Onda média 233,3 m — 1296 KHz; Modulação de frequência (Lisboa) — 93,2 MHz — Emissão contínua.

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

Clube Radiofónico de Portugal
06.00 às 11.00 e 19.30 às 22.00
Rádio Peninsular
11.00 às 17.00
Rádio Voz de Lisboa
17.00 às 19.30 e 22.00 às 02.00

ESCOLA DE CONDUÇÃO MONUMENTAL

CONDUZA SEGURO PARA O SEU FUTURO LIGEIRO PESADO MOTO

Direcção Técnica de: ANTONIO SOARES
Av. Manuel de Mota, 11 - r/c - LISBOA
Telefs.: 572535 - 539712

ESTE ESPAÇO PODE SER PARA SI!

CONTACTE-NOS!

farmácias de serviço

LISBOA

-TURNO N-1

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALFAMA
Anunciada, R. do Vigário, 74 (T. 866360)

ALTO DE S. JOÃO
Dalton, Av. Mouzinho de Albuquerque, 7-A à P. Paiva Couceiro (T. 843571)

ALVALADE
Aeroporto, Av. Almirante Gago Coutinho, 101-D, à Av. D. Rodrigo da Cunha (T. 722384); S. João de Deus, R. Pedro Ivo, 1-A (T. 725140); Cartaxo, Av. da Igreja, 21-C (T. 717958)

AREIRO
Miranda, C. Pequeno, 36-B, à Av. Sacadura Cabral (T. 70776)

AVENIDA DA LIBERDADE
Fernandes, R. de S. José, 187 (T. 326476)

AVENIDAS NOVAS
Universal, R. Actor Taborda, 5/7 (T. 44158)

BENFICA
Alegria, E. de Benfca, 180-A (T. 780511)

CAMPO DE OURIQUE
Castro Fonseca, R. 4 de Infantaria, 28-A (T. 688857)

POÇO DO BISPO
Marvila, R. Direita de Marvila, 25 (T. 381612)

SANTO AMARO
Lisbonense, R. Leão de Oliveira, 2-B (T. 637020)

SANTOS-O-VELHO
Fontoura de Carvalho, R. Santos-o-Velho, 12 (T. 662075)

-TURNO N-2

TODA A NOITE

AJUDA
Moura, T. da Memória, 55 (T. 630944)

ALTO DO PINA
Ibérica, R. Barão de Sabrosa, 235-A, à Al. (T. 728277)

ALVALADE
Nova York, Av. dos Estados Unidos da América, 140-B (T. 760658)

ARROIOS
Cândido Monteiro, Av. Almirante Reis, 121-B (T. 45751)

BAIRRO DAS COLÓNIAS
Higiénica, R. Helióclodo Salgado, 20-A (T. 844361)

BAIXA
Teixeira Lopes, R. Aurea, 154 (T. 324816)

BENFICA
Lisboa, R. Cláudio Nunes, 73-A (T. 703393)

CAMPOLIDE
Rialto, R. Arco de Carvalhal, 5-A (T. 651721)

CAMPO DE OURIQUE
Tagus, Pt. da R. Possidónio da Silva, 162-A (T. 669485)

CAMPO DE SANTANA
Peninsular, C. dos Mártires da Pátria, 117 (T. 553308)

ENTRE CAMPOS
Nova York, Av. dos Estados Unidos da América, 140 (T. 760658)

LUMIAR
Patuleia, Al. das Linhas de Torres, 262-B (T. 790332)

OLIVAIS SUL
Nova dos Olivais, R. Manhica, lote 469 (T. 316402)

PICHELEIRA
Luzmar, R. João Nascimento Costa, 16-A (T. 728395/720703)

S. MAMEDE

Albano, R. Escola Politécnica, 59 (T. 326750)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Figueiras, Av. Marquês de Tomar, 20 (T. 44995)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS

Miramar, R. Ernesto Silva, 81 (Telef. 212048)

CAXIAS

Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (Telef. 242839)

PAÇO DE ARCOS

Pargana, Av. Eng.° Bonneville Franco (telef. 2435147)

OEIRAS

Central, R. Conde de Ferreira, 29 (Telef. 2430058)

PAREDE

Brandão, Av. República, 77-C (Telef. 2471054)

MURTAL

Primavera, R. das Parreiras, 2 (Telef. 2472278)

MONTE ESTORIL

Ostende, R. de Espinho, 1 (Telef. 260391)

CASCAIS

Cordeiro, Av. Comb. G. Guerra, 40 (Telef. 280170); Nova, Est. de Alvide-Fontainhas (Telef. 281044)

LINHA DE SINTRA

AMADORA

Dias, Av. Marques de Pombal, lote 9 (Telef. 934589); Campos, R. Elias Garcia, 185 (Telef. 930072); Clabel, R. António Sardinha, 23-D (Telef. 938551)

DAMAIA

Confiança, Est. Militar, lote D (Telef. 9710231)

VENDA NOVA

Girassol, R. Elias Garcia, 17-C (Telef. 974161)

QUELUZ

Zeller, R. da República, 83 (Telef. 950045); Serra e Pinto; Correia, L. do Mercado, 3 (Telef. 950906)

CACEM

Guerra Rico, Agualva Cacem

MEM MARTINS

Químia, Est. de Mem Martins, 285 (Telef. 2910012)

S. PEDRO DE SINTRA

Valentim (Telef. 980456)

SINTRA

Marrazes, Estefânia (Telef. 2930058)

COLARES

Abreja (Telef. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE

Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (Telef. 234137)

ALHOS VEDROS

Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (Telef. 204020)

ALMADA

Central, R. de Oliveira, 11 (Telef. 270504)

BAIXA DA BANHEIRA

Aliança, Est. Nacional, 178-A (Telef. 2040302)

BARREIRO

Central, Av. Alfredo da Silva, 48 (Telef. 2073207)

COVA DA PIEDADE

Atlântico, R. Padre Manuel Bernardes, 1 (Telef. 2764468)

MOITA

Silva Rocha, P. da República, 16 (Telef. 239029)

MONTIJO

Moderna, R. Bulhão Pato, 60 (Telef. 230156)

SESIMBRA

Leão, Av. Salazar, 13 (Telef. 229471)

SETÚBAL

Oliveira, L. da Misericórdia (Telef. 22488); Louro, R. Frei António Chagas, 24-A (Telef. 24491)

SEIXAL

Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (Telef. 2218560)

PORTO

TURNO 13

Até às 22 horas

Pasteleira, Rua André de Rezende, 92; Almeida Cunha, Rua Formosa, 327; Contumil, Rua de Contumil, 540; Sampaio, Rua de Cedofeita, 636; Vaz Teixeira, Rua do Heroísmo, 56; Birra, Praça da Liberdade, 125; Costa Lima, Avenida da Boavista, 855; Marques de Mendonça, Rua do Ameal, 251; Monte Cativo, Rua do Monte Cativo, 444; São Jerónimo, Rua de Santos Pousada, 622; Cardona dos Santos, Rua de D. Manuel II, 90; Oriental, Rua do Bonjardim, 727.

A PARTIR DAS 22 HORAS

Contumil, Rua de Contumil, 540; Marques de Mendonça, Rua do Ameal, 251; Costa Lima, Avenida da Boavista, 855 e Vaz Teixeira, Rua do Heroísmo, 56

COIMBRA

Pereira Gago, R. de Santo António

cinemas

BERNA

T. 776098 14.15, 16.45, 19.15, 21.45

Não acons. a menores de 13 anos

AEROPORTO 1975

com: Charlton Heston, Karen Black

4.ª semana

APOLO 70

T. 763319 14.15, 16.45, 19.15, 21.45

Não acons. a menores de 18 anos

CHINATOWN

O mais aclamado filme de 1974!

4.ª semana
Hoje às 00.15
Grupo D (maiores de 18 anos)
Seduzida e abandonada

ROXY

T. 42872 14.00, 16.30, 19.00, 21.15

Para todos

A FLORESTA MARAVILHOSA

3.ª semana
A explosão da vida e do amor num espectáculo sem paralelo

PATHÉ

T. 821933 14.15, 16.30, 19.00, 21.15

Interdito a menores de 18 anos

FOGO NOS LÁBIOS

Os jogos do amor sensual
Colorido
3.ª semana

ALVALADE

T. 717480 15.15, 18.30, 21.45

Para todos (maiores de 6 anos)

ROBIN DOS BOSQUES

O melhor programa de Natal

7.ª semana

LIDO

T. 937593 21.30

Não acons. a menores de 18 anos

O GRANDE GATSBY

CINESTÚDIO

T. 937593 15.30, 20.30, 22.30

Não acons. a menores de 13 anos
Semana do Cinema Húngaro
SINDBAD
último dia

CARLOS MANUEL - SINTRA

T. 2930394 21.30

Interdito a menores de 18 anos

CHAMARIZ DE SAIS

D. JOÃO V - DAMAIA

T. 971794 21.30

Não acons. a menores de 13 anos

LAÇOS DO MATRIMÓNIO



UNIVERSAL

T. 774402 14.30, 18.30, 22.30

As 14.30 e 20.30 (Para todos)
FRENTE POPULAR 1936
de Henri Turenne
As 16.30 e 22.30
Não acons. a menores de 18 anos
A TERRA PROMETIDA
de Miguel Litin
As 18.30
QUANDO O POVO ACORDA
Não acons. a menores de 13 anos

RESTELO

T. 610375 21.30

Não acons. a menores de 18 anos

DIÁRIO ÍNTIMO DE UMA MULHER

Amanhã às 21.30
Interdito a menores de 18 anos
AMOR ENTRE MULHERES

EDEN

T. 320768 14.15, 16.45, 19.15, 21.45

Não acons. a menores de 13 anos

AEROPORTO 1975

com: Charlton Heston, Karen Black
4.ª semana

TIVOLI

T. 570595 15.15, 18.30, 21.45

Não acons. a menores de 18 anos

MINHA MULHER É DOIDA

com: Barbra Streisand, Michael Sarrazin

CASINO ESTORIL

T. 264621 18.30, 21.30

Não acons. a menores de 18 anos

MALTESES, BURGUESES E ÀS VEZES

ROYAL

T. 865037 15.30, 21.30

Grupo D 18 anos

A RONDA DO AMOR

POLITEAMA

T. 326305 15.15, 18.15, 21.30

Grupo B maiores de 10 anos

CANTINFLAS EM PEPE

ROMA

T. 727778 15.30, 21.45

Não acons. a menores de 18 anos
SEXO LOUCO
Todos os dias às 18.30
AMOR ENTRE MULHERES

OXFORD

T. 2865027 16.00, 21.45

Para todos
Les Charlots em
OS MALUCOS NO SUPERMERCADO

VOX

T. 720808 16.30, 19.00, 21.30

Interdito a menores de 18 anos
VOCÊ INTERESSA-SE PELA COISA?
12.ª semana a esgotar

LUMIAR

T. 795296 21.30

Grupo C maiores de 14 anos
AO 3.º DIA CHEGA O CORVO

SATÉLITE

T. 562632 15, 17, 19, 21.45

Não acons. a menores de 13 anos

CARTAS NA MESA

c/ José Jorge Letria e Guida Maria

MUNDIAL

T. 538743 15.15, 18.30, 21.45

Não acons. a menores de 18 anos

PARA AMAR OFÉLIA

3.ª semana de êxito!

CALEIDOSCÓPIO

T. 794141 14.15, 16.45, 19.15, 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

CHINATOWN

O mais aclamado filme de 1974!
Com Jack Nicholson e Faye Dunaway

4.ª SEMANA

CONDES

T. 322523 14.15, 16.30, 18.45, 21.45

Não acons. a menores de 13 anos

CARTAS NA MESA

ou a luta pela Informação
Um filme de Rogério Ceitil
Com: José Jorge Letria, José Ceitil e Guida Maria

ODEON

T. 326283 15.15, 18.15, 21.30

Não acons. a menores de 18 anos

OS PECADOS INCONFESSÁVEIS
DE UMA SENHORA BEM
12.ª SEMANA DESENSAÇÃO
Lotações esgotadas
UM FILME DE PAIXÕES NUAS

LONDRES

T. 801313 14.16.30, 19, 21.45

Interdito a menores de 18 anos

INICIAÇÃO CARNAL

Tarde ou cedo toda a gente precisa de ser amada

S. JORGE

T. 54153/4 15.15, 18.15, 21.30

Interdito a menores de 18 anos

007 E O HOMEM DA PISTOLA DOURADA

AVIS

T. 47163 15.30, 18.30, 21.45

Interdito a menores de 18 anos

TAL MÃE TAL FILHA

CASTIL

T. 530194 14.15, 16.45, 19, 21.45

Interdito a menores de 18 anos

LARANJA MECÂNICA

7.ª semana

CINEARTE

T. 660446 15.30, 21.30

Grupo C maiores de 14 anos
OS 3 SPUERHOMENS NA SELVA

ESTÚDIO

T. 555135 14.00, 18.00, 22.00

Interdito a menores de 18 anos
LA MAMAN ET LA PUTAIN
3.ª semana
O filme de Jean Eustache

ESTÚDIO 444

T. 779095 15.30, 18.30, 21.45

Interdito a menores de 18 anos
WEEK END (FIM-DE-SEMANA)

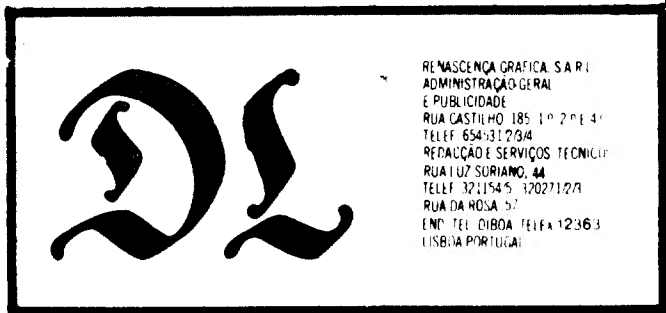
EUROPA

T. 661016 15.15, 18.30, 21.30

Interdito a menores de 18 anos
A CALIFA
4.ª e 6.ª feiras, 18.45
OS PÁSSAROS

IMPÉRIO

T. 55



A independência de Angola

Continuação da pág. 1

ou uma liderança rotativa ou uma liderança colectiva. A liderança colectiva tem desde logo o problema de saber como se apura a vontade do órgão colectivo que lidera...». Querera o delegado português exprimir «a contrário» o ponto de vista do seu Governo, talvez favorável à continuação de um alto-comissariado simultaneamente comandante-chefe das Forças Armadas? O problema ficará em suspenso até ao acordo final.

Entretanto, parece afastada a hipótese da continuação de Rosa Coutinho no seu posto após a entrada em funções do futuro Governo Provisório. Para o seu lugar tem sido ventilados três nomes: o brigadeiro Silva Cardoso, o tenente-coronel Gonçalves Ribeiro e o major Pezarat. Este último parece beneficiar de maiores probabilidades de vir a ser designado. Aliás o seu aparecimento ontem no Centro de Informações, juntamente com Mário Soares, para enviar uma mensagem de confiança e apelo à serenidade para Angola, foi considerado indício forte da sua possível nomeação.

Ainda no sábado à noite estiveram com os jornalistas dois membros da U. N. I. T. A., Jorge Valentim e Toni Fernandes. Falou apenas o primeiro, que se limitou a considerar falsas as acusações de compromisso daquele movimento com o exército colonial durante a guerra.

O M. F. A. NA PENINA

Outro facto a assinalar foi o aparecimento na Penina da Comissão Coordenadora do M. F. A., acompanhada do brigadeiro Otelio Saraiva de Carvalho. Estiveram reunidos com o presidente Costa Gomes e foram posteriormente ao local da cimeira onde contactaram com as delegações. Jonas Savimbi saudou em nome dos movimentos de libertação os homens do M. F. A., tendo retribuído, em nome destes, o tenente-coronel Charais, que fez o apelo à unidade dos movimentos com vista à construção de uma Angola grande.

O significado desta visita, considerado por alguns de mera cortesia, tem no entanto, pensamos, um significado político muito importante, ou seja, o M. F. A., de acordo aliás com as concepções que o almirante Rosa Coutinho tem defendido relativamente à descolonização angolana, mostra-se

interessado numa linha progressista e reveladora de que a democracia portuguesa também se joga em Angola.

Dois outros acontecimentos importantes: a conferência de Imprensa do M. P. L. A. a meio da tarde e, cerca das 21, a declaração conjunta dos três movimentos, apresentada por Vale Neto, da F. N. L. A., Lopo Nascimento, do M. P. L. A. e Toni Fernandes da U. N. I. T. A. Na conferência de Imprensa foi lida por Paulo Jorge uma significativa mensagem de Agostinho Neto ao nosso povo. Ai o presidente do M. P. L. A. recorda que os povos portugueses e angolano foram «vítimas de um mesmo sistema colonial fascista que, de formas necessariamente diferentes, participaram num combate comum, o que significa a existência de um futuro estreitamento dos laços de amizade, de fraternidade e de cooperação entre os dois povos», afirmando depois que «a desejada salvaguarda desses laços deverá passar, indubitavelmente e em primeira instância, por uma unidade de acção na concretização do processo de democratização e de real descolonização».

No final da leitura da mensagem os jornalistas insistiram em algumas questões. Respondendo a uma pergunta sobre qual a representatividade do Governo Português nestas negociações, Sayd Mingas, do «Comité» Central do M. P. L. A., sublinhou que ela é idêntica à de qualquer dos movimentos de libertação e que há aspectos fundamentais do programa traçado em Mombasa que «podem ser alterados».

Sayd Mingas face à questão se é ou não possível uma descolonização progressista com movimentos tão diversos lembrou que «uma descolonização reacçãoária levaria ao neocolonialismo». E acrescentou: «O neocolonialismo em Angola significará a guerra».

Paulo Jorge no decorrer da conferência de Imprensa diria existir apenas uma plataforma entre os três movimentos para discutir com o Governo Português é que isso não significava que existisse uma frente comum, tendo a este propósito desmentido o ministro Mário Soares, o qual teria afirmado que os movimentos falavam agora «com uma só voz». afirmou Paulo Jorge: «Isso é o que diz o ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal e não o que diz o M. P. L. A. Essa é a opinião do Dr. Soares».

A L.C.I. e as eleições

«A Liga Comunista Interna cionista estará presente e fará ouvir a sua voz, a voz dos revolucionários, no próprio centro da campanha eleitoral» informa aquela organização partidária, num extenso comunicado que hoje deu a público.

Embora considere que as eleições para a Assembleia Constituinte não permitirão resolver os problemas dos trabalhadores, a LCI propõe-se participar nesse acto político por considerar que, sendo nessa forma de luta que agora se fixam as atenções das massas operárias, não lhes caberia de modo algum abster-se dela, deixando os trabalhadores desarmados «face à campanha reacçãoária dos capitalistas e

dos seus partidos e face às propostas não revolucionárias dos partidos operários reformistas».

O comunicado termina com uma síntese dos objectivos que a Liga Comunista Internacionalista tem em vista na sua participação eleitoral, nomeadamente: denunciar a exploração capitalista e a política burguesa, desmistificar as manobras da reacção capitalista, impulsionar a luta pelos interesses dos trabalhadores, combater de todas as formas do colonialismo e do imperialismo e promover o apoio à luta do proletariado mundial, particularmente à dos trabalhadores espanhóis.

O TRIUNVIRATO É UM SISTEMA POSSÍVEL

-declarou-nos o almirante Rosa Coutinho

PENINA, 13 (Dos nossos enviados especiais) — O documento que a seguir transcrevemos reveste-se de particular importância neste momento.

O texto é a recolha «ipsis verbis» da conversa havida entre Rosa Coutinho e um numeroso grupo de jornalistas numa destas noites da cimeira, quando havia tempo para conversar sobre assuntos vários com mais vagar. No diálogo participaram os três enviados especiais do «Diário de Lisboa».

UMA «TROIKA»

P. O senhor almirante pode garantir que nenhum dos seus conselheiros cometeu a inconfidência de revelar a data possível da independência de Angola?

R. Eu posso lá garantir uma coisa dessas. Estou convencido que não, pois confio plenamente nas pessoas que trouxe comigo. São conselheiros pessoais e acredito que não sejam capazes de uma partidinha dessas...

P. Ainda vai ficar muito tempo por cá, por Portugal, ou vai voltar a Angola ainda como alto-comissário?

R. Enquanto a conferência estiver a decorrer o meu lugar é aqui mas logo que termine volto a Angola.

P. É verdadeira a possibilidade de Angola ser gerida por uma «Troika», ou seja, por três primeiros-ministros?

R. Essa coisa da «Troika» não a acho muito certa. Que ideia foi essa de utilizar tal palavra? Não se esqueçam de que há a palavra triunvirato. Agora «Troika»...

P. É apenas um exemplo mais recente e actual...

Outra intervenção de um jornalista:

— A palavra surge porque o ministro Almeida Santos apontou o exemplo da União Soviética. Foi por isso que o meu camarada referiu a palavra Troika.

R. Mas há alguma comparação?

— Há. Mas apenas formal e não ideológica. Infelizmente.

R. Todos nós sabemos da História que o triunvirato é um

sistema possível. E será essa a palavra mais exacta para designar qualquer esquema dessa natureza.

P. No caso de, no processo angolano, se ir para um sistema de eleições, um homem voto, como é que o almirante Rosa Coutinho vê a possibilidade de chamar a esse processo populações que, neste momento, ainda não estão preparadas para esse sistema? No caso de achar este sistema precipitado demais, qual é que gostaria de ver instalado lá?

R. Acha que sou eu a pessoa indicada para responder e me pronunciar sobre esse ponto? Posso ter quando muito opiniões pessoais...

P. São essas exactamente que neste ponto me interessavam...

R. Bem, mas é que eu estou à frente de alguns vires microfones. As minhas opiniões pessoais confundem-se neste caso com as do alto-comissário. Portanto, uma coisa é conversar à mesa do café, outra é estar perante um arraial de microfones. Considero que qualquer sistema eleitoral tem de ser decidido por aqueles que através dele vão avaliar a representatividade política da população de Angola. Não serei eu, nem outro não integrado nos movimentos de libertação que sobre um assunto dessa gravidade se deverá pronunciar.

CONSCIÊNCIA TRANQUILA

P. Pensa que tem a adesão dos três movimentos para desempenhar esse cargo?

R. Não me compete a mim responder a isso. Tem de fazer as perguntas a outros sectores.

P. Mas, pessoalmente, acha que reúne as condições para o cargo?

R. Acho possível. Tenho procurado desempenhar o meu trabalho com a maior honestidade e estou convencido que consegui grande parte daquilo que pretendia e posso-lhe garantir que estou com a consciência tranquila.

P. Mas com isso não conseguiu evitar os quase insultos de um movimento...

R. Eu não pretendo que toda a gente goste de mim ou do meu estilo de actuação. Como lhe digo, tenho a consciência tranquila acerca dos actos que fiz e das atitudes que tomei.

P. Sr. almirante, mas houve mesmo quase insultos de algum dos movimentos?

R. Talvez os senhores saibam...

Comentário de um jornalista:

— Eu sei...

O almirante Rosa Coutinho prosseguiu: Eu não gosto de perguntas com casquinhas de banana. Mas acho que estão a fazer perguntas à pessoa errada. Se quiserem saber se alguém gosta de mim ou não devem ir perguntar-lhe.

Comentários:

— É também preciso haver quem responda às perguntas que todos andamos a fazer. Que as pessoas estejam ao alcance de lhes falarmos...

R. Procurem. Para isso, é que vocês são profissionais de Informação.

Vários jornalistas voltam-se, procurando saber quem é o autor da pergunta. Entretanto, um camarada de Lisboa interroga:

— Com certeza que tem o seu serviço de recortes e de leitura comentada em Angola. Como

Mensagem do M.P.L.A. aos portugueses

É a seguinte a mensagem lida por Paulo Jorge, que o presidente do M.P.L.A., dr. Agostinho Neto, dirigiu ao povo português:

«Não é sem certa emoção que voltamos a pisar território português, após uma longa ausência, imposta por condicionais políticos.

«Vivemos hoje momentos particularmente históricos ao reencontrarmos-nos nesta cimeira luso-angolana que abrirá certamente, novas perspectivas nas relações justas entre os povos português e angolano — relações essas decorrentes do processo de democratização e de descolonização concomitante encetado a partir

é que tem visto a actuação da Imprensa de Portugal acompanhando o processo de descolonização?

R. Tenho visto com agrado ainda que sinto que, por vezes, há um certo esquecimento do facto de Angola ser uma peça importante em todo este processo de descolonização, mas também de democratização. O que se passa em Angola tem muito importância. Sinto que às vezes se devia informar o público português e insistir sobre a importância do que se passa em Angola e noutros territórios também especialmente Moçambique, quanto ao contexto geral da vida portuguesa. Não se esqueça que o 25 de Abril teve como origem principal, embora tivesse outras, o sistema colonial, as guerras coloniais. Em todo este processo, a maneira como Portugal está a executar a descolonização nestes territórios tem sido motivo para justamente se orgulhar.

P. Julgo que até aqui se tem tratado da descolonização política de Angola. O que é que o sr. almirante julga da descolonização económica de Angola?

R. A descolonização tem tantas facetas que não vale a pena estarmos a falar em cada uma delas em separado. O colonialismo em si mesmo um sistema complexo, não pode ser apenas atacado por um ponto ou outro.

do igualmente histórico dia 25 de Abril de 1974.

«Encontramo-nos aqui animados do melhor espírito de compreensão e de confiança para podermos alcançar soluções que respondam aos interesses legítimos do povo angolano, os quais se não alheiam dos interesses, também legítimos, do povo português, na base de princípios universalmente reconhecidos.

«Não podemos esquecer que os povos português e angolano, foram vítimas de um mesmo sistema colonial fascista e que, de formas necessariamente diferentes, participaram num combate comum, o que justifica a existência e o futuro estreitamento dos laços de amizade, de fraternidade e de cooperação entre os dois povos. cremos, porém, que a desejada salvaguarda desses laços deverá passar, indubitavelmente e em primeira instância, por uma unidade de acção na concretização do processo de democratização e de real descolonização. Mas essa unidade de acção terá de ser encarada e, consequentemente, consolidada entre as forças democráticas e progressistas portuguesas e angolanas, pois elas são a garantia da defesa dos interesses das camadas mais exploradas dos nossos dois povos.

«Assim, em nome do M.P.L.A., seja-me permitido exprimir ao povo português e a todos aqueles que legítima e dignamente o representam, os nossos sentimentos de amizade, de fraternidade e de solidariedade, na certeza de que entre Angola e Portugal, entre os povos angolano e português, se consolidem os elos indispensáveis a uma cooperação futura em todos os domínios e em benefício dos dois povos.

«A vitória é certa». Assinado: Agostinho Neto, presidente do M.P.L.A. Algarve, 12-1-1975.

Neocolonialismo seria o recomeço da guerra

Os elementos do Movimento Popular de Libertação de Angola — M. P. L. A. — compareceram ontem no centro de Imprensa do Hotel D. João II, onde estão instalados os jornalistas que fazem a cobertura da Conferência Cimeira do Algarve.

Paulo Jorge (Relações Externas) e Sahyd Mingas (Membro do Comité Central), responderam às perguntas dos jornalistas, não entrando todavia em pormenores nos assuntos relativos à cimeira da Penina. Abordando os trabalhos em curso da cimeira luso-angolana no hotel da Penina, Paulo Jorge:

«as conversações têm efectivamente decorrido num ambiente de franca cordialidade, e numa procura constante de soluções justas que satisficam as partes intervenientes e naturalmente interessadas, têm-se verificado debates bastante profundos na medida em que as questões são delicadas e igualmente profundas.»

Mais adiante Paulo Jorge afirmou:

«Escreveu-se já que se tinha

chegado a uma distribuição de Ministérios. A esse propósito, devemos informá-los, de que tais notícias, em nosso entender, permitam-nos o termo, são pura especulação, porque efectivamente nada está decidido sobre esse problema. Nós estamos numa fase de análise, de troca de impressões, de busca de soluções que satisficam todas as partes.

Abordado sobre a questão de uma possível descolonização progressista ou reacçãoária, em Angola, tentativa de comparação com a descolonização progressista de Moçambique e da Guiné-Bissau Sahyd Mingas disse ainda:

«Parece-me que uma descolonização reacçãoária levaria ao neo-colonialismo. O neocolonialismo em Angola vai significar guerra, outra vez. Por conseguinte, o objectivo do M. F. A. e do Governo português é aquele que busca uma solução progressista de descolonização em Angola, porque se não há progressismo na descolonização não há descolonização.

«No nosso entender, é certo dizer forças reacçãoárias. Porque em Angola, as forças reacçãoárias efectivamente não têm cor. Nós temos em conta a existência dessas forças. Se nós pegámos em armas e lutamos durante treze anos, não foi para conviver com as forças reacçãoárias, sejam elas de qualquer cor.»

Quanto à identidade ideológica dos três movimentos Sahyd Mingas respondeu:

«Em primeiro lugar, quero deixar claro que não há uma identidade ideológica. O que nós temos em comum é o programa para ser apresentado ao Governo português. Fora disso, não há nada mais. O M. P. L. A. continuará a ser o que é, assim como continuarão a ser o que são a U. N. I. T. A. e o F. N. L. A., depois das negociações com o Governo português. Cada um terá a sua vida independente. Há apenas um programa que foi estabelecido com objectivos comuns dos Movimentos de Libertação para a independência de Angola».